



PESQUISA NACIONAL POR
AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

ASPECTOS COMPLEMENTARES DE EDUCAÇÃO
E ACESSO A TRANSFERÊNCIAS DE RENDA DE
PROGRAMAS SOCIAIS

2004



IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Paulo Bernardo Silva

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Eduardo Pereira Nunes

Diretor Executivo
Sérgio da Costa Côrtes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Wasmália Socorro Barata Bivar

Diretoria de Geociências
Guido Gelli

Diretoria de Informática
Luiz Fernando Pinto Mariano

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Pedro Luis do Nascimento Silva

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Trabalho e Rendimento
Angela Filgueiras Jorge

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Trabalho e Rendimento

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Aspectos Complementares de Educação e Acesso a Transferências de Renda de Programas Sociais

2004

Rio de Janeiro
2006

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 85-240-3852-7 (CD-ROM)

ISBN 85-240-3851-9 (meio impresso)

© IBGE. 2006

Elaboração do arquivo PDF

Roberto Cavararo

Produção da multimídia

Marisa Sigolo Mendonça

Márcia do Rosário Brauns

Capa

Helga Szpiz e Marcos Balster Fiore Correia - Coordenação
de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação
de Informações - CDDI

Sumário

Apresentação

Introdução

Plano de amostragem

Processo de seleção da amostra

Cadastro de unidades domiciliares

Processo de expansão da amostra

Precisão das estimativas

Estimativas dos erros amostrais

Análise dos resultados

Tabelas de resultados

1 - Aspectos Complementares de Educação

1.1.1 - Pessoas de 0 a 17 anos de idade, por situação do domicílio e freqüência a creche ou escola, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

1.1.2 - Coeficientes de variação das estimativas de pessoas de 0 a 17 anos de idade, por situação do domicílio e freqüência a creche ou escola, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

1.2.1 - Pessoas de 0 a 17 anos de idade, por grupos de idade, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

1.2.2 - Coeficientes de variação das estimativas de pessoas de 0 a 17 anos de idade, por grupos de idade, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

1.3.1 - Pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola, por grupos de idade, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

1.3.2 - Coeficientes de variação das estimativas de pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola, por grupos de idade, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

1.4.1 - Pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola, por tipo de educação infantil ou nível de ensino e rede de ensino que freqüentavam, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

1.4.2 - Coeficientes de variação das estimativas de pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola, por tipo de educação infantil ou nível de ensino e rede de ensino que freqüentavam, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

1.5.1 - Pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola, por tipo de educação infantil ou nível de ensino que freqüentavam e tempo de permanência diária na creche ou escola, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

1.5.2 - Coeficientes de variação das estimativas de pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola, por tipo de educação infantil ou nível de ensino que freqüentavam e tempo de permanência diária na creche ou escola, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

1.6.1 - Pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola, por rede de ensino que freqüentavam e oferta gratuita de merenda escolar ou outra refeição pela creche ou escola, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

1.6.2 - Coeficientes de variação das estimativas de pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola, por rede de ensino que freqüentavam e oferta gratuita de merenda escolar ou outra refeição pela creche ou escola, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

1.7.1 - Pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola, por tipo de educação infantil ou nível de ensino que freqüentavam e situação de oferta de merenda escolar ou outra refeição pela creche ou escola freqüentada e consumo de merenda escolar, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

1.7.2 - Coeficientes de variação das estimativas de pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola, por tipo de educação infantil ou nível de ensino que freqüentavam e situação de oferta de merenda escolar ou outra refeição pela creche ou escola freqüentada e consumo de merenda escolar, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

1.8.1 - Pessoas de 0 a 17 anos de idade que não freqüentavam creche ou escola, por motivo de não freqüentarem creche ou escola, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

1.8.2 - Coeficientes de variação das estimativas de pessoas de 0 a 17 anos de idade que não freqüentavam creche ou escola, por motivo de não freqüentarem creche ou escola, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

2 - Acesso a Transferências de Renda de Programas Sociais

2.1.1 - Domicílios particulares, por recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência, segundo a situação do domicílio e as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - Brasil - 2004

2.1.2 - Coeficientes de variação das estimativas de domicílios particulares, por recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência, segundo a situação do domicílio e as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - Brasil - 2004

2.2.1 - Domicílios particulares, por recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

2.2.2 - Coeficientes de variação das estimativas de domicílios particulares, por recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

2.3.1 - Domicílios particulares, por recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência e classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

2.3.2 - Coeficientes de variação das estimativas de domicílios particulares, por recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência e classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

[Referências](#)

[Glossário](#)

[Anexo](#)

[Segmentos e divisões de atividade](#)

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com a presente publicação, divulga os resultados dos levantamentos suplementares da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2004 sobre Aspectos Complementares de Educação e Acesso a Transferências de Renda de Programas Sociais.

Este volume apresenta, inicialmente, uma breve visão da pesquisa, o plano de amostragem e a análise das informações produzidas sobre esses dois temas suplementares. Em seguida, apresenta as tabelas com os resultados e o glossário com os termos e conceitos necessários para a compreensão das informações ora divulgadas.

Em 2004, a PNAD investigou, como temas suplementares, segurança alimentar e acesso a transferências de renda de programas sociais, além de aspectos complementares de educação. Os resultados sobre segurança alimentar serão objeto de publicação específica, que será divulgada posteriormente.

Wasmália Bivar
Diretora de Pesquisas

Introdução

O sistema de pesquisas domiciliares, implantado progressivamente no Brasil a partir de 1967, com a criação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País.

Trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas, umas de caráter permanente nas pesquisas, como as características gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, e outras com periodicidade variável, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição e outros temas que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação para o País.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios teve início no segundo trimestre de 1967, sendo os seus resultados apresentados com periodicidade trimestral até o primeiro trimestre de 1970. A partir de 1971, os levantamentos passaram a ser anuais com realização no último trimestre. A pesquisa foi interrompida para a realização dos Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000.

Na década de 1970, os principais temas investigados na PNAD, além de aspectos gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, foram migração e fecundidade. Em 1974/1975, foi levada a efeito uma pesquisa especial, denominada Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF, que, além dos temas anteriores, investigou consumo alimentar e orçamentos familiares. Durante a realização do ENDEF o levantamento básico da PNAD foi interrompido.

As pesquisas realizadas na década de 1980 mantiveram inalteradas as características do levantamento básico, visando, com isso, a gerar uma série histórica de resultados. Ademais, a pesquisa básica incorporou a investigação da cor das pessoas, a partir de 1987, e da existência de rádio e televisão nos domicílios particulares permanentes, a partir de 1988. Por meio de pesquisas suplementares foram investigados os seguintes temas: saúde, em 1981; educação, em 1982; mão-de-obra e previdência, em 1983; fecundidade feminina, em 1984; situação do menor em 1985; anticoncepção, acesso a serviços de saúde, suplementação alimentar e associativismo, em 1986; participação político-social e estoque de aparelhos utilizadores de energia, em 1988; e trabalho, em 1989 e 1990.

A PNAD de 1992, além de aspectos gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, agregou os seguintes temas suplementares: migração, fecundidade e nupcialidade. Essa mesma abrangência foi mantida em 1993 e 1995. Em 1994, por razões excepcionais, não foi realizado o levantamento da PNAD. Em 1996, foi incluído o tema suplementar mobilidade social e retirados dois tópicos (trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade e ensino supletivo) e um tema (nupcialidade), suplementares da pesquisa. Em 1997, além dos tópicos e do tema excluídos em 1996, foi retirado o tema mobilidade social. Em 1998, além do que foi pesquisado em 1997, foram incluídos o tema suplementar saúde e o tópico trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade. Em 1999, foi excluído o tema saúde e mantidos os demais aspectos pesquisados em 1998. Em 2001, em relação aos aspectos pesquisados em 1999, foi ampliado o conteúdo do tema domicílio e retirado o tópico trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade, uma vez que foi incluída a pesquisa suplementar sobre trabalho infantil, abrangendo o contingente de 5 a 17 anos de idade. Para cobrir os aspectos objetivados nessa pesquisa, o limite mínimo de idade para investigação do tema trabalho passou de 10 anos para 5 anos, foram incluídos tópicos de saúde e segurança no trabalho e complementar de educação para o contingente de 5 a 17 anos de idade, e agregada a investigação de alguns aspectos nos temas migração e fecundidade. Em 2002, as modificações em relação aos aspectos pesquisados em 2001 foram: a introdução de novas características no tema domicílio, a elevação do limite mínimo de idade de 5 anos para 10 anos para a investigação do tema trabalho e rendimento, a inclusão do tópico trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade e a retirada dos dois tópicos (saúde e segurança no trabalho e complementar de educação) e dos aspectos agregados aos temas migração e fecundidade, em função da pesquisa suplementar sobre trabalho infantil. Em 2003, além do que foi pesquisado em 2002, foram investigados o tema saúde e, para o contingente de 5 a 17 anos de idade, o tópico participação em programas sociais voltados para a educação. Em 2004, as modificações em relação ao que foi pesquisado em 2003 foram: a exclusão de três das quatro características de domicílios introduzidas em 2002, a retirada do tema saúde e do tópico participação em programas sociais voltados para educação e a inclusão do tópico complementar de educação, para o contingente de menos de 18 anos de idade, e dos temas segurança alimentar e acesso a transferências de renda de programas sociais.

A partir da PNAD de 1992, para captar determinados grupos de pessoas envolvidas em atividade econômica que, anteriormente, não eram incluídas na população ocupada, o conceito de trabalho tornou-se mais abrangente. O instrumento de coleta das informações da pesquisa foi estruturado de forma que possibilita, por meio da realocação das parcelas correspondentes à ampliação do conceito de trabalho, gerar

resultados comparáveis com os obtidos nos levantamentos da PNAD anteriores ao de 1992. Na classificação das pessoas ocupadas por posição na ocupação, adotada a partir da PNAD de 1992, definiram-se duas categorias novas, decorrentes da ampliação do conceito de trabalho, e uma categoria específica, que recebeu a denominação de “trabalhadores domésticos”, para abarcar as pessoas ocupadas no serviço doméstico remunerado.

A abrangência geográfica da PNAD, prevista desde o seu início para ser nacional, foi alcançada gradativamente. Iniciada em 1967 na área que hoje compreende o Estado do Rio de Janeiro, ao final da década de 1960 a PNAD já abrangia as Regiões Nordeste, Sudeste e Sul e o Distrito Federal. Reiniciada em 1971 nas áreas que abrangem o atual Estado do Rio de Janeiro, o Estado de São Paulo e a Região Sul, em 1973 já cobria as Regiões Nordeste, Sudeste e Sul, o Distrito Federal e a área urbana da Região Norte e das demais Unidades da Federação da Região Centro-Oeste. Essa cobertura foi mantida até 1979. Em 1981, a abrangência geográfica da PNAD foi mais uma vez ampliada, passando a excluir somente a área rural da antiga Região Norte, que compreendia as seguintes Unidades da Federação: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Para as pesquisas da década de 1990 e para as de 2001, 2002 e 2003 essa abrangência geográfica foi mantida, ou seja, a PNAD continuou a cobrir todo o País, com exceção da área rural dessas seis Unidades da Federação. Em 2004, a PNAD foi implantada na área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, e alcançou a cobertura completa do Território Nacional.

Em 1988, o antigo Estado de Goiás foi desmembrado para constituir os atuais Estados de Goiás e do Tocantins, passando este último a fazer parte da Região Norte. Por razões de ordem técnica, essas alterações somente foram incorporadas a partir da PNAD de 1992. Conseqüentemente, para os levantamentos da PNAD, realizados de 1988 a 1990, as estatísticas produzidas para a Região Norte não incluíram a parcela correspondente ao atual Estado do Tocantins, que permaneceu incorporada às da Região Centro-Oeste.

No período de 1992 a 2003, visando a manter a homogeneidade dos resultados produzidos, as estatísticas da PNAD apresentadas para a Região Norte referiram-se somente à sua parcela urbana, não agregando, portanto, as informações da área rural do Estado do Tocantins, única Unidade da Federação dessa Grande Região em que o levantamento não se restringiu às áreas urbanas nesse período. Entretanto, os resultados de 1992 a 2003 referentes ao Estado do Tocantins retrataram a sua totalidade, uma vez que agregavam as informações das áreas urbana e rural. Ademais, as estatísticas desse período apresentadas para o Brasil foram obtidas considerando as informações de todas as áreas pesquisadas, representando, portanto, a totalidade do País, com exceção somente da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Em 2004, os resultados apresentados agregam as informações das áreas urbana e rural para todas as Unidades da Federação, Grandes Regiões e Brasil.

A comparação dos resultados da PNAD a partir de 2001 com os das décadas anteriores deve levar em conta que a classificação das áreas urbana e rural é feita de acordo com a legislação vigente por ocasião dos Censos Demográficos. Portanto, ainda que a legislação tenha alterado a classificação de determinadas áreas no período intercensitário, a definição estabelecida por ocasião do Censo Demográfico 1991 foi mantida para as pesquisas da PNAD realizadas de 1992 a 1999 e, também, a classifica-

ção vigente por ocasião do Censo Demográfico 2000 permanecerá para as pesquisas da PNAD desta década. Conseqüentemente, as estatísticas por situações urbana e rural não captam integralmente a sua evolução, sendo que as diferenças se intensificam à medida que os resultados obtidos se afastam do ano de realização do Censo Demográfico que serviu de marco para a classificação da situação do domicílio.

No CD-ROM que acompanha este volume encontra-se o conteúdo desta publicação.

Na PNAD 2004 foram pesquisadas 399 354 pessoas e 139 157 unidades domiciliares distribuídas por todas as Unidades da Federação.

Além dos resultados que se encontram nas tabelas apresentadas, podem ser programados outros tipos de informações por meio dos microdados da pesquisa, que podem ser obtidos em CD-ROM.

Plano de amostragem

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios, obtida em três estágios de seleção: unidades primárias - municípios; unidades secundárias - setores censitários; e unidades terciárias - unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos).

Na seleção das unidades primárias e secundárias (municípios e setores censitários) da PNAD da primeira década do Século XXI, foram adotadas a divisão territorial e a malha setorial vigentes em 1º de agosto de 2000 e utilizadas para a realização do Censo Demográfico 2000.

Para a investigação dos temas suplementares da PNAD é utilizado esse Plano de Amostragem sem qualquer adaptação que considere os propósitos específicos dos temas suplementares.

Processo de seleção da amostra

No primeiro estágio, as unidades (municípios) foram classificadas em duas categorias: auto-representativas (probabilidade 1 de pertencer a amostra) e não-auto-representativas. Os municípios pertencentes à segunda categoria passaram por um processo de estratificação e, em cada estrato, foram selecionados com reposição e com probabilidade proporcional à população residente, obtida no Censo Demográfico 2000.

No segundo estágio, as unidades (setores censitários) foram selecionadas, em cada município da amostra, também com probabilidade proporcional e com reposição, sendo utilizado o número de

unidades domiciliares existentes por ocasião do Censo Demográfico 2000 como medida de tamanho.

No último estágio, foram selecionados, com equi-probabilidade, em cada setor censitário da amostra, os domicílios particulares e as unidades de habitação em domicílios coletivos para investigação das características dos moradores e da habitação.

A inclusão das áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, em 2004, foi efetivada segundo uma metodologia que partiu dos municípios já selecionados no primeiro estágio do processo de seleção. Os setores rurais foram selecionados da mesma forma que os setores urbanos e mantendo a mesma fração de amostragem utilizada para os urbanos. Como para alguns municípios a aplicação direta dessa fração de amostragem resultaria em uma enorme quantidade de unidades domiciliares a serem entrevistadas sem o benefício equivalente no nível de precisão das estimativas, foram adotados fatores de subamostragem variados para esses municípios.

Cadastro de unidades domiciliares

Anualmente, com a finalidade de manter atualizado o cadastro básico de unidades domiciliares e, desta forma, preservar as frações de amostragem prefixadas, realiza-se, em todos os setores da amostra, a operação de listagem, que consiste em relacionar, ordenadamente, todas as unidades residenciais e não-residenciais existentes na área.

Além desta atualização, com a finalidade de acompanhar o crescimento dos municípios pertencentes à amostra, criou-se um cadastro complementar constituído pelas unidades domiciliares existentes em conjuntos residenciais, edifícios e favelas com 30 ou mais unidades residenciais, que tenham surgido, nestes municípios, após a realização do Censo Demográfico 2000.

Na Tabela 1, apresentam-se as frações de amostragem, o número de municípios e de setores censitários selecionados e de unidades domiciliares investigadas nas diversas áreas em 2004.

Processo de expansão da amostra

A expansão da amostra utiliza estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente de cada Unidade da Federação, segundo o tipo de área (região metropolitana e não-metropolitana de divulgação da pesquisa). Essas projeções consideram a evolução populacional ocorrida entre os Censos Demográficos 1991 a 2000, sob hipóteses de crescimento associadas a taxas de fecundidade, mortalidade e migração.

Até 2003, utilizou-se a projeção da população residente urbana como variável independente para a expansão da amostra das seis Unidades da Federação (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá) em que a pesquisa não cobria área rural. Em 2004, a pesquisa passou a cobrir tanto as áreas urbanas como as rurais dessas seis Unidades da Federação. Considerando essa situação especial, unicamente para Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, adotou-se a projeção da população residente, segundo a situação do domicílio (urbana e rural), como variável independente para expansão da amostra.

Tabela 1 - Fração de amostragem e composição da amostra, segundo as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2004

Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Fração de amostragem	Composição da amostra			
		Municípios	Setores	Unidades domiciliares	Pessoas
Brasil		851	7 816	139 157	399 354
Rondônia		11	113	2 206	6 245
Urbana	1/200		80	1 503	4 273
Rural	1/150		33	703	1 972
Acre		5	62	1 239	4 283
Urbana	1/150		46	824	2 793
Rural	1/80		16	415	1 490
Amazonas		7	145	2 752	9 693
Urbana	1/250		125	2 296	7 996
Rural	1/200		20	456	1 697
Roraima		3	38	648	2 123
Urbana	1/150		30	564	1 903
Rural	1/50		6	84	220
Pará		22	343	6 624	22 067
Urbana	1/350		87	1 947	6 871
Rural	1/250		49	998	3 689
Região Metropolitana de Belém	1/150	5	207	3 679	11 507
Amapá		4	43	744	3 401
Urbana	1/200		33	570	2 547
Rural	1/80		10	174	854
Tocantins	1/200	13	77	1 887	5 880
Maranhão	1/750	18	105	2 061	7 574
Piauí	1/500	19	114	1 738	5 709
Ceará	1/500	39	402	7 895	24 499
Região Metropolitana de Fortaleza	1/200	13	270	4 905	15 174
Rio Grande do Norte	1/450	15	99	2 054	6 344
Paraíba	1/450	16	108	2 457	7 905
Pernambuco	1/500	44	472	8 542	26 077
Região Metropolitana de Recife	1/200	14	314	5 509	16 725
Alagoas	1/450	12	91	1 885	6 575
Sergipe	1/300	11	83	1 959	5 800
Bahia	1/450	66	614	12 702	36 387
Região Metropolitana de Salvador	1/200	10	303	5 618	15 355
Minas Gerais	1/550	123	779	13 257	36 838
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1/350	26	248	4 388	12 224
Espírito Santo	1/450	19	137	2 701	7 156
Rio de Janeiro	1/400	43	619	11 117	26 019
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1/550	19	438	7 313	17 608
São Paulo	1/800	110	927	16 885	45 519
Região Metropolitana de São Paulo	1/800	35	463	7 824	21 300
Paraná	1/550	69	436	7 021	19 839
Região Metropolitana de Curitiba	1/350	20	161	2 802	7 997
Santa Catarina	1/550	28	169	3 700	9 999
Rio Grande do Sul	1/550	75	648	11 752	30 626
Região Metropolitana de Porto Alegre	1/200	29	397	7 074	19 006
Mato Grosso do Sul	1/300	16	128	2 520	7 252
Mato Grosso	1/300	21	147	2 916	8 362
Goiás	1/300	41	321	6 285	16 031
Distrito Federal	1/200	1	197	3 610	11 151

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Nota: A composição da amostra da Unidade da Federação inclui a Região Metropolitana e as áreas urbanas e rurais.

Precisão das estimativas

Com o objetivo de fornecer mais subsídios para a interpretação dos resultados da PNAD, são apresentadas, a seguir, algumas considerações que possibilitam avaliar o grau de confiabilidade das estimativas constantes neste volume.

Em pesquisas de múltiplos propósitos e de grande abrangência em termos de extensão territorial, como é o caso da PNAD, torna-se praticamente impossível isolar os erros provenientes das diversas fontes que influem nos resultados finais. Tais erros podem advir de flutuações aleatórias (erros de amostragem) ou ter origem não probabilística (erros alheios à amostragem), sendo que, estes últimos, podem ser introduzidos em qualquer uma das fases de realização da pesquisa.

Os erros alheios à amostragem não são influenciados pelo desenho da amostra e a sua mensuração, quando possível, exige análises mais complexas e de custo elevado, com maior demora na obtenção de resultados do que para os erros de amostragem.

Tendo em vista o processo de expansão adotado para a PNAD, cumpre destacar que o grau de precisão está fortemente ligado ao das hipóteses feitas para as taxas de fecundidade, mortalidade e migração. O cálculo do erro de amostragem deveria, portanto, levar em conta duas fontes de variação:

- 1ª) O erro de amostragem proveniente da seleção das unidades domiciliares para a amostra; e
- 2ª) O erro proveniente do modelo matemático empregado para projetar a população.

Os resultados apresentados referem-se, apenas, aos erros de amostragem.

Estimativas dos erros amostrais

A utilização do plano de amostragem da PNAD para estimar populações pequenas em números absolutos ou concentradas geograficamente, como pode ser o caso dos temas em questão, pode gerar estimativas com erros de amostragem elevados.

Nesse sentido, visando a facilitar a avaliação da precisão das estimativas divulgadas, foram calculados os erros de amostragem, expressos pelos coeficientes de variação, para todas as variáveis (células) constantes do plano tabular de divulgação, exceto para as referentes às estimativas das informações "sem declaração", devido à sua natureza. Para cada tabela de resultados apresentada nesta divulgação, segue uma outra com os correspondentes coeficientes de variação.

Análise dos resultados

Em 2004, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD cobriu as áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá e alcançou a cobertura completa do Território Nacional. Nesse ano, as pessoas residentes nessas áreas rurais, que anteriormente não eram abrangidas pela Pesquisa, representavam 1,9% da população do País e 23,9% da Região Norte. Com isso, passou-se a ter uma visão completa da situação do País e especialmente das seis Unidades da Federação que, até 2003, a PNAD abrangia somente as áreas urbanas, que diferem expressivamente em diversos aspectos das áreas rurais.

Em 2004, a PNAD investigou, para as crianças e adolescentes, características adicionais sobre o tema educação que, associadas às informações captadas continuamente por meio da Pesquisa Básica, possibilitaram conhecer alguns fatores que se podem refletir no aproveitamento do ensino ou que motivam ou impedem a freqüência a estabelecimentos educacionais. Também pesquisou, nas unidades domiciliares, o acesso a algumas transferências de rendimentos proporcionadas por programas sociais governamentais, que juntamente com as informações captadas habitualmente pela Pesquisa Básica, permitem vislumbrar o grau de abrangência alcançado e o perfil socioeconômico da população coberta por esses programas.

Aspectos complementares de educação

O acompanhamento dos resultados da PNAD desta década mostrou que houve aumento sensível no nível de escolarização das crianças e adolescentes. Constatou-se, também, que, em 2004, a grande

maioria das crianças de 0 a 3 anos de idade não freqüentava creche, embora a taxa de freqüência a este tipo de estabelecimento de educação infantil tenha apresentado trajetória de crescimento no período de 2001 a 2004.

Os resultados de 2004 também indicaram diferenças regionais marcantes nas taxas de escolarização e de freqüência à creche.

Considerando as faixas etárias em que as crianças e adolescentes deveriam estar cursando o pré-escolar e os ensinos fundamental e médio, verificou-se que, em todos os três grupos de idade, o percentual de pessoas que não freqüentavam escola foi mais elevado na Região Norte (42,1% para o grupo etário de 4 a 6 anos, 5,1% para o de 7 a 14 anos e 21,4% para o de 15 a 17 anos), ainda que o do grupo de 15 a 17 anos de idade da Região Nordeste (21,1%) tenha ficado muito próximo. No outro extremo, a Região Sudeste apresentou os menores resultados desse indicador para as faixas etárias de 7 a 14 anos (1,9%) e de 15 a 17 anos (14,6%) e a Região Nordeste, para a de 4 a 6 anos (24,3%).

A taxa de escolarização feminina superou a masculina em todas as três faixas de idade em que as crianças e adolescentes deveriam estar cursando o pré-escolar e os ensinos fundamental e médio. Apenas na Região Norte, a taxa de escolarização feminina foi menor que a masculina no grupo etário de 15 a 17 anos de idade e, nas Regiões Sul e Sudeste, as taxas dos dois gêneros na faixa de 7 a 14 anos de idade foram semelhantes.

No contingente de 0 a 3 anos de idade, a parcela das crianças que não freqüentavam creche também foi maior na Região Norte (94,3%). O menor resultado desse indicador foi o da Região Sul (81,5%), vindo em seguida o da Região Sudeste (83,8%).

Tabela 2 - Percentual de pessoas que não freqüentavam creche ou escola na população de 0 a 17 anos de idade, por Grandes Regiões e sexo, segundo os grupos de idade - 2004

Grupos de idade	Percentual de pessoas que não freqüentavam creche ou escola na população de 0 a 17 anos de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total						
0 a 3 anos	86,6	94,3	88,2	83,8	81,5	91,2
4 a 17 anos	11,9	16,8	12,0	9,6	13,3	13,9
4 a 6 anos	29,5	42,1	24,3	25,2	39,8	38,3
7 a 14 anos	2,9	5,1	3,9	1,9	2,2	2,8
15 a 17 anos	18,1	21,4	21,1	14,6	18,3	20,1
Homens						
0 a 3 anos	86,8	94,7	88,8	83,9	81,3	90,5
4 a 17 anos	12,4	17,6	12,7	9,8	13,7	14,9
4 a 6 anos	30,5	45,4	25,1	25,7	40,3	39,2
7 a 14 anos	3,2	5,4	4,6	2,0	2,2	3,2
15 a 17 anos	18,7	20,9	21,8	15,1	19,1	21,4
Mulheres						
0 a 3 anos	86,4	93,9	87,6	83,6	81,8	92,0
4 a 17 anos	11,3	15,9	11,3	9,4	12,8	13,0
4 a 6 anos	28,4	38,6	23,4	24,6	39,4	37,3
7 a 14 anos	2,6	4,7	3,2	1,9	2,2	2,4
15 a 17 anos	17,5	21,9	20,4	14,0	17,5	18,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

A taxa de escolarização e de freqüência à creche apresentou nítida relação com o nível do rendimento mensal domiciliar *per capita*. Os resultados mostraram que quanto maior era o nível desse rendimento menor era a proporção de crianças e adolescentes que não freqüentavam escola ou creche.

Na faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, 16,8% das crianças e adolescentes de 4 a 17 anos de idade não freqüentavam escola. Com o aumento das faixas de rendimento mensal domiciliar *per capita*, esse percentual foi diminuindo, atingindo 3,3% na de mais de 2 salários mínimos.

A proporção de crianças e adolescentes que não freqüentavam escola na faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo atingiu 38,5% no grupo etário de 4 a 6 anos, 5,1% no de 7 a 14 anos e 27,0% no de 15 a 17 anos. Esses percentuais foram declinando com o crescimento das faixas desse rendimento e na de 2 salários mínimos atingiram, respectivamente, 9,6%, 0,6% e 4,8%. Esse mesmo comportamento foi observado em todas as regiões. Cabe ressaltar que foram constatadas diferenças regionais relevantes. Em relação ao grupo etário de 7 a 14 anos, os resultados da Região Norte superaram os das demais em todas as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*.

A proporção de crianças que não freqüentavam creche no grupo etário de 0 a 3 anos apresentou sentido descendente com o aumento da faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita*. Na classe de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo esse indicador alcançou 91,6% e na de mais de 2 salários mínimos, ficou em 69,1%. Todas as regiões apresentaram o mesmo comportamento, embora mantendo diferenças entre si. Os resultados da Região Norte foram os mais elevados em todas as classes desse rendimento. No grupo sem rendimento, o indicador da Região Sul igualou-se ao da Região Norte.

A rede pública de ensino atendia à grande maioria dos estudantes em todos os níveis de ensino. Considerando o grupo etário de menos de 18 anos, o percentual deste contingente que freqüentava escola da rede pública no total de estudantes do ensino fundamental (88,2%) suplantou o do pré-escolar (72,5%) e o do ensino médio (79,5%).

O percentual de estudantes da rede pública no total de crianças e adolescentes que freqüentavam escola apresentou sensíveis diferenças regionais. O mais elevado valor desse indicador no pré-escolar foi o da Região Sul (76,5%), no fundamental foi o da Região Norte (92,3%) e no ensino médio foram os das Regiões Norte e Sul (83,1%).

A participação da parcela atendida pela rede privada no total de crianças que freqüentavam creche foi destacadamente mais elevada que as referentes ao pré-escolar, fundamental e médio. Do total de crianças que freqüentavam creche, 42,9% eram atendidas em estabelecimentos da rede privada. Na Região Nordeste esse percentual alcançou 50,0%, superando os das demais.

O aumento da permanência diária nos estabelecimentos de ensino em atividades curriculares ou mesmo extracurriculares possibilita mais oportunidades para o desenvolvimento educacional das crianças e adolescentes.

Constatou-se que o tempo de permanência diária na escola foi crescente com o aumento do grau de ensino. Enquanto no pré-escolar 29,7% dos estudantes permaneciam mais de quatro horas diárias na escola, no ensino fundamental esta proporção cresceu para 40,6% e no ensino médio atingiu 53,7%. O percentual de crianças que permaneciam mais de quatro horas diárias na creche ficou em 53,1%.

Tabela 3 - Percentual de pessoas que não freqüentavam creche ou escola na população de 0 a 17 anos de idade, por Grandes Regiões, segundo os grupos de idade e as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - 2004

Grupos de idade e classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (1)	Percentual de pessoas que não freqüentavam creche ou escola na população de 0 a 17 anos de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
0 a 3 anos (2)	86,6	94,3	88,2	83,8	81,5	91,2
Até 1/4 salário mínimo	91,6	95,5	92,5	86,7	88,3	95,2
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	91,0	95,1	89,4	90,6	90,0	93,9
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	86,6	94,5	84,1	85,9	82,5	93,2
Mais de 1 a 2 salários mínimos	81,6	93,7	77,7	81,0	77,8	89,0
Mais de 2 salários mínimos	69,1	82,8	63,7	68,3	65,6	78,5
Sem rendimento (3)	95,0	98,1	96,1	93,0	98,1	94,5
4 a 6 anos (2)	29,5	42,1	24,3	25,2	39,8	38,3
Até 1/4 salário mínimo	38,5	52,6	32,1	38,4	59,1	57,8
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	35,0	47,8	24,5	34,1	50,1	48,1
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	27,8	35,8	14,3	25,1	42,1	40,3
Mais de 1 a 2 salários mínimos	21,1	27,4	8,4	17,7	32,4	26,1
Mais de 2 salários mínimos	9,6	16,1	4,3	7,0	17,3	9,7
Sem rendimento (3)	40,2	36,4	29,3	44,3	60,4	41,5
7 a 14 anos (2)	2,9	5,0	3,9	1,9	2,2	2,8
Até 1/4 salário mínimo	5,1	6,9	5,0	4,4	3,5	5,4
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	3,5	5,0	3,9	2,4	3,6	4,1
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	2,6	4,6	3,2	2,1	2,0	2,6
Mais de 1 a 2 salários mínimos	1,1	3,1	0,9	0,8	1,3	1,6
Mais de 2 salários mínimos	0,6	1,4	0,7	0,3	1,0	0,3
Sem rendimento (3)	7,5	16,6	8,9	6,4	3,9	4,0
15 a 17 anos (2)	18,1	21,3	21,1	14,6	18,3	20,0
Até 1/4 salário mínimo	27,0	26,7	25,6	30,9	30,1	28,1
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	23,4	24,6	23,5	21,1	27,3	24,9
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	19,1	20,4	19,0	16,9	22,4	23,5
Mais de 1 a 2 salários mínimos	12,3	15,5	8,0	11,0	14,8	17,8
Mais de 2 salários mínimos	4,8	8,4	5,0	3,8	6,2	5,6
Sem rendimento (3)	35,2	38,8	35,2	31,7	60,8	26,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Nota: Exclusive as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Exclusive os rendimentos das pessoas de menos de 10 anos de idade e das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (2) Inclusive as pessoas moradoras em domicílios sem declaração de rendimento. (3) Inclusive as informações dos domicílios cujos componentes receberam somente em benefícios.

Tabela 4 - Distribuição das pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola, por Grandes Regiões, segundo o tipo de educação infantil ou nível de ensino e rede de ensino que freqüentavam - 2004

Tipo de educação infantil ou nível de ensino e rede de ensino que freqüentavam	Distribuição das pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Creche (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Rede pública	57,1	63,9	50,0	58,7	63,6	53,1
Rede particular	42,9	36,1	50,0	41,3	36,4	46,9
Pré-escolar (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Rede pública	72,5	74,2	71,0	73,1	76,5	67,5
Rede particular	27,5	25,8	29,0	26,9	23,5	32,5
Fundamental (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Rede pública	88,2	92,3	88,6	86,1	91,3	86,7
Rede particular	11,7	7,7	11,4	13,9	8,7	13,3
Médio (1) (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Rede pública (2)	79,5	83,1	75,4	79,7	83,1	77,3
Rede particular (2)	20,5	16,9	24,6	20,2	16,9	22,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Nota: Exclusive as pessoas que freqüentavam nível superior.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de rede de ensino. (2) Inclusive as pessoas que freqüentavam curso pré-vestibular.

Na Região Sul, o percentual de estudantes que permaneciam mais de 4 horas diárias no pré-escolar (29,1%) suplantou os do ensino fundamental (18,2%) e médio (24,1%). Nas demais regiões, o tempo de permanência diária na escola ascendeu com a elevação do grau de ensino, conforme constatado para o total do País. Observaram-se, também, diferenças regionais acentuadas em termos de permanência diária na escola. Os percentuais de estudantes que permaneciam mais de 4 horas diárias na escola no pré-escolar, no ensino fundamental e no ensino médio foram mais elevados na Região Sudeste, vindo em seguida os resultados da Região Centro-Oeste. Os indicadores dessas duas regiões ficaram bastante afastados dos referentes às demais. Cabe ressaltar, ainda, que o percentual referente ao ensino fundamental da Região Centro-Oeste (46,7%), embora tenha sido o segundo maior, ficou distanciado do resultado da Região Sudeste (68,5%).

A proporção de crianças que permaneciam mais de 4 horas diárias na creche apresentou dois níveis bastante distintos. Os resultados das Regiões Norte (15,5%) e Nordeste (18,6%) ficaram muito abaixo dos alcançados nas outras regiões, que se situaram no intervalo de 67,5% a 70,0%.

Ainda com relação ao tempo de permanência diária na escola ou creche foram constatadas diferenças relevantes entre os resultados referentes aos contingentes que freqüentavam as redes pública e particular em todos os tipos de educação infantil e níveis de ensino.

O percentual de crianças e adolescentes que permaneciam mais de 4 horas diárias na escola no contingente de estudantes da rede particular foi maior que no da rede pública. Enquanto na rede privada 31,6% dos estudantes do pré-escolar, 56,3% do ensino fundamental e 71,9% do médio permaneciam mais de 4 horas diárias na

escola; na rede pública estes percentuais reduziram-se para 29,0%, 38,5% e 49,0%, respectivamente. Esse mesmo comportamento foi observado em todas as regiões, exceto para o pré-escolar na Região Centro-Oeste em que esse indicador da rede particular (39,5%) foi superado pelo da pública (46,9%).

Diferentemente do observado para o pré-escolar, fundamental e médio, o percentual de crianças que permaneciam mais de 4 horas diárias na creche no total das atendidas em estabelecimentos da rede particular (41,0%) ficou substancialmente abaixo do referente à rede pública (62,3%). O mesmo ocorreu em todas as regiões, exceto na Região Norte, em que o indicador da rede pública foi um pouco menor que o referente à rede particular.

Tabela 5 - Percentual de pessoas que permaneciam mais de 4 horas diárias na creche ou escola na população de 0 a 17 anos de idade que freqüentava creche ou escola, por Grandes Regiões e rede de ensino que freqüentavam, segundo o tipo de educação infantil ou nível de ensino que freqüentavam - 2004

Tipo de educação infantil ou nível de ensino que freqüentavam	Percentual de pessoas que permaneciam mais de 4 horas diárias na creche ou escola na população de 0 a 17 anos de idade que freqüentava creche ou escola (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total						
Creche (1)	53,1	15,5	18,6	70,0	70,7	67,5
Pré-escolar (1)	29,7	9,1	10,9	46,8	29,1	44,5
Fundamental (1)	40,6	20,2	21,8	68,5	18,2	46,7
Médio (1) (2)	53,7	39,4	43,8	68,1	24,1	60,1
Rede pública						
Creche	62,3	15,1	24,1	80,1	76,1	79,1
Pré-escolar	29,0	7,9	9,4	46,6	26,7	46,9
Fundamental	38,5	18,7	19,4	67,7	16,2	44,5
Médio (2)	49,0	33,2	37,7	64,8	19,2	53,5
Rede particular						
Creche	41,0	16,1	13,1	55,7	61,1	54,4
Pré-escolar	31,6	12,5	14,5	47,5	36,4	39,5
Fundamental	56,3	38,2	40,3	73,0	38,4	61,6
Médio (2)	71,9	69,6	62,3	81,6	48,4	82,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Nota: Exclusive as pessoas que freqüentavam curso de nível superior.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de rede de ensino. (2) Inclusive as pessoas que freqüentavam curso pré-vestibular.

Especialmente para as crianças e adolescentes das camadas da população de baixo rendimento domiciliar, a oferta de alimentação gratuita nas escolas e creches é um fator que favorece o melhor aproveitamento do ensino, além de ser um incentivo à sua permanência no sistema educacional.

No contingente de estudantes do pré-escolar, fundamental e médio, 76,4% freqüentavam escola que oferecia merenda escolar ou outra refeição gratuitamente. Na rede pública este percentual alcançou 88,8% e ficou em 7,8% na rede particular.

Na rede pública de ensino, o percentual de estudantes que freqüentavam escola que oferecia merenda escolar ou outra refeição gratuitamente foi de 93,3% no pré-escolar, 92,6% no ensino fundamental e 57,1% no ensino médio. A Região Nordeste deteve o menor valor desse indicador para o ensino pré-escolar (84,7%) e para o fundamental (84,6%) e a Região Centro-Oeste, para o ensino médio (31,6%).

A proporção de crianças que freqüentavam creche que oferecia merenda escolar ou outra refeição gratuitamente alcançou 96,3% na rede pública e ficou em 15,6% na rede particular.

A comparação dos resultados regionais para a rede pública mostrou que a Região Nordeste apresentou o menor percentual de crianças que freqüentavam creche que oferecia merenda escolar ou outra refeição gratuitamente (90,4%).

Tabela 6 - Percentual de pessoas que freqüentavam creche ou escola que oferecia merenda escolar ou outra refeição gratuitamente na população de 0 a 17 anos de idade que freqüentava creche ou escola, por Grandes Regiões, segundo a rede de ensino e o tipo de educação infantil ou nível de ensino que freqüentavam - 2004

Rede de ensino e tipo de educação infantil ou nível de ensino que freqüentavam	Percentual de pessoas que freqüentavam creche ou escola que oferecia merenda escolar ou outra refeição gratuitamente na população de 0 a 17 anos de idade que freqüentava creche ou escola (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)(2)	75,9	80,5	69,3	78,1	81,7	74,4
Creche (1)	61,6	63,4	48,6	65,6	73,6	56,5
Pré-escolar (1)	71,0	74,2	62,4	75,5	80,6	67,7
Fundamental (1)	82,5	85,9	75,5	84,9	88,7	84,6
Médio (1) (3)	46,3	39,0	32,6	53,8	51,1	25,0
Rede pública (2)	89,0	89,5	81,9	93,2	91,9	89,0
Creche	96,3	95,5	90,4	98,5	98,4	96,7
Pré-escolar	93,3	95,4	84,7	97,9	98,5	96,2
Fundamental	92,6	92,2	84,6	97,4	96,6	96,5
Médio (3)	57,1	46,2	42,1	66,3	60,5	31,6
Rede particular (2)	8,5	10,4	5,7	9,6	12,3	6,8
Creche	15,6	6,6	6,7	18,8	30,2	10,9
Pré-escolar	12,4	13,1	7,9	14,8	22,1	8,4
Fundamental	6,4	10,4	4,7	6,9	6,4	6,8
Médio (3)	4,3	3,9	3,5	4,9	4,6	2,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Nota: Exclusive as pessoas que freqüentavam curso de nível superior.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de rede de ensino. (2) Inclusive as pessoas que freqüentavam curso de alfabetização de adultos. (3) Inclusive as pessoas que freqüentavam curso pré-vestibular.

No contingente que freqüentava escola ou creche que oferecia merenda escolar ou outra refeição gratuitamente foi elevada a proporção da parcela que consumia a alimentação oferecida na creche (97,3%), no pré-escolar (92,3%) e no ensino fundamental (83,8%). Esses três resultados ficaram bastante distanciados do referente ao ensino médio (56,5%). Esses quatro indicadores relativos à rede pública foram iguais ou ficaram muito próximos aos do total. Com relação à rede particular, o percentual mais baixo foi o do ensino médio (65,4%), que suplantou o seu correspondente na rede pública.

Nas regiões, o menor percentual de crianças e adolescentes que consumiam merenda escolar ou outra refeição no total dos que freqüentavam estabelecimento de

ensino que oferecia esta alimentação foi o referente ao ensino médio da Região Sul no total (47,5%) e, também, nas redes pública (47,4%) e particular (47,5%).

Tabela 7 - Percentual de pessoas que consumiam a merenda escolar ou outra refeição oferecida gratuitamente pela creche ou escola na população de 0 a 17 anos de idade que freqüentava creche ou escola que oferecia merenda escolar ou outra refeição gratuitamente, por Grandes Regiões, segundo a rede de ensino e o tipo de educação infantil ou nível de ensino que freqüentavam - 2004

Rede de ensino e tipo de educação infantil ou nível de ensino que freqüentavam	Percentual de pessoas que consumiam a merenda escolar ou outra refeição oferecida gratuitamente pela creche ou escola na população de 0 a 17 anos de idade que freqüentava creche ou escola que oferecia merenda escolar ou outra refeição gratuitamente (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)(2)	83,5	87,9	88,7	79,6	79,2	88,8
Creche (1)	97,3	94,2	96,3	97,7	97,8	98,7
Pré-escolar (1)	92,3	94,4	93,4	91,1	91,2	94,8
Fundamental (1)	83,8	88,2	88,6	79,4	80,2	89,0
Médio (1)(3)	56,5	52,6	65,4	57,2	47,4	62,3
Rede pública (2)	83,5	87,9	88,7	79,5	79,1	88,7
Creche	97,3	94,0	96,2	97,7	97,8	99,1
Pré-escolar	92,4	94,6	93,5	91,1	91,3	95,1
Fundamental	83,8	88,2	88,6	79,4	80,3	89,0
Médio (3)	56,3	52,2	64,7	57,2	47,4	61,7
Rede particular (2)	85,6	88,8	89,7	83,5	83,5	89,4
Creche	97,6	100,0	97,0	97,6	98,0	94,8
Pré-escolar	89,9	89,2	91,6	89,7	89,1	88,1
Fundamental	79,8	89,0	85,5	76,0	67,2	89,4
Médio (3)	65,2	72,9	91,4	58,7	47,5	86,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Nota: Excluídas as pessoas que freqüentavam curso de nível superior.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de rede de ensino. (2) Inclusive as pessoas que freqüentavam curso de alfabetização de adultos. (3) Inclusive as pessoas que freqüentavam curso pré-vestibular.

O afastamento das crianças e adolescentes do processo de formação educacional pode estar associado a diversos fatores, tais como aqueles intrínsecos ao grupo familiar, ainda que possam ser decorrentes das dificuldades da sua condição de vida (como é o caso, por exemplo, da inserção precoce no processo produtivo ou o envolvimento em afazeres domésticos) e os associados às dificuldades de acesso aos estabelecimentos de ensino (como é o caso, por exemplo, da inexistência de escola ou creche localizada próxima à moradia).

Constatou-se que os motivos indicados para não freqüentar escola apresentaram diferenças sensíveis em função da idade. No grupo etário de 15 a 17 anos, a proporção de pessoas que não freqüentavam escola para ajudar nos afazeres domésticos, trabalhar ou procurar trabalhar alcançou 20,1%, enquanto no de 7 a 14 anos baixou para 5,1% e foi desprezível para as crianças de menos de 7 anos de idade.

Por outro lado, a inexistência de escola ou creche perto de casa, falta de vaga ou de transporte escolar como motivo para não freqüentar escola ou creche apresentou percentual decrescente com o aumento da idade. Esse motivo foi indicado por 5,3% do contingente de 15 a 17 anos de idade, 14,7% do grupo de 7 a 14 anos de idade e 17,2% do grupo de menos de 7 anos de idade.

Os percentuais de crianças e adolescentes que não freqüentavam escola por vontade própria ou dos pais ou responsáveis ou por terem concluído a série ou curso desejado ficaram próximos nos grupos etários de 7 a 14 anos (32,4%) e de menos de 7 anos (32,1%), sendo mais elevado no de 15 a 17 anos de idade (45,6%).

Em termos regionais, os comportamentos foram diferenciados. Na faixa etária de 7 a 14 anos de idade, o percentual de crianças e adolescentes que tinham a inexistência de escola perto de casa, falta de vaga ou de transporte escolar como motivo para não freqüentar escola foi mais elevado nas Regiões Norte (20,9%) e Centro-Oeste (19,0%) e menor na Região Sul (8,4%). No grupo de menos de 7 anos de idade, o maior valor desse indicador foi o da Região Sul (21,1%) e o mais baixo, da Região Norte (14,2%). Na faixa etária de 15 a 17 anos, os resultados regionais foram mais baixos e ficaram próximos, variando de 4,4% a 6,7%.

Tabela 8 - Distribuição das pessoas de 0 a 17 anos de idade que não freqüentavam creche ou escola, por Grandes Regiões, segundo os grupos de idade e o motivo de não freqüentarem creche ou escola - 2004

Grupos de idade e motivo de não freqüentarem creche ou escola	Distribuição das pessoas de 0 a 17 anos de idade que não freqüentavam creche ou escola (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
0 a 6 anos (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Ajudar nos afazeres domésticos, trabalhar ou procurar trabalho	0,0	0,0	-	-	0,0	-
Não existia escola ou creche perto de casa, faltava vaga na escola ou creche ou faltava transporte escolar	17,2	14,2	17,0	17,4	21,1	15,3
Faltava dinheiro para as despesas para se manter na escola ou creche	2,5	1,3	2,4	3,0	2,5	1,9
Por vontade própria ou dos pais ou responsáveis ou concluiu a série ou curso desejado	32,1	17,7	20,0	43,7	44,4	28,8
Outro motivo	48,3	66,7	60,6	35,8	32,0	54,1
7 a 14 anos (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Ajudar nos afazeres domésticos, trabalhar ou procurar trabalho	5,1	3,2	6,2	3,4	6,8	6,8
Não existia escola ou creche perto de casa, faltava vaga na escola ou creche ou faltava transporte escolar	14,7	20,9	12,9	15,1	8,4	19,0
Faltava dinheiro para as despesas para se manter na escola ou creche	3,2	1,4	4,9	2,6	2,4	-
Por vontade própria ou dos pais ou responsáveis ou concluiu a série ou curso desejado	32,4	28,2	34,8	28,6	39,1	31,8
Outro motivo	44,7	46,3	41,2	50,2	43,4	42,4
15 a 17 anos (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Ajudar nos afazeres domésticos, trabalhar ou procurar trabalho	20,1	15,0	18,0	21,3	26,7	20,0
Não existia escola ou creche perto de casa, faltava vaga na escola ou creche ou faltava transporte escolar	5,3	6,7	5,3	4,4	6,1	5,8
Faltava dinheiro para as despesas para se manter na escola ou creche	2,3	1,5	1,8	2,9	3,2	1,5
Por vontade própria ou dos pais ou responsáveis ou concluiu a série ou curso desejado	45,6	43,9	47,8	46,0	41,1	43,8
Outro motivo	26,6	31,8	27,3	25,1	22,9	28,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração do motivo de não freqüentarem escola.

Acesso a transferências de renda de programas sociais

Dentre os programas sociais governamentais, das esferas federal, estadual e municipal, encontram-se aqueles que visam a dar suporte às famílias das menores faixas de rendimento por meio de transferências em dinheiro. Entre esses programas de transferência pesquisados, estavam desde o auxílio-gás, que era de R\$ 7,50 mensal, pago bimestralmente, até o Benefício Assistencial de Prestação Continuada - BPC, que foi fixado em um salário mínimo mensal. De acordo com a legislação, em um grupo familiar pode haver mais de uma pessoa recebendo dinheiro de programa social. Por exemplo, o fato de existir uma pessoa recebendo o Benefício Assistencial de Prestação Continuada não impede que outro idoso ou portador de deficiência residindo no mesmo domicílio solicite e passe a receber também este benefício, pois o ganho proveniente de programa social não é incluído no cômputo do rendimento do grupo familiar, conforme definido para o Programa. Cabe ainda lembrar que o Programa Bolsa-Família, criado para unificar a gestão e execução dos programas sociais de transferência de dinheiro do governo, tais como: o Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás e outros, foi sancionado pela Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004 e a sua implantação no Território Nacional estava em curso nesse ano. O foco principal do Bolsa-Família foi a ampliação da cobertura e a regularização dos benefícios. Entretanto, por desconhecimento do processo de unificação, as pessoas poderiam ainda se identificar como beneficiárias dos programas anteriores nos quais se inscreveram. Em consequência, não é aconselhável a análise de cada programa social separadamente. Ademais, por questões operacionais, a investigação foi referenciada às unidades domiciliares e não às pessoas ou aos grupos familiares, conforme definidos para os diversos programas sociais.

Os resultados da Pesquisa de 2004 mostraram que o rendimento mediano mensal dos domicílios situou-se em R\$ 780,00. A Região Nordeste deteve o menor valor desse rendimento (R\$ 500,00), vindo em seguida o da Região Norte (R\$ 640,00). No outro extremo, ficaram os resultados das Regiões Sudeste (R\$ 960,00) e Sul (R\$ 1000,00). Esse rendimento da Região Centro-Oeste situou-se em R\$ 800,00.

Constatou-se que o rendimento mediano mensal dos domicílios que tinham algum morador recebendo dinheiro de programa social do governo (R\$ 458,00) estava em patamar substancialmente inferior ao dos que não tinham (R\$ 880,00). O rendimento mediano mensal dos domicílios com recebimento de dinheiro de programa social do governo representava pouco mais da metade (52%) do referente aos que não tinham este tipo de rendimento. Em todas as regiões houve sensível defasagem entre os rendimentos desses dois grupos de domicílios, sendo que a Região Sul apresentou a maior diferença e a Norte, a menor. O rendimento mediano mensal dos domicílios que receberam representou 76,4% do referente aos que não receberam benefício monetário de programa social do governo na Região Norte e 51,1%, na Região Sul.

No total de domicílios particulares, 15,6% eram constituídos por aqueles em que algum morador recebeu dinheiro de programa social do governo. A Região Nordeste apresentou o maior valor desse indicador (32,0%) e a Sudeste, o mais baixo (7,9%).

A proporção de moradias em que algum morador recebeu benefício monetário de programa social do governo foi decrescente com o aumento da faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita*. Na faixa de até ¼ do salário mínimo esse percentual atingiu 50,3% e na de mais de dois salários mínimos situou-se em 0,7%. Essa mesma evolução foi observada em todas as regiões.

Tabela 9 - Percentual de domicílios que receberam dinheiro de programa social do governo no mês de referência no total de domicílios particulares, por Grandes Regiões, segundo as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - 2004

Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (1)	Percentual de domicílios que receberam dinheiro de programa social do governo no mês de referência no total de domicílios particulares (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	15,6	18,2	32,0	7,9	10,5	14,0
Até 1/4 salário mínimo	50,3	38,9	56,8	39,2	46,2	36,4
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	37,2	31,7	47,1	27,0	37,3	30,5
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	17,0	16,6	25,7	10,9	17,0	19,8
Mais de 1 a 2 salários mínimos	4,2	6,6	8,8	2,5	3,4	7,4
Mais de 2 salários mínimos	0,7	1,1	1,5	0,5	0,6	1,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Excluídas as informações das pessoas de menos de 10 anos de idade e das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Nos domicílios particulares em que algum morador recebeu dinheiro oriundo de programa social do governo, quase 91% tinham rendimento domiciliar *per capita* de até 1 salário mínimo e 1,1% de mais de 2 salários mínimos. Naqueles domicílios em que nenhum morador recebeu transferência monetária de programa social do governo, a parcela dos sem rendimento ou com rendimento mensal domiciliar *per capita* de até 1 salário mínimo representou 43,0% e a dos que tinham mais de 2 salários mínimos, 27,2%.

O percentual de domicílios com rendimento mensal domiciliar *per capita* de até 1 salário mínimo no total dos domicílios particulares em que houve recebimento de dinheiro de programa social do governo foi mais alto na Região Nordeste (93,8%) e menor na Região Centro-Oeste (83,3%).

Em áreas em que se concentram moradias com baixo rendimento domiciliar, encontram-se com mais frequência domicílios que não dispõem dos serviços de esgotamento sanitário, abastecimento de água, coleta de lixo, eletricidade e telefone, ainda que a cobertura desses serviços venha-se ampliando ao longo dos anos. Conseqüentemente, as proporções de moradias atendidas por esses serviços importantes para saúde, bem-estar e comunicação dos seus moradores no grupo dos domicílios que tiveram recebimento de dinheiro de programa social do governo foram acentuadamente mais baixas do que naqueles que não tiveram.

O percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado (existente quando a instalação sanitária é ligada à rede coletora de esgoto ou à fossa séptica) foi de 42,4% no grupo dos que tiveram recebimento de dinheiro de programa social do governo e de 73,9% no dos que não tiveram. Em relação ao atendimento por rede geral de abastecimento de água, esses percentuais foram, respectivamente, 69,0% e 84,7%.

Tabela 10 - Distribuição dos domicílios particulares, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência e as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - 2004

Recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência e classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (1)	Distribuição dos domicílios particulares (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Receberam (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1/4 salário mínimo	24,9	22,7	33,0	16,2	14,5	10,4
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	37,3	40,1	38,2	37,2	34,2	31,9
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	28,7	27,8	22,6	34,8	39,0	41,1
Mais de 1 a 2 salários mínimos	6,5	7,2	3,9	8,6	9,7	14,1
Mais de 2 salários mínimos	1,1	0,9	0,5	1,8	1,8	2,3
Sem rendimento (3)	-	-	-	-	-	-
Não receberam (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1/4 salário mínimo	4,4	7,8	11,6	2,0	1,8	2,8
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	11,4	19,2	20,1	8,4	6,5	11,6
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	25,9	31,0	30,8	24,2	22,2	27,1
Mais de 1 a 2 salários mínimos	27,3	22,5	19,1	29,0	33,2	28,9
Mais de 2 salários mínimos	27,2	17,2	14,9	31,3	34,2	27,3
Sem rendimento (3)	1,3	1,2	1,7	1,3	0,8	1,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Exclusive as informações das pessoas de menos de 10 anos de idade e das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (2) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento domiciliar. (3) Inclusive os domicílios cujos componentes receberam somente em benefícios.

Com relação à proporção de domicílios atendidos por serviço de coleta de lixo, a diferença também foi relevante (66,0% para os que tiveram recebimento de benefício monetário de programa social do governo e 88,3% para os que não tiveram). No caso dos domicílios dotados de iluminação elétrica, o percentual no grupo dos que receberam dinheiro de programa social do governo foi de 92,9% e no dos que não receberam, 97,6%. No caso da existência de telefone, esses percentuais foram, respectivamente, 34,9% e 71,2%.

As regiões apresentavam diferenças relevantes entre si com referência a essas características da habitação, mas, em todas, os valores dos indicadores concernentes aos domicílios que tiveram recebimento monetário de programa social do governo sempre ficaram abaixo daqueles que não tiveram, a exemplo do observado para o total do País.

O diferencial de rendimento domiciliar se refletiu também na posse de bens duráveis importantes para a saúde, conforto e acesso à informação das pessoas.

No que concerne à posse dos bens mais difundidos nos domicílios, as diferenças foram expressivas entre o grupo dos que receberam dinheiro de programa social do governo (72,1% para geladeira, 81,7% para rádio e 82,5% para televisão) e o dos que não receberam (90,3% para geladeira, 89,0%, para rádio e 91,8% para televisão). Entre aqueles menos comuns, as disparidades também foram acentuadas. No grupo dos domicílios que tiveram esse recebimento, 6,1% tinham *freezer*, 7,6% possuíam máquina de lavar e 1,4% contavam com microcomputador e, no dos que não tiveram estes percentuais subiram para 19,3%, 39,6% e 19,2%, respectivamente.

Tabela 11 - Percentual de domicílios dotados de algumas características no total de domicílios particulares permanentes, por Grandes Regiões e recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência, segundo as características existentes nos domicílios - 2004

Características existentes nos domicílios	Percentual de domicílios dotados de algumas características no total de domicílios particulares permanentes (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Receberam dinheiro de programa social do governo						
Abastecimento de água de rede geral	69,0	53,2	63,6	81,0	75,8	78,1
Esgotamento sanitário adequado	42,4	34,7	33,3	66,8	50,7	25,5
Coleta de lixo	66,0	60,5	56,8	80,3	73,8	83,5
Iluminação elétrica	92,9	85,3	90,9	97,2	96,9	96,9
Telefone	34,9	31,6	24,1	45,7	52,7	57,3
Não receberam dinheiro de programa social do governo						
Abastecimento de água de rede geral	84,7	55,6	77,7	92,4	84,8	79,0
Esgotamento sanitário adequado	73,9	54,0	51,3	88,7	79,3	44,1
Coleta de lixo	88,3	73,2	76,0	95,4	89,0	87,2
Iluminação elétrica	97,6	90,5	93,8	99,6	99,1	97,6
Telefone	71,2	51,8	49,7	78,6	81,5	75,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Tabela 12 - Percentual de domicílios dotados de alguns bens duráveis no total de domicílios particulares permanentes, por Grandes Regiões e recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência, segundo os bens duráveis existentes nos domicílios - 2004

Bens duráveis existentes nos domicílios	Percentual de domicílios dotados de alguns bens duráveis no total de domicílios particulares permanentes (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Receberam dinheiro de programa social do governo						
Geladeira	72,1	66,0	61,6	86,8	87,7	87,2
Freezer	6,1	7,9	2,7	5,6	21,9	7,8
Máquina de lavar roupa	7,6	7,6	2,2	13,2	20,2	10,2
Rádio	81,7	69,5	79,3	87,5	90,2	80,8
Televisão	82,5	73,3	78,7	90,2	87,8	87,6
Microcomputador	1,4	0,7	0,7	2,5	1,8	2,4
Não receberam dinheiro de programa social do governo						
Geladeira	90,3	76,7	75,1	96,4	95,9	91,0
Freezer	19,3	15,9	8,6	18,4	35,4	20,7
Máquina de lavar roupa	39,6	20,1	14,2	49,2	55,0	28,6
Rádio	89,0	73,8	81,3	93,0	94,1	85,8
Televisão	91,8	80,7	83,2	96,1	94,6	90,2
Microcomputador	19,2	8,2	9,8	23,8	22,7	17,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

A composição do domicílio e determinadas características dos seus moradores, tais como o nível de instrução e as formas de inserção no mercado de trabalho, apresentam efeitos sensíveis na formação e nível do rendimento domiciliar.

A exemplo do observado para as condições da habitação, o diferencial entre o nível do rendimento domiciliar das moradias que receberam dinheiro de programa social do governo e o das que não receberam também foi percebido no perfil socioeconômico dos seus moradores.

Os domicílios em que houve recebimento de transferência de dinheiro de programa social do governo, tinham, em média, maior número de moradores do que aqueles em não houve este tipo de recebimento. Nos que receberam essa transferência monetária, o número médio de moradores foi de 4,8 e nos que não receberam, 3,3. Esse diferencial foi observado em todas as regiões.

Tabela 13 - Número médio de moradores por domicílio particular permanente, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência - 2004

Recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência	Número médio de moradores por domicílio particular permanente					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)	3,5	4,0	3,9	3,3	3,3	3,4
Recebeu	4,8	5,5	4,9	4,8	4,5	4,3
Não recebeu	3,3	3,7	3,3	3,2	3,1	3,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Inclusive os moradores em domicílios sem declaração de recebimento de dinheiro de programa social do governo.

O confronto das populações residentes em domicílios em que houve e em que não houve recebimento de transferência de dinheiro de programa social mostrou que a estrutura etária da primeira era mais jovem que a da segunda no total do País e em todas as regiões.

No contingente residente em moradias em que houve recebimento dessa transferência monetária, as crianças e adolescentes representavam 48,0% e os idosos de 60 anos ou mais de idade, 5,0% e, na população moradora em domicílios em que não houve, estes percentuais foram de 28,7% e 11,1%, respectivamente.

Tabela 14 - Distribuição da população residente, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e os grupos de idade - 2004

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e grupos de idade	Distribuição da população residente (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Recebeu (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0 a 17 anos	48,0	53,0	46,9	49,0	48,3	46,2
18 a 39 anos	31,1	30,4	31,8	30,5	29,1	31,7
40 a 59 anos	15,9	12,8	15,9	16,2	18,1	15,8
60 anos ou mais	5,0	3,7	5,4	4,3	4,5	6,2
Não recebeu (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0 a 17 anos	28,7	36,7	29,4	27,3	26,9	31,0
18 a 39 anos	37,6	39,1	39,1	36,7	36,4	39,8
40 a 59 anos	22,7	17,1	19,4	24,4	25,1	21,3
60 anos ou mais	11,1	7,0	12,1	11,6	11,6	8,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Inclusive a população com idade ignorada.

No que concerne à classificação por cor ou raça, verificou-se que a proporção de pessoas que se enquadraram como pretas ou pardas foi muito mais elevada na população residente em domicílios em que houve recebimento de transferência de dinheiro de programa social (66,6%) do que na que residia em moradias em que não houve esse recebimento (42,8%).

O nível de instrução dos moradores em domicílios em que houve recebimento desse tipo de benefício foi acentuadamente menor que o dos residentes em moradias em que não houve. Esse fato foi observado em todas as regiões.

A proporção de pessoas com pelo menos o equivalente ao ensino médio concluído (11 anos ou mais de estudo) ficou abaixo de 7% no grupo dos moradores em domicílios que receberam e atingiu 31% no dos residentes em moradias que não receberam dinheiro de programa social do governo. As proporções de pessoas com 15 anos ou mais de estudo (ou seja, que concluíram pelo menos quatro séries de curso superior) foram, respectivamente, de 0,3% e 6,8%.

Tabela 15 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e os grupos de anos de estudo - 2004

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e grupos de anos de estudo	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Receberam (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução e menos de 1 ano	17,8	14,7	22,4	12,1	10,8	15,0
1 a 3 anos	23,9	28,9	25,0	21,9	21,0	19,6
4 a 7 anos	39,2	36,9	35,5	43,7	47,8	43,5
8 a 10 anos	12,1	11,7	10,6	14,4	14,2	13,5
11 a 14 anos	6,4	7,1	6,0	7,2	5,4	7,9
15 anos ou mais	0,3	0,1	0,2	0,4	0,2	0,3
Não receberam (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução e menos de 1 ano	9,7	12,1	18,4	6,9	6,3	8,6
1 a 3 anos	12,0	16,3	14,5	10,7	10,9	12,1
4 a 7 anos	29,4	30,4	25,8	29,5	32,3	31,0
8 a 10 anos	17,6	16,3	15,0	18,6	18,6	17,8
11 a 14 anos	24,2	20,7	21,3	26,2	24,0	23,3
15 anos ou mais	6,8	3,7	4,8	7,9	7,3	7,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Inclusive as pessoas com anos de estudo não-determinados ou sem declaração.

A taxa de analfabetismo foi outro indicador que mostrou a diferença em termos educacionais entre os dois grupos. Na população de 10 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo foi de 18,2% no grupo dos moradores em domicílios em que houve recebimento monetário de programa social do governo e de 8,6% no dos residentes em moradias em que não houve. Na faixa de 10 a 14 anos de idade, em que as crianças deveriam minimamente estar alfabetizadas, o percentual de analfabetas foi, respectivamente, de 6,0% e 2,4%.

Tabela 16 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e os grupos de idade - 2004

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e grupos de idade	Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Receberam (1)	18,2	14,8	24,1	11,0	9,2	13,6
10 a 14 anos	6,0	7,5	8,6	2,6	1,8	1,9
15 anos ou mais (1)	21,6	17,3	28,0	13,6	11,5	16,8
Não receberam (1)	8,6	10,8	18,3	5,5	5,1	7,2
10 a 14 anos	2,4	4,9	6,9	1,0	0,8	1,1
15 anos ou mais (1)	9,1	11,6	19,3	5,9	5,5	7,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Inclusive as pessoas com idade ignorada.

O nível da ocupação (percentual de pessoas ocupadas na população de 10 anos ou mais de idade) na parcela residente em habitações que receberam benefício monetário de programa social do governo foi menor (52,1%) do que na moradora em domicílios que não receberam (57,7%), o mesmo ocorrendo para ambos os gêneros. Esse indicador foi de 63,8% na população masculina e de 41,0% na feminina na primeira parcela e de 69,5% e 46,8%, respectivamente, na segunda. A inserção de crianças e adolescentes na população ocupada foi mais intensa nos domicílios que receberam dinheiro de programa social do governo do que nos que não receberam. Na parcela dos moradores em domicílios que receberam esse benefício, o nível da ocupação na faixa etária de 10 a 14 anos foi de 14,8% e na de 15 a 17 anos, 38,1%, enquanto na dos residentes em moradias que não receberam, caiu para 7,1% e 27,9%, respectivamente. Esse mesmo comportamento foi observado em todas as regiões.

Cabe ressaltar, ainda, que o nível da ocupação mais elevado na parcela das pessoas moradoras em domicílios que não receberam dinheiro de programa social do governo decorreu, principalmente, da maior contribuição dos adultos de 20 a 49 anos de idade, uma vez que nas faixas etárias mais jovens e de mais idade, foi menor que na parcela das residentes em moradias que receberam.

As formas de inserção no mercado de trabalho da população apresentaram estruturas bastante distintas quando separadas em função do recebimento ou não de benefício monetário de programa social do governo.

O segmento agrícola foi o que mais absorveu as pessoas ocupadas moradoras em domicílios que receberam dinheiro de programa social do governo (43,7%), enquanto os serviços foram os que mais concentraram aquelas residentes em habitações que não receberam (43,6%).

Tabela 17 - Nível da ocupação na semana de referência das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e os grupos de idade - 2004

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e grupos de idade	Nível da ocupação na semana de referência das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Receberam (1)	52,1	51,5	53,6	47,7	56,6	49,5
10 a 14 anos	14,8	15,2	18,3	8,1	16,6	8,6
15 a 17 anos	38,1	37,0	38,8	33,9	46,4	36,8
18 ou 19 anos	57,6	54,6	56,9	56,7	66,1	61,8
20 a 39 anos	69,3	72,1	68,7	67,0	74,4	70,3
40 a 49 anos	75,2	77,6	76,4	71,3	77,5	72,7
50 a 59 anos	69,2	73,5	71,7	61,4	72,6	62,0
60 anos ou mais	36,1	40,1	37,3	31,7	43,0	26,5
Não receberam (1)	57,7	59,7	56,6	55,4	63,8	60,7
10 a 14 anos	7,1	13,2	9,8	3,3	10,9	8,2
15 a 17 anos	27,9	33,4	27,4	23,4	37,8	30,6
18 ou 19 anos	50,5	50,3	43,3	49,5	63,2	53,9
20 a 39 anos	74,5	73,0	70,5	74,3	80,8	75,8
40 a 49 anos	76,5	81,2	75,7	74,4	80,7	79,0
50 a 59 anos	63,0	72,6	64,7	59,0	68,6	65,5
60 anos ou mais	29,1	36,7	35,2	22,8	35,9	34,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Inclusive as pessoas com idade ignorada.

As Regiões Sudeste e Centro-Oeste apresentaram os menores percentuais de pessoas em atividade agrícola na população ocupada (10,0% e 17,3%, respectivamente). Na Região Sudeste, esse indicador alcançou 30,4% no grupo das pessoas residentes em moradias que receberam transferência monetária de programa social do governo e situou-se em 8,0% no das pessoas moradoras em domicílios que não receberam. Na Região Centro-Oeste, o distanciamento entre os percentuais de pessoas em atividade agrícola na população ocupada residente em domicílios em que houve (23,8%) e em que não houve (16,2%) recebimento de dinheiro de programa social do governo, ainda que expressivo, foi menor que nas demais.

A parcela dos trabalhadores sem contrapartida de remuneração em atividade agrícola apresentava participação maior do que em atividade não-agrícola.

Conforme foi visto, a proporção de pessoas ocupadas em atividade agrícola residentes em domicílios que receberam dinheiro de programa social do governo

Tabela 18 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e os segmentos de atividade do trabalho principal - 2004

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e segmentos de atividade do trabalho principal	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)(2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola (1)	21,0	28,6	36,2	10,0	22,6	17,3
Indústria (1)	14,7	11,4	9,4	17,7	18,5	10,7
Construção (1)	6,3	6,5	5,3	7,0	5,8	7,3
Comércio e reparação (1)	17,3	17,4	15,5	18,3	17,0	19,0
Serviços (1)	40,5	35,5	33,3	46,8	36,0	45,6
Receberam (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	43,7	41,5	51,4	30,4	42,7	23,8
Indústria	10,2	9,6	8,7	12,3	13,7	11,7
Construção	7,1	6,5	5,5	10,1	8,6	10,6
Comércio e reparação	11,8	13,3	11,0	13,0	11,2	13,7
Serviços	26,7	28,1	23,1	34,0	23,4	40,2
Não receberam (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	15,7	25,1	26,6	8,0	19,7	16,2
Indústria	15,7	11,8	9,8	18,3	19,2	10,6
Construção	6,1	6,5	5,2	6,6	5,3	6,7
Comércio e reparação	18,6	18,5	18,4	18,8	17,9	19,9
Serviços	43,6	37,5	39,7	48,0	37,7	46,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio. (2) Inclusive as pessoas com atividade mal definida ou não-declarada.

foi expressivamente mais alta do que a das residentes em moradias que não receberam. Conseqüentemente, no total da população ocupada residente em domicílios que tiveram esse recebimento o percentual de trabalhadores sem contrapartida de remuneração foi mais elevado que no daquela moradora em residências que não tiveram. Esse comportamento foi observado em todas as regiões.

No grupo das pessoas moradoras em domicílios que receberam transferência monetária de programa social, os trabalhadores sem contrapartida de remuneração (não-remunerados e trabalhadores na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso) representavam 23,5% da população ocupada e no das pessoas residentes em moradias que não receberam, 8,2%. Os empregados, que constituíam a maior categoria de posição na ocupação, representavam 40,6% na primeira parcela e 58,6% na segunda.

Tabela 19 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e a posição na ocupação no trabalho principal - 2004

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e posição na ocupação no trabalho principal	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Receberam	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados	40,6	37,3	34,5	53,8	42,4	53,0
Trabalhadores domésticos	9,4	8,5	7,0	14,2	10,1	15,3
Conta própria	25,3	27,2	28,9	18,5	21,3	19,9
Empregadores	1,2	2,1	1,1	1,1	0,8	1,2
Não-remunerados	15,6	17,2	19,5	5,9	18,1	6,0
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	7,7	7,6	8,8	6,4	6,8	4,5
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,2	0,1	0,1	0,2	0,5	0,2
Não receberam	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados	58,6	48,6	50,4	64,5	56,2	59,5
Trabalhadores domésticos	7,2	6,6	6,0	8,1	5,7	8,6
Conta própria	21,2	26,3	26,5	18,6	20,5	19,7
Empregadores	4,8	4,1	3,9	4,9	5,8	5,2
Não-remunerados	4,9	9,3	8,1	2,1	7,4	4,0
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	3,2	5,1	5,0	1,7	4,3	2,8
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

As inserções, tanto dos empregados como dos trabalhadores domésticos, em emprego registrado, foram, proporcionalmente, muito mais elevadas no grupo dos residentes em domicílios que não receberam benefício monetário de programa social do que naquele dos moradores em residências que receberam.

As pessoas com emprego registrado (com carteira de trabalho assinada, militares e funcionários públicos estatutários) representavam 38,3% do conjunto formado pelas categorias dos empregados e trabalhadores domésticos, na parcela dos moradores em domicílios que receberam transferência em dinheiro de programa social do governo, e 66,2%, na dos residentes em moradias que não receberam. Esses percentuais foram, respectivamente, de 43,8% e 70,7% na categoria dos empregados e de 14,2% e 29,3% na dos trabalhadores domésticos. Esse comportamento foi observado em todas as regiões.

Tabela 20 - Distribuição dos empregados no trabalho principal da semana de referência, de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e a categoria do emprego no trabalho principal - 2004

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e categoria do emprego no trabalho principal	Distribuição dos empregados no trabalho principal da semana de referência, de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Receberam (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	32,9	25,5	26,1	40,8	44,6	34,8
Militares e estatutários	5,4	8,1	5,8	4,6	3,0	6,7
Outro sem carteira de trabalho assinada	61,7	66,4	68,1	54,7	52,4	58,6
Empregados (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	37,2	29,3	29,6	46,2	50,2	40,5
Militares e estatutários	6,6	10,0	7,0	5,8	3,8	8,6
Outro sem carteira de trabalho assinada	56,1	60,7	63,4	48,1	46,0	50,9
Trabalhadores domésticos (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	14,2	8,6	8,7	20,4	20,7	14,7
Sem carteira de trabalho assinada	85,7	91,4	91,3	79,6	79,2	85,3
Não receberam (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	54,8	37,2	40,1	60,3	62,8	47,1
Militares e estatutários	11,4	16,4	14,8	9,6	10,2	15,0
Outro sem carteira de trabalho assinada	33,8	46,5	45,0	30,1	27,0	37,9
Empregados (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	57,9	40,5	42,6	63,6	65,9	50,2
Militares e estatutários	12,8	18,6	16,6	10,8	11,2	17,2
Outro sem carteira de trabalho assinada	29,3	40,9	40,8	25,6	22,9	32,6
Trabalhadores domésticos (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	29,3	12,6	19,0	34,5	32,5	25,7
Sem carteira de trabalho assinada	70,6	87,4	81,0	65,5	67,4	74,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de categoria do emprego.

Em relação às pessoas de referência dos domicílios, verificou-se que a parcela de pessoas de menos de 20 anos de idade foi muito reduzida, tanto para as moradoras em habitações em que houve recebimento de dinheiro de programa social do governo (0,3%) como para as residentes nas moradias em que não houve (0,7%). Por outro lado, a parcela das pessoas de referência de 60 anos ou mais de idade foi muito expressiva, ainda que apresentando defasagem acentuada entre os resultados referentes às pessoas de referências dos domicílios em que houve (14,9%) e em que não houve (23,4%) recebimento monetário de programa social do governo.

Cabe notar que, no conjunto das pessoas de referência das moradias em que houve recebimento de transferência de dinheiro de programa social do governo, o percentual de pessoas de 30 a 49 anos de idade (57,8%), que é a faixa etária cuja participação no mercado de trabalho é maior, foi mais elevado do que no daquelas moradoras em domicílios em que não houve (44,6%).

Tabela 21 - Distribuição das pessoas de referência dos domicílios, de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e os grupos de idade - 2004

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e grupos de idade	Distribuição das pessoas de referência dos domicílios, de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Receberam (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 19 anos	0,3	0,5	0,4	0,0	0,2	0,1
20 a 29 anos	10,9	11,7	11,7	9,4	9,4	11,1
30 a 39 anos	29,9	33,3	27,9	32,1	31,5	31,5
40 a 49 anos	27,9	27,4	26,7	30,1	30,8	25,1
50 a 59 anos	16,2	14,6	16,8	15,3	16,2	15,7
60 anos ou mais	14,9	12,5	16,6	13,0	11,8	16,4
Não receberam (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 19 anos	0,7	1,3	1,0	0,5	0,5	1,0
20 a 29 anos	13,2	18,3	15,5	11,2	12,5	17,1
30 a 39 anos	21,6	26,0	20,4	21,1	21,6	24,4
40 a 49 anos	23,0	21,8	19,6	24,2	23,6	23,5
50 a 59 anos	18,1	15,6	16,4	19,0	19,0	16,7
60 anos ou mais	23,4	16,9	27,1	24,0	22,7	17,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Inclusive as pessoas com idade ignorada.

Também o percentual do grupo etário de 30 a 49 anos na população ocupada de pessoas de referência dos domicílios em que houve recebimento monetário de programa social do governo foi mais alto do que na residente em moradias que não houve recebimento. O grupo de 60 anos ou mais de idade representou 8,4% na população ocupada das pessoas de referência dos domicílios que tiveram esse recebimento e 10,9% na da residente em moradias que não tiveram. A defasagem entre esses resultados foi substancialmente menor que a observada entre os referentes ao total de pessoas de referência dos domicílios, que foram, respectivamente, de 14,9% e 23,4%.

A estrutura etária mais envelhecida das pessoas de referência é um fator importante que se refletiu no nível da ocupação desta população. Enquanto esse indicador do total da população em idade ativa situou-se em 56,5%, o referente ao contingente das pessoas de referência dos domicílios alcançou 74,6%. Esse mesmo comportamento foi observado para ambos os gêneros. Esses dois indicadores foram, respectivamente, 68,2% e 82,6%, no contingente masculino, e 45,6% e 52,%, no feminino.

Tabela 22 - Distribuição das pessoas de referência dos domicílios, de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência, o sexo e os grupos de idade - 2004

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e grupos de idade	Distribuição das pessoas de referência dos domicílios, de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Receberam (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 19 anos	0,3	0,6	0,4	0,0	0,2	0,2
20 a 29 anos	11,8	12,2	12,7	9,7	10,3	12,7
30 a 39 anos	33,4	36,3	31,0	36,4	34,7	36,3
40 a 49 anos	30,4	29,1	29,4	33,1	31,9	28,0
50 a 59 anos	15,8	14,4	17,1	13,8	15,7	15,3
60 anos ou mais	8,4	7,4	9,4	7,0	7,3	7,6
Não receberam (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 19 anos	0,7	1,3	1,0	0,5	0,6	1,1
20 a 29 anos	16,2	20,4	19,0	14,3	14,7	19,3
30 a 39 anos	27,1	29,7	25,4	27,4	26,4	28,6
40 a 49 anos	27,3	24,4	23,1	29,8	27,3	26,3
50 a 59 anos	17,8	15,4	16,7	18,7	18,8	15,9
60 anos ou mais	10,9	8,8	14,8	9,4	12,1	8,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Inclusive as pessoas com idade ignorada.

O nível da ocupação das pessoas de referência dos domicílios que receberam dinheiro de programa social do governo (79,1%) foi maior que o daquelas moradoras em domicílios que não receberam (73,7%). Esses percentuais situaram-se, respectivamente em 87,2% e 81,7%, na parcela masculina, e 54,7% e 52,0%, na feminina.

A distribuição das pessoas de referência dos domicílios por grupamentos de atividade foi semelhante à do total de pessoas ocupadas, tanto para as que residiam em moradias que receberam como para as que moravam em residências que não receberam benefício monetário de programa social do governo. No grupo das pessoas de referência residentes em domicílios que tiveram esse recebimento, 42,1% estavam inseridas no segmento agrícola e no das moradoras em residências que não tiveram, 39,6% estavam no segmento dos serviços.

No que concerne à estrutura por posição na ocupação, verificou-se que no contingente ocupado formado pelas pessoas de referência dos domicílios a participação dos trabalhadores sem contrapartida de remuneração foi menor que a do total. Esses resultados refletiram a influência dos pequenos empreendimentos familiares

Tabela 23 - Distribuição das pessoas de referência dos domicílios, de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e os segmentos de atividade do trabalho principal - 2004

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e segmentos de atividade do trabalho principal	Distribuição das pessoas de referência dos domicílios, de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1) (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola (1)	21,0	27,0	36,2	10,9	21,7	19,9
Indústria (1)	15,4	13,2	9,4	18,9	18,8	11,0
Construção (1)	9,3	8,8	8,0	10,3	8,5	10,1
Comércio e reparação (1)	16,9	16,4	15,0	17,7	17,0	18,2
Serviços (1)	37,1	34,0	31,1	41,8	33,8	40,8
Receberam (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	42,1	38,9	50,8	29,5	37,2	26,1
Indústria	10,4	11,9	8,1	12,9	13,7	12,1
Construção	11,6	10,3	9,3	15,9	13,5	14,3
Comércio e reparação	11,1	11,4	10,2	11,9	12,2	12,9
Serviços	24,4	26,1	21,2	29,5	22,7	34,6
Não receberam (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	16,8	24,3	28,4	9,2	19,7	19,0
Indústria	16,5	13,5	10,0	19,6	19,4	10,7
Construção	8,8	8,4	7,3	9,7	7,8	9,4
Comércio e reparação	18,1	17,5	17,5	18,3	17,7	19,1
Serviços	39,6	35,8	36,4	42,9	35,2	41,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio. (2) Inclusive as pessoas com atividade mal definida ou não-declarada

em que, predominantemente, a pessoa de referência era a responsável trabalhando com outros membros não-remunerados do seu domicílio e, também, o exercício mais freqüente do trabalho na produção para o próprio consumo por outros componentes da unidade domiciliar. Esse comportamento foi observado tanto para o grupo das pessoas de referência dos domicílios que receberam como para o daquelas residentes em moradias que não receberam dinheiro de programa social do governo. A parcela das pessoas de referência que eram trabalhadoras sem contrapartida de remuneração foi de 4,3% no primeiro grupo e de 2,8% no segundo. No total da população ocupada esses percentuais foram de, respectivamente, 23,5% e 8,2%. Em conseqüência, no grupo das pessoas de referência dos domicílios, os percentuais de trabalhadores por

conta própria e empregadores foram mais elevados que no total da população ocupada. Especialmente no grupo das pessoas de referência dos domicílios que receberam dinheiro de programa social do governo, o percentual de trabalhadores por conta própria alcançou 40,7%, ficando muito afastado do seu correspondente para o total da população ocupada (25,3%). Para os moradores em domicílios que não tiveram recebimento monetário de programa social do governo, esses dois percentuais foram, respectivamente, de 28,3% e 21,2%.

Tabela 24 - Distribuição das pessoas de referência dos domicílios, de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e a posição na ocupação no trabalho principal - 2004

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e posição na ocupação no trabalho principal	Distribuição das pessoas de referência dos domicílios, de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Receberam	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados	46,7	41,6	40,5	58,9	50,0	56,9
Trabalhadores domésticos	5,9	6,4	4,1	8,3	7,0	9,5
Conta própria	40,7	43,1	48,2	27,0	37,2	29,7
Empregadores	2,3	4,4	2,3	1,8	1,6	2,1
Não-remunerados	0,2	0,6	0,3	0,1	0,1	0,2
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	4,0	3,9	4,6	3,7	3,8	1,5
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,1	0,1	0,1	0,2	0,4	0,1
Não receberam	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados	57,3	50,5	50,3	62,1	54,2	59,7
Trabalhadores domésticos	4,2	4,4	3,5	4,8	3,1	4,9
Conta própria	28,3	36,0	35,8	23,8	29,5	26,2
Empregadores	7,3	6,6	6,1	7,3	8,9	7,9
Não-remunerados	0,3	0,2	0,4	0,3	0,3	0,4
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	2,4	2,2	3,8	1,5	3,9	0,8
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Constatou-se, também, que a proporção de empregados registrados no contingente de empregados e de trabalhadores domésticos foi mais elevada na população de pessoas de referência dos domicílios do que no total, tanto para as moradoras em residências que receberam como nas que não receberam benefício em dinheiro de programa social do governo.

Tabela 25 - Distribuição das pessoas de referência dos domicílios, de 10 anos ou mais de idade, empregadas no trabalho principal da semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e a categoria do emprego no trabalho principal - 2004

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e categoria do emprego no trabalho principal	Distribuição das pessoas de referência dos domicílios, de 10 anos ou mais de idade, empregadas no trabalho principal da semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Receberam dinheiro de programa social do governo						
Empregados (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	44,3	36,1	35,8	54,2	56,7	48,4
Militares e estatutários	6,8	10,4	6,6	6,6	4,6	7,8
Outro sem carteira de trabalho assinada	48,9	53,5	57,5	39,2	38,7	43,8
Trabalhadores domésticos (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	21,4	12,2	14,3	29,2	28,8	22,0
Sem carteira de trabalho assinada	78,6	87,8	85,7	70,8	71,2	78,0
Não receberam dinheiro de programa social do governo						
Empregados (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	61,6	44,7	45,8	68,0	69,5	53,9
Militares e estatutários	13,5	19,7	17,2	11,3	12,0	17,7
Outro sem carteira de trabalho assinada	24,9	35,5	37,1	20,7	18,6	28,4
Trabalhadores domésticos (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	32,9	16,7	25,0	37,9	36,3	27,1
Sem carteira de trabalho assinada	67,1	83,3	75,0	62,1	63,7	72,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de categoria do emprego.

Tabelas de resultados

1 - Aspectos Complementares de Educação

Tabela 1.1.1 - Pessoas de 0 a 17 anos de idade, por situação do domicílio e frequência a creche ou escola, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

Unidades da Federação	Pessoas de 0 a 17 anos de idade								
	Total	Frequência a creche ou escola		Situação do domicílio					
				Urbana			Rural		
		Frequen- tavam	Não frequen- tavam	Total	Frequência a creche ou escola		Total	Frequência a creche ou escola	
Frequen- tavam	Não frequen- tavam				Frequen- tavam	Não frequen- tavam			
Brasil	60 086 341	44 335 520	15 750 821	48 181 914	36 391 302	11 790 612	11 904 427	7 944 218	3 960 209
Rondônia	550 675	362 634	188 041	361 683	252 945	108 738	188 992	109 689	79 303
Acre	279 949	182 198	97 751	181 214	126 081	55 133	98 735	56 117	42 618
Amazonas	1 354 772	894 996	459 776	985 868	672 524	313 344	368 904	222 472	146 432
Roraima	165 025	116 086	48 939	131 950	94 294	37 656	33 075	21 792	11 283
Pará	2 790 848	1 885 652	905 196	1 929 129	1 346 408	582 721	861 719	539 244	322 475
Amapá	254 051	166 678	87 373	231 380	154 445	76 935	22 671	12 233	10 438
Tocantins	490 144	337 735	152 409	339 717	238 178	101 539	150 427	99 557	50 870
Maranhão	2 470 753	1 755 827	714 926	1 604 390	1 206 679	397 711	866 363	549 148	317 215
Piauí	1 058 512	787 872	270 640	637 924	497 899	140 025	420 588	289 973	130 615
Ceará	2 967 814	2 248 526	719 288	2 188 965	1 691 328	497 637	778 849	557 198	221 651
Rio Grande do Norte	1 018 115	785 476	232 639	726 025	568 278	157 747	292 090	217 198	74 892
Paraíba	1 293 754	948 386	345 368	948 839	709 710	239 129	344 915	238 676	106 239
Pernambuco	2 981 162	2 120 719	860 443	2 102 242	1 546 876	555 366	878 920	573 843	305 077
Alagoas	1 165 429	808 323	357 106	731 528	522 524	209 004	433 901	285 799	148 102
Sergipe	687 305	511 642	175 663	558 810	427 648	131 162	128 495	83 994	44 501
Bahia	4 886 538	3 524 335	1 362 203	3 146 180	2 344 995	801 185	1 740 358	1 179 340	561 018
Minas Gerais	6 066 803	4 531 547	1 535 256	5 072 847	3 874 882	1 197 965	993 956	656 665	337 291
Espírito Santo	1 075 548	800 665	274 883	868 333	671 448	196 885	207 215	129 217	77 998
Rio de Janeiro	4 151 109	3 272 107	879 002	3 995 642	3 148 800	846 842	155 467	123 307	32 160
São Paulo	11 939 402	9 194 475	2 744 927	11 157 693	8 635 492	2 522 201	781 709	558 983	222 726
Paraná	3 198 406	2 377 129	821 277	2 608 205	1 982 123	626 082	590 201	395 006	195 195
Santa Catarina	1 766 508	1 389 439	377 069	1 434 639	1 146 767	287 872	331 869	242 672	89 197
Rio Grande do Sul	3 135 508	2 277 499	858 009	2 527 891	1 862 676	665 215	607 617	414 823	192 794
Mato Grosso do Sul	771 758	548 753	223 005	645 315	470 730	174 585	126 443	78 023	48 420
Mato Grosso	975 356	669 814	305 542	743 719	528 262	215 457	231 637	141 552	90 085
Goiás	1 825 844	1 274 367	551 477	1 601 324	1 133 999	467 325	224 520	140 368	84 152
Distrito Federal	765 253	562 640	202 613	720 462	535 311	185 151	44 791	27 329	17 462

Tabela 1.1.2 - Coeficientes de variação das estimativas de pessoas de 0 a 17 anos de idade, por situação do domicílio e freqüência a creche ou escola, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

Unidades da Federação	Coeficientes de variação das estimativas de pessoas de 0 a 17 anos de idade (%)								
	Total	Freqüência a creche ou escola		Situação do domicílio					
				Urbana			Rural		
		Freqüen-tavam	Não freqüen-tavam	Total	Freqüência a creche ou escola		Total	Freqüência a creche ou escola	
Freqüen-tavam	Não freqüen-tavam				Freqüen-tavam	Não freqüen-tavam			
Brasil	0,4	0,4	0,9	0,7	0,7	1,1	2,9	3,0	3,1
Rondônia	2,1	2,4	6,4	2,2	2,6	7,3	3,5	4,2	9,0
Acre	1,6	1,8	3,9	2,9	2,5	7,8	3,1	2,9	4,8
Amazonas	2,3	2,4	4,9	2,4	2,6	6,0	3,1	2,4	5,4
Roraima	2,7	5,0	10,2	3,9	4,7	9,8	13,7	33,3	26,5
Pará	2,1	3,0	5,2	1,2	2,2	5,5	4,7	7,4	6,7
Amapá	3,4	3,6	5,7	3,5	3,7	6,9	6,0	15,7	6,2
Tocantins	1,8	2,7	4,2	9,8	8,9	13,6	22,6	24,3	19,5
Maranhão	3,1	2,5	9,0	7,7	8,4	8,1	20,9	20,6	22,8
Piauí	2,7	3,0	5,2	11,4	11,6	13,0	17,4	17,4	19,4
Ceará	1,1	1,0	2,6	3,6	3,6	4,2	9,9	10,9	8,6
Rio Grande do Norte	2,1	2,3	6,4	8,2	8,4	9,7	21,8	24,4	17,6
Paraíba	2,7	2,7	5,8	5,4	5,3	7,8	18,0	17,4	20,9
Pernambuco	1,4	1,4	3,2	3,7	3,5	5,0	10,1	9,8	11,4
Alagoas	1,7	2,6	5,5	7,4	8,1	8,3	12,3	11,1	16,1
Sergipe	2,1	2,3	6,3	5,8	6,2	8,9	20,6	24,3	17,8
Bahia	1,3	1,3	3,0	2,7	2,7	4,3	5,9	6,0	7,0
Minas Gerais	1,1	1,1	2,5	2,0	1,9	3,5	10,1	10,8	10,7
Espírito Santo	3,0	3,0	5,0	4,7	4,7	7,1	18,1	19,0	17,4
Rio de Janeiro	1,3	1,3	3,1	1,5	1,5	3,2	14,3	15,1	15,0
São Paulo	1,0	1,1	2,5	1,3	1,4	2,7	12,6	13,4	14,1
Paraná	1,2	1,4	3,9	2,5	2,8	3,8	11,3	11,7	13,5
Santa Catarina	2,1	1,8	6,0	4,6	4,6	7,0	23,8	24,2	23,9
Rio Grande do Sul	1,2	1,4	2,3	2,8	3,0	3,3	10,2	11,4	8,9
Mato Grosso do Sul	2,5	2,5	6,1	2,9	2,7	8,0	16,7	16,1	21,0
Mato Grosso	1,9	2,8	4,1	3,7	4,3	4,7	9,6	10,8	11,8
Goiás	1,3	1,8	3,3	2,7	3,1	4,1	18,8	19,4	19,3
Distrito Federal	2,1	2,1	4,3	2,7	2,7	4,8	32,7	33,2	34,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

**Tabela 1.2.1 - Pessoas de 0 a 17 anos de idade,
 por grupos de idade, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004**

Unidades da Federação	Pessoas de 0 a 17 anos de idade				
	Total	Grupos de idade			
		0 a 3 anos	4 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos
Brasil	60 086 341	11 544 781	10 170 452	27 629 064	10 742 044
Rondônia	550 675	101 250	95 540	254 183	99 702
Acre	279 949	56 683	52 225	130 631	40 410
Amazonas	1 354 772	286 847	255 897	603 902	208 126
Roraima	165 025	37 538	28 707	71 714	27 066
Pará	2 790 848	595 871	488 395	1 252 464	454 118
Amapá	254 051	56 086	50 132	108 813	39 020
Tocantins	490 144	94 536	82 758	230 101	82 749
Maranhão	2 470 753	516 469	401 698	1 115 026	437 560
Piauí	1 058 512	202 725	171 892	490 573	193 322
Ceará	2 967 814	558 216	490 522	1 361 126	557 950
Rio Grande do Norte	1 018 115	185 360	190 039	449 851	192 865
Paraíba	1 293 754	251 340	222 413	587 200	232 801
Pernambuco	2 981 162	623 688	490 583	1 345 863	521 028
Alagoas	1 165 429	243 070	202 638	520 256	199 465
Sergipe	687 305	136 185	119 456	307 191	124 473
Bahia	4 886 538	966 606	822 292	2 218 777	878 863
Minas Gerais	6 066 803	1 103 534	1 016 408	2 840 931	1 105 930
Espírito Santo	1 075 548	203 468	185 598	502 307	184 175
Rio de Janeiro	4 151 109	753 352	708 637	1 960 160	728 960
São Paulo	11 939 402	2 256 137	2 049 197	5 437 881	2 196 187
Paraná	3 198 406	581 474	515 842	1 521 094	579 996
Santa Catarina	1 766 508	305 830	294 808	838 062	327 808
Rio Grande do Sul	3 135 508	551 596	525 083	1 501 405	557 424
Mato Grosso do Sul	771 758	149 598	118 439	362 436	141 285
Mato Grosso	975 356	200 284	153 099	455 010	166 963
Goiás	1 825 844	365 929	305 221	828 781	325 913
Distrito Federal	765 253	161 109	132 933	333 326	137 885

Tabela 1.2.2 - Coeficientes de variação das estimativas de pessoas de 0 a 17 anos de idade, por grupos de idade, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

Unidades da Federação	Coeficientes de variação das estimativas de pessoas de 0 a 17 anos de idade (%)				
	Total	Grupos de idade			
		0 a 3 anos	4 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos
Brasil	0,4	0,8	0,8	0,5	0,7
Rondônia	2,1	8,6	6,8	3,5	7,0
Acre	1,6	7,0	3,5	2,7	8,1
Amazonas	2,3	2,8	3,1	3,0	4,0
Roraima	2,7	11,8	6,6	5,9	9,0
Pará	2,1	4,7	2,6	2,2	2,8
Amapá	3,4	5,5	5,6	4,4	8,0
Tocantins	1,8	5,1	5,3	3,8	4,3
Maranhão	3,1	8,1	5,0	3,6	5,2
Piauí	2,7	4,5	6,3	3,6	6,0
Ceará	1,1	3,4	2,2	1,8	2,0
Rio Grande do Norte	2,1	3,7	6,1	3,4	5,5
Paraíba	2,7	4,1	5,7	2,7	4,0
Pernambuco	1,4	2,8	3,0	2,3	2,8
Alagoas	1,7	5,5	6,0	2,8	3,6
Sergipe	2,1	6,3	4,7	2,7	4,9
Bahia	1,3	2,7	3,0	2,0	2,5
Minas Gerais	1,1	2,6	2,3	1,6	2,1
Espírito Santo	3,0	4,0	6,0	3,9	5,2
Rio de Janeiro	1,3	2,9	3,0	1,8	2,7
São Paulo	1,0	2,2	2,3	1,5	1,9
Paraná	1,2	3,2	3,1	2,1	2,9
Santa Catarina	2,1	4,3	5,0	1,9	4,0
Rio Grande do Sul	1,2	2,6	2,8	1,8	2,6
Mato Grosso do Sul	2,5	4,5	6,0	3,6	5,3
Mato Grosso	1,9	4,3	6,1	3,2	4,7
Goiás	1,3	3,2	3,1	2,1	3,0
Distrito Federal	2,1	3,9	4,0	3,0	3,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

**Tabela 1.3.1 - Pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola,
 por grupos de idade, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004**

Unidades da Federação	Pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola				
	Total	Grupos de idade			
		0 a 3 anos	4 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos
Brasil	44 335 520	1 546 897	7 172 738	26 819 098	8 796 787
Rondônia	362 634	4 002	42 661	239 789	76 182
Acre	182 198	1 782	28 675	121 062	30 679
Amazonas	894 996	9 790	135 348	575 668	174 190
Roraima	116 086	5 793	18 348	69 944	22 001
Pará	1 885 652	42 752	313 872	1 183 989	345 039
Amapá	166 678	1 358	27 005	105 190	33 125
Tocantins	337 735	4 366	44 546	222 235	66 588
Maranhão	1 755 827	41 445	304 460	1 068 003	341 919
Piauí	787 872	23 512	132 183	477 517	154 660
Ceará	2 248 526	78 260	406 093	1 320 779	443 394
Rio Grande do Norte	785 476	32 297	161 020	437 211	154 948
Paraíba	948 386	27 575	165 452	567 762	187 597
Pernambuco	2 120 719	85 637	358 131	1 282 965	393 986
Alagoas	808 323	17 718	139 030	494 812	156 763
Sergipe	511 642	21 416	92 694	295 142	102 390
Bahia	3 524 335	105 563	597 759	2 121 953	699 060
Minas Gerais	4 531 547	134 722	728 807	2 767 260	900 758
Espírito Santo	800 665	33 362	130 624	490 560	146 119
Rio de Janeiro	3 272 107	136 913	569 481	1 921 888	643 825
São Paulo	9 194 475	395 723	1 534 977	5 354 548	1 909 227
Paraná	2 377 129	107 718	326 745	1 479 915	462 751
Santa Catarina	1 389 439	79 928	206 772	827 056	275 683
Rio Grande do Sul	2 277 499	78 401	270 061	1 469 780	459 257
Mato Grosso do Sul	548 753	17 893	67 548	354 417	108 895
Mato Grosso	669 814	15 180	90 733	437 522	126 379
Goiás	1 274 367	22 421	185 201	803 946	262 799
Distrito Federal	562 640	21 370	94 512	328 185	118 573

Tabela 1.3.2 - Coeficientes de variação das estimativas de pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola, por grupos de idade, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

Unidades da Federação	Coeficientes de variação das estimativas de pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola (%)				
	Total	Grupos de idade			
		0 a 3 anos	4 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos
Brasil	0,4	2,2	0,9	0,5	0,8
Rondônia	2,4	24,8	8,2	3,0	7,2
Acre	1,8	24,5	9,2	3,0	5,3
Amazonas	2,4	45,9	6,0	2,7	4,0
Roraima	5,0	33,5	14,8	6,2	9,9
Pará	3,0	13,1	5,2	2,6	4,2
Amapá	3,6	43,3	9,6	4,6	9,5
Tocantins	2,7	25,5	10,5	4,3	4,7
Maranhão	2,5	20,4	5,1	4,2	6,6
Piauí	3,0	11,9	6,3	3,9	6,1
Ceará	1,0	7,8	2,3	1,7	2,4
Rio Grande do Norte	2,3	12,9	6,4	3,5	6,6
Paraíba	2,7	16,6	6,6	2,7	3,3
Pernambuco	1,4	7,3	3,1	2,2	3,0
Alagoas	2,6	21,1	7,8	2,9	5,4
Sergipe	2,3	11,5	5,8	2,8	6,3
Bahia	1,3	7,3	3,0	2,0	3,0
Minas Gerais	1,1	7,1	2,6	1,6	2,5
Espírito Santo	3,0	12,4	6,9	3,8	5,4
Rio de Janeiro	1,3	6,7	3,3	1,8	3,0
São Paulo	1,1	5,2	2,5	1,5	2,1
Paraná	1,4	7,2	4,5	2,1	3,4
Santa Catarina	1,8	10,8	4,9	1,9	4,6
Rio Grande do Sul	1,4	8,8	4,8	1,8	2,6
Mato Grosso do Sul	2,5	15,3	6,5	3,5	6,1
Mato Grosso	2,8	16,3	6,6	3,3	5,9
Goiás	1,8	13,7	4,4	2,2	3,7
Distrito Federal	2,1	10,4	4,7	3,1	4,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Tabela 1.4.1 - Pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola, por tipo de educação infantil ou nível de ensino e rede de ensino que freqüentavam, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

(continua)

Unidades da Federação	Pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola								
	Total (1)(2)	Rede de ensino (1)		Tipo de educação infantil					
				Creche			Pré-escolar		
		Pública	Particular	Total (2)	Rede de ensino		Total (2)	Rede de ensino	
Pública	Particular				Pública	Particular			
Brasil	44 296 081	37 089 817	7 202 391	1 546 897	882 891	664 006	6 824 501	4 946 291	1 876 727
Rondônia	362 634	317 180	45 454	4 002	2 110	1 892	36 431	24 499	11 932
Acre	182 043	169 498	12 545	1 782	1 627	155	24 152	22 603	1 549
Amazonas	894 690	824 543	70 147	9 790	7 651	2 139	110 129	86 276	23 853
Roraima	115 764	108 844	6 920	5 793	3 539	2 254	18 011	14 633	3 378
Pará	1 883 817	1 615 328	268 489	42 752	25 048	17 704	303 976	216 985	86 991
Amapá	166 678	156 622	10 002	1 358	1 358	-	22 997	18 829	4 168
Tocantins	337 735	302 362	35 373	4 366	3 276	1 090	41 485	29 693	11 792
Maranhão	1 752 639	1 536 649	215 990	41 445	20 722	20 723	344 310	278 158	66 152
Piauí	787 872	669 790	118 082	23 512	16 717	6 795	133 749	106 060	27 689
Ceará	2 246 719	1 871 610	375 109	78 260	51 231	27 029	387 007	288 909	98 098
Rio Grande do Norte	785 008	647 391	137 617	32 297	24 339	7 958	139 487	101 108	38 379
Paraíba	947 934	794 240	153 694	27 575	14 014	13 561	146 463	107 135	39 328
Pernambuco	2 119 782	1 650 011	469 771	85 637	26 361	59 276	315 059	186 921	128 138
Alagoas	808 323	690 656	117 667	17 718	6 814	10 904	124 039	79 973	44 066
Sergipe	511 642	398 205	113 437	21 416	8 699	12 717	92 699	66 593	26 106
Bahia	3 523 198	2 984 600	538 598	105 563	48 003	57 560	621 321	420 537	200 784
Minas Gerais	4 531 547	3 917 755	613 213	134 722	70 251	64 471	641 998	447 664	194 334
Espírito Santo	799 257	666 276	132 981	33 362	23 964	9 398	131 094	107 599	23 495
Rio de Janeiro	3 266 857	2 267 407	999 450	136 913	48 724	88 189	609 339	361 998	247 341
São Paulo	9 188 301	7 733 667	1 451 976	395 723	268 355	127 368	1 490 087	1 181 637	307 549
Paraná	2 372 001	2 045 985	326 016	107 718	71 638	36 080	268 048	198 635	69 413
Santa Catarina	1 387 701	1 226 111	161 590	79 928	58 501	21 427	184 181	150 587	33 594
Rio Grande do Sul	2 272 864	1 986 394	285 888	78 401	39 105	39 296	241 648	181 319	59 747
Mato Grosso do Sul	548 136	473 791	74 345	17 893	12 956	4 937	53 048	40 714	12 334
Mato Grosso	668 824	587 324	81 500	15 180	11 220	3 960	80 178	65 989	14 189
Goiás	1 272 298	1 046 041	226 257	22 421	12 762	9 659	166 581	108 639	57 942
Distrito Federal	561 817	401 537	160 280	21 370	3 906	17 464	96 984	52 598	44 386

Tabela 1.4.1 - Pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola, por tipo de educação infantil ou nível de ensino e rede de ensino que freqüentavam, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

(conclusão)

Unidades da Federação	Pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola					
	Nível de ensino					
	Fundamental			Médio (3)		
	Total (2)	Rede de ensino		Total (2)	Rede de ensino	
Pública		Particular	Pública		Particular	
Brasil	30 849 834	27 224 540	3 623 761	5 054 724	4 017 138	1 036 729
Rondônia	283 141	256 714	26 427	39 060	33 857	5 203
Acre	143 386	134 558	8 828	12 590	10 577	2 013
Amazonas	712 452	674 410	38 042	60 475	54 362	6 113
Roraima	81 105	80 300	805	10 855	10 372	483
Pará	1 422 273	1 287 545	134 728	113 852	84 786	29 066
Amapá	125 205	120 359	4 792	16 910	15 868	1 042
Tocantins	260 228	242 105	18 123	31 219	26 851	4 368
Maranhão	1 246 536	1 146 910	99 626	117 957	88 468	29 489
Piauí	584 107	513 052	71 055	45 982	33 439	12 543
Ceará	1 579 539	1 382 558	196 981	200 184	147 687	52 497
Rio Grande do Norte	534 108	460 616	73 492	74 435	56 647	17 788
Paraíba	713 323	634 215	79 108	60 121	38 876	21 245
Pernambuco	1 568 823	1 330 195	238 628	148 603	105 086	43 517
Alagoas	621 579	568 423	53 156	44 077	34 536	9 541
Sergipe	357 039	296 141	60 898	40 488	26 772	13 716
Bahia	2 543 405	2 304 880	238 525	252 414	210 685	41 729
Minas Gerais	3 188 202	2 921 445	266 178	566 047	477 817	88 230
Espírito Santo	536 600	459 067	77 533	98 201	75 646	22 555
Rio de Janeiro	2 149 722	1 609 315	540 407	369 784	246 271	123 513
São Paulo	5 782 587	5 046 315	735 372	1 518 190	1 235 646	281 687
Paraná	1 663 714	1 507 369	156 345	332 521	268 343	64 178
Santa Catarina	913 354	839 221	74 133	210 238	177 802	32 436
Rio Grande do Sul	1 636 425	1 498 347	138 078	316 390	267 623	48 767
Mato Grosso do Sul	414 874	375 694	39 180	62 013	44 119	17 894
Mato Grosso	493 283	445 441	47 842	80 183	64 674	15 509
Goiás	924 310	797 729	126 581	158 986	126 911	32 075
Distrito Federal	370 514	291 616	78 898	72 949	53 417	19 532

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2004.

Nota: Exclusive as pessoas que freqüentavam curso de nível superior.

(1) Inclusive as pessoas que freqüentavam curso de alfabetização de adultos. (2) Inclusive as pessoas sem declaração de rede de ensino. (3) Inclusive as pessoas que freqüentavam curso pré-vestibular.

Tabela 1.4.2 - Coeficientes de variação das estimativas de pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola, por tipo de educação infantil ou nível de ensino e rede de ensino que freqüentavam, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

(continua)

Unidades da Federação	Coeficientes de variação das estimativas de pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola (%)								
	Total (1)(2)	Rede de ensino (1)		Tipo de educação infantil					
				Creche			Pré-escolar		
		Pública	Particular	Total (2)	Rede de ensino		Total (2)	Rede de ensino	
Pública	Particular				Pública	Particular			
Brasil	0,4	0,6	1,6	2,2	3,1	3,0	1,2	1,7	2,1
Rondônia	2,4	3,1	14,7	24,8	31,8	42,3	8,2	8,9	15,8
Acre	1,8	2,7	22,3	24,5	25,1	99,4	11,3	13,0	35,3
Amazonas	2,4	3,1	12,8	45,9	57,5	42,0	5,6	7,9	14,7
Roraima	5,0	5,1	20,7	33,5	55,7	34,4	12,8	14,5	22,4
Pará	3,0	3,9	9,2	13,1	20,2	17,9	6,0	8,0	7,7
Amapá	3,6	3,9	22,9	43,3	43,3	-	12,9	14,1	30,4
Tocantins	2,7	4,3	16,5	25,5	35,6	52,1	12,5	16,0	18,9
Maranhão	2,5	4,1	17,6	20,4	23,2	24,2	9,2	11,1	21,4
Piauí	3,0	4,9	19,1	11,9	12,8	30,2	7,8	8,5	25,7
Ceará	1,0	1,9	5,3	7,8	12,0	11,9	3,0	3,7	6,7
Rio Grande do Norte	2,3	3,5	9,8	12,9	18,9	24,4	6,6	9,7	12,6
Paraíba	2,7	5,1	15,1	16,6	16,6	24,7	7,3	10,4	16,2
Pernambuco	1,4	2,1	4,0	7,3	18,9	7,5	3,9	5,0	7,6
Alagoas	2,6	3,4	9,5	21,1	39,0	22,0	7,6	11,2	11,9
Sergipe	2,3	3,5	7,1	11,5	17,1	14,3	5,9	7,2	10,8
Bahia	1,3	2,1	5,5	7,3	12,4	8,9	7,2	11,4	6,5
Minas Gerais	1,1	1,6	5,0	7,1	9,9	10,0	3,0	4,1	5,8
Espírito Santo	3,0	4,9	10,5	12,4	16,4	19,3	7,0	8,6	15,9
Rio de Janeiro	1,3	2,4	3,5	6,7	11,5	8,8	3,3	4,6	5,4
São Paulo	1,1	1,6	4,2	5,2	6,6	8,4	2,6	3,2	5,7
Paraná	1,4	2,1	7,8	7,2	9,3	13,4	4,9	5,9	9,9
Santa Catarina	1,8	3,0	13,1	10,8	12,0	20,0	4,6	6,0	15,7
Rio Grande do Sul	1,5	1,9	6,3	8,8	13,6	9,6	4,9	5,8	9,3
Mato Grosso do Sul	2,5	3,7	13,9	15,3	20,2	21,0	8,0	11,4	18,7
Mato Grosso	2,8	3,4	12,8	16,3	19,9	28,3	8,8	10,7	18,4
Goiás	1,9	2,5	6,9	13,7	20,5	21,3	4,5	6,0	9,8
Distrito Federal	2,1	3,8	6,3	10,4	22,8	12,3	4,6	7,4	7,7

Tabela 1.4.2 - Coeficientes de variação das estimativas de pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola, por tipo de educação infantil ou nível de ensino e rede de ensino que freqüentavam, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

(conclusão)

Unidades da Federação	Coeficientes de variação das estimativas de pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola (%)					
	Nível de ensino					
	Fundamental			Médio (3)		
	Total (2)	Rede de ensino		Total (2)	Rede de ensino	
Pública		Particular	Pública		Particular	
Brasil	0,5	0,7	2,0	1,2	1,3	3,0
Rondônia	3,2	3,7	17,0	10,4	11,3	29,3
Acre	2,5	3,0	21,2	12,3	14,1	39,3
Amazonas	2,7	3,1	16,4	7,7	8,5	25,4
Roraima	4,8	4,9	41,5	23,9	24,8	57,2
Pará	3,0	4,0	12,5	9,5	10,7	14,3
Amapá	4,3	4,7	26,4	13,4	14,3	51,2
Tocantins	3,9	5,4	19,1	9,6	11,2	20,9
Maranhão	4,0	5,4	20,5	13,8	13,3	25,9
Piauí	3,9	5,8	18,5	13,9	13,8	27,6
Ceará	1,9	2,5	6,1	6,9	8,1	9,3
Rio Grande do Norte	2,9	4,0	12,0	10,2	9,6	22,1
Paraíba	3,2	5,0	16,6	13,1	10,4	29,8
Pernambuco	2,0	2,6	5,2	5,6	6,9	9,0
Alagoas	3,5	4,2	13,9	15,5	13,6	33,0
Sergipe	2,7	4,0	10,5	7,8	11,2	16,6
Bahia	1,7	2,1	6,5	5,2	5,4	12,8
Minas Gerais	1,5	1,8	6,8	3,1	3,2	8,3
Espírito Santo	3,7	5,5	12,0	7,6	8,9	16,6
Rio de Janeiro	1,9	2,9	4,3	4,2	5,1	7,8
São Paulo	1,5	1,9	5,2	2,4	2,7	7,0
Paraná	2,1	2,8	9,4	3,7	4,5	12,4
Santa Catarina	2,2	3,2	17,1	4,9	5,6	14,6
Rio Grande do Sul	1,8	2,2	7,9	3,8	4,3	12,3
Mato Grosso do Sul	3,2	3,9	14,5	6,5	8,2	19,5
Mato Grosso	3,7	4,0	15,3	7,4	7,8	17,0
Goiás	1,9	2,5	8,6	5,4	6,1	13,9
Distrito Federal	3,1	4,5	8,4	5,3	6,6	13,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2004.

Nota: Exclusive as pessoas que freqüentavam curso de nível superior.

(1) Inclusive as pessoas que freqüentavam curso de alfabetização de adultos. (2) Inclusive as pessoas sem declaração de rede de ensino. (3) Inclusive as pessoas que freqüentavam curso pré-vestibular.

Tabela 1.5.1 - Pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola, por tipo de educação infantil ou nível de ensino que freqüentavam e tempo de permanência diária na creche ou escola, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

(continua)

Unidades da Federação	Pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola								
	Total (1)(2)	Tempo de permanência diária na creche ou escola (1)		Tipo de educação infantil					
				Creche			Pré-escolar		
		Até 4 horas	Mais de 4 horas	Total (2)	Tempo de permanência diária na creche		Total (2)	Tempo de permanência diária na escola	
Até 4 horas	Mais de 4 horas				Até 4 horas	Mais de 4 horas			
Brasil	44 296 081	26 217 155	18 078 716	1 546 897	724 828	822 069	6 824 501	4 798 627	2 025 874
Rondônia	362 634	307 771	54 863	4 002	2 837	1 165	36 431	30 419	6 012
Acre	182 043	170 524	11 519	1 782	1 782	-	24 152	23 842	310
Amazonas	894 690	767 766	126 924	9 790	8 873	917	110 129	102 173	7 956
Roraima	115 764	88 024	27 740	5 793	5 149	644	18 011	13 666	4 345
Pará	1 883 817	1 423 500	460 317	42 752	36 207	6 545	303 976	273 341	30 635
Amapá	166 678	108 057	58 621	1 358	1 358	-	22 997	22 164	833
Tocantins	337 735	293 636	44 099	4 366	2 837	1 529	41 485	40 831	654
Maranhão	1 752 639	1 356 523	396 116	41 445	38 257	3 188	344 310	314 821	29 489
Piauí	787 872	602 920	184 952	23 512	21 945	1 567	133 749	121 731	12 018
Ceará	2 246 719	2 048 460	198 259	78 260	68 862	9 398	387 007	374 423	12 584
Rio Grande do Norte	785 008	524 272	260 736	32 297	24 806	7 491	139 487	110 461	29 026
Paraíba	947 934	740 889	207 045	27 575	18 081	9 494	146 463	126 121	20 342
Pernambuco	2 119 782	1 564 283	555 499	85 637	67 710	17 927	315 059	276 006	39 053
Alagoas	808 323	655 667	152 656	17 718	15 446	2 272	124 039	103 138	20 901
Sergipe	511 642	389 836	121 806	21 416	15 393	6 023	92 699	79 985	12 714
Bahia	3 523 198	2 710 167	813 031	105 563	82 300	23 263	621 321	545 902	75 419
Minas Gerais	4 531 547	1 684 569	2 846 978	134 722	53 730	80 992	641 998	346 388	295 610
Espírito Santo	799 257	215 668	583 589	33 362	10 339	23 023	131 094	61 550	69 544
Rio de Janeiro	3 266 857	1 603 122	1 663 735	136 913	59 118	77 795	609 339	364 842	244 497
São Paulo	9 188 301	2 724 196	6 464 105	395 723	86 809	308 914	1 490 087	754 391	735 696
Paraná	2 372 001	1 672 979	699 022	107 718	29 994	77 724	268 048	172 549	95 499
Santa Catarina	1 387 701	1 240 605	147 096	79 928	31 863	48 065	184 181	148 273	35 908
Rio Grande do Sul	2 272 864	1 755 469	517 185	78 401	16 184	62 217	241 648	171 325	70 323
Mato Grosso do Sul	548 136	361 834	186 302	17 893	4 012	13 881	53 048	38 548	14 500
Mato Grosso	668 824	579 408	89 416	15 180	6 930	8 250	80 178	65 001	15 177
Goiás	1 272 298	557 339	714 959	22 421	5 174	17 247	166 581	90 017	76 564
Distrito Federal	561 817	69 671	492 146	21 370	8 832	12 538	96 984	26 719	70 265

Tabela 1.5.1 - Pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola, por tipo de educação infantil ou nível de ensino que freqüentavam e tempo de permanência diária na creche ou escola, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

(conclusão)

Unidades da Federação	Pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola					
	Nível de ensino					
	Fundamental			Médio (3)		
	Total (2)	Tempo de permanência diária na escola		Total (2)	Tempo de permanência diária na escola	
Até 4 horas		Mais de 4 horas	Até 4 horas		Mais de 4 horas	
Brasil	30 849 834	18 337 204	12 512 630	5 054 724	2 340 269	2 714 245
Rondônia	283 141	239 063	44 078	39 060	35 452	3 608
Acre	143 386	135 118	8 268	12 590	9 649	2 941
Amazonas	712 452	611 521	100 931	60 475	43 355	17 120
Roraima	81 105	61 267	19 838	10 855	7 942	2 913
Pará	1 422 273	1 066 445	355 828	113 852	46 543	67 309
Amapá	125 205	77 915	47 290	16 910	6 412	10 498
Tocantins	260 228	226 174	34 054	31 219	23 357	7 862
Maranhão	1 246 536	939 685	306 851	117 957	61 369	56 588
Piauí	584 107	437 301	146 806	45 982	21 943	24 039
Ceará	1 579 539	1 475 049	104 490	200 184	128 397	71 787
Rio Grande do Norte	534 108	349 682	184 426	74 435	35 578	38 857
Paraíba	713 323	566 854	146 469	60 121	29 381	30 740
Pernambuco	1 568 823	1 132 596	436 227	148 603	86 311	62 292
Alagoas	621 579	511 634	109 945	44 077	24 994	19 083
Sergipe	357 039	270 034	87 005	40 488	24 424	16 064
Bahia	2 543 405	1 940 506	602 899	252 414	140 964	111 450
Minas Gerais	3 188 202	1 112 308	2 075 894	566 047	172 143	393 904
Espírito Santo	536 600	119 814	416 786	98 201	23 965	74 236
Rio de Janeiro	2 149 722	1 046 435	1 103 287	369 784	132 727	237 057
São Paulo	5 782 587	1 396 894	4 385 693	1 518 190	484 388	1 033 802
Paraná	1 663 714	1 250 297	413 417	332 521	220 139	112 382
Santa Catarina	913 354	864 709	48 645	210 238	195 760	14 478
Rio Grande do Sul	1 636 425	1 332 341	304 084	316 390	235 619	80 561
Mato Grosso do Sul	414 874	287 802	127 072	62 013	31 472	30 541
Mato Grosso	493 283	443 133	50 150	80 183	64 344	15 839
Goiás	924 310	411 796	512 514	158 986	50 352	108 634
Distrito Federal	370 514	30 831	339 683	72 949	3 289	69 660

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Nota: Excluídas as pessoas que freqüentavam curso de nível superior.

(1) Inclusive as pessoas que freqüentavam curso de alfabetização de adultos. (2) Inclusive as pessoas sem declaração de tempo de permanência diária na creche ou escola. (3) Inclusive as pessoas que freqüentavam curso pré-vestibular.

Tabela 1.5.2 - Coeficientes de variação das estimativas de pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola, por tipo de educação infantil ou nível de ensino que freqüentavam e tempo de permanência diária na creche ou escola, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

(continua)

Unidades da Federação	Coeficientes de variação das estimativas de pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola (%)								
	Total (1)(2)	Tempo de permanência diária na creche ou escola (1)		Tipo de educação infantil					
				Creche			Pré-escolar		
		Até 4 horas	Mais de 4 horas	Total (2)	Tempo de permanência diária na creche		Total (2)	Tempo de permanência diária na escola	
Até 4 horas	Mais de 4 horas				Até 4 horas	Mais de 4 horas			
Brasil	0,4	0,9	1,2	2,2	3,2	3,1	1,2	1,7	2,2
Rondônia	2,4	2,9	9,0	24,8	29,3	44,1	8,2	8,8	20,4
Acre	1,8	1,9	15,0	24,5	24,5	-	11,3	11,0	71,3
Amazonas	2,4	5,4	26,8	45,9	47,1	58,0	5,6	5,4	34,6
Roraima	5,0	5,5	26,0	33,5	34,9	49,6	12,8	11,2	31,3
Pará	3,0	5,1	11,5	13,1	14,8	20,1	6,0	6,9	18,7
Amapá	3,6	6,0	11,4	43,3	43,3	-	12,9	13,4	60,1
Tocantins	2,7	4,7	16,9	25,5	22,1	50,8	12,5	12,9	73,8
Maranhão	2,5	7,6	24,7	20,4	20,6	49,4	9,2	11,5	31,9
Piauí	3,0	5,1	13,6	11,9	11,9	73,2	7,8	8,1	31,4
Ceará	1,0	1,6	10,5	7,8	8,9	23,6	3,0	3,1	18,9
Rio Grande do Norte	2,3	6,9	15,2	12,9	20,9	43,5	6,6	9,5	28,6
Paraíba	2,7	8,1	26,7	16,6	19,7	24,6	7,3	9,9	30,5
Pernambuco	1,4	2,6	6,2	7,3	7,7	15,7	3,9	5,1	12,2
Alagoas	2,6	3,8	9,2	21,1	20,3	51,2	7,6	7,4	18,7
Sergipe	2,3	4,7	12,6	11,5	14,6	20,0	5,9	6,4	18,8
Bahia	1,3	2,9	7,8	7,3	8,9	14,6	7,2	7,9	11,8
Minas Gerais	1,1	4,9	2,8	7,1	12,4	8,3	3,0	4,6	5,6
Espírito Santo	3,0	7,3	3,9	12,4	20,5	16,0	7,0	8,4	10,8
Rio de Janeiro	1,3	2,9	2,6	6,7	9,9	9,1	3,3	5,1	5,4
São Paulo	1,1	3,2	1,6	5,2	11,3	5,9	2,6	4,5	4,0
Paraná	1,4	2,5	5,3	7,2	14,7	9,0	4,9	6,4	8,6
Santa Catarina	1,8	2,3	9,8	10,8	12,3	13,8	4,6	5,2	12,0
Rio Grande do Sul	1,5	2,1	5,8	8,8	20,9	9,7	4,9	6,6	7,7
Mato Grosso do Sul	2,5	6,4	11,1	15,3	24,2	19,5	8,0	10,5	16,2
Mato Grosso	2,8	2,5	13,6	16,3	22,2	22,9	8,8	8,7	20,9
Goiás	1,9	4,8	4,5	13,7	28,6	17,0	4,5	6,9	10,2
Distrito Federal	2,1	9,6	2,8	10,4	16,7	14,1	4,6	10,5	6,0

Tabela 1.5.2 - Coeficientes de variação das estimativas de pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola, por tipo de educação infantil ou nível de ensino que freqüentavam e tempo de permanência diária na creche ou escola, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

(conclusão)

Unidades da Federação	Coeficientes de variação das estimativas de pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola (%)					
	Nível de ensino					
	Fundamental			Médio (3)		
	Total (2)	Tempo de permanência diária na escola		Total (2)	Tempo de permanência diária na escola	
Até 4 horas		Mais de 4 horas	Até 4 horas		Mais de 4 horas	
Brasil	0,5	1,0	1,4	1,2	1,8	1,8
Rondônia	3,2	3,5	9,7	10,4	9,7	31,7
Acre	2,5	2,7	18,0	12,3	14,1	26,2
Amazonas	2,7	6,7	28,4	7,7	8,4	27,2
Roraima	4,8	7,1	25,3	23,9	21,6	41,9
Pará	3,0	5,9	12,0	9,5	10,4	11,1
Amapá	4,3	5,6	11,3	13,4	26,9	18,8
Tocantins	3,9	6,0	18,9	9,6	15,3	11,5
Maranhão	4,0	7,9	27,6	13,8	19,6	21,7
Piauí	3,9	6,8	14,5	13,9	16,8	19,8
Ceará	1,9	2,4	12,3	6,9	8,2	11,5
Rio Grande do Norte	2,9	7,4	14,3	10,2	18,5	16,0
Paraíba	3,2	8,3	29,3	13,1	14,4	28,4
Pernambuco	2,0	3,3	6,5	5,6	8,5	10,5
Alagoas	3,5	4,9	9,7	15,5	14,6	21,9
Sergipe	2,7	4,8	13,2	7,8	15,3	21,1
Bahia	1,7	3,4	9,1	5,2	7,5	9,2
Minas Gerais	1,5	6,4	2,9	3,1	6,3	4,5
Espírito Santo	3,7	9,5	4,6	7,6	14,4	8,6
Rio de Janeiro	1,9	3,5	3,1	4,2	7,6	5,3
São Paulo	1,5	4,3	2,0	2,4	5,0	3,1
Paraná	2,1	2,8	7,5	3,7	4,9	9,4
Santa Catarina	2,2	2,4	15,9	4,9	5,8	24,8
Rio Grande do Sul	1,8	2,5	7,2	3,8	3,5	10,1
Mato Grosso do Sul	3,2	7,0	13,5	6,5	10,4	12,6
Mato Grosso	3,7	3,5	17,8	7,4	8,0	18,1
Goiás	1,9	5,8	4,7	5,4	9,7	6,4
Distrito Federal	3,1	13,6	3,5	5,3	26,9	5,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Nota: Excluídas as pessoas que freqüentavam curso de nível superior.

(1) Inclusive as pessoas que freqüentavam curso de alfabetização de adultos. (2) Inclusive as pessoas sem declaração de tempo de permanência diária na creche ou escola. (3) Inclusive as pessoas que freqüentavam curso pré-vestibular.

Tabela 1.6.1 - Pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola, por rede de ensino que freqüentavam e oferta gratuita de merenda escolar ou outra refeição pela creche ou escola, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

Unidades da Federação	Pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola								
	Total (1)(2)	Oferta gratuita de merenda escolar ou outra refeição pela creche ou escola (1)		Rede de ensino					
				Rede pública			Rede particular		
		Oferecia	Não oferecia	Total (2)	Oferta gratuita de merenda escolar ou outra refeição pela creche ou escola		Total (2)	Oferta gratuita de merenda escolar ou outra refeição pela creche ou escola	
Oferecia	Não oferecia				Oferecia	Não oferecia			
Brasil	44 296 081	33 610 157	10 679 057	37 089 817	32 994 358	4 088 592	7 202 391	613 738	6 588 653
Rondônia	362 634	284 572	78 062	317 180	279 675	37 505	45 454	4 897	40 557
Acre	182 043	155 730	26 313	169 498	154 490	15 008	12 545	1 240	11 305
Amazonas	894 690	750 617	144 073	824 543	736 142	88 401	70 147	14 475	55 672
Roraima	115 764	95 462	20 302	108 844	93 048	15 796	6 920	2 414	4 506
Pará	1 883 817	1 468 834	414 259	1 615 328	1 450 870	163 734	268 489	17 964	250 525
Amapá	166 678	138 220	28 193	156 622	137 803	18 554	10 002	417	9 585
Tocantins	337 735	280 527	57 208	302 362	275 287	27 075	35 373	5 240	30 133
Maranhão	1 752 639	1 042 499	710 140	1 536 649	1 016 197	520 452	215 990	26 302	189 688
Piauí	787 872	592 983	192 800	669 790	584 101	83 600	118 082	8 882	109 200
Ceará	2 246 719	1 635 515	611 204	1 871 610	1 613 585	258 025	375 109	21 930	353 179
Rio Grande do Norte	785 008	577 642	207 366	647 391	571 555	75 836	137 617	6 087	131 530
Paraíba	947 934	694 339	253 595	794 240	686 653	107 587	153 694	7 686	146 008
Pernambuco	2 119 782	1 380 672	739 110	1 650 011	1 366 364	283 647	469 771	14 308	455 463
Alagoas	808 323	581 611	226 712	690 656	570 711	119 945	117 667	10 900	106 767
Sergipe	511 642	338 305	173 337	398 205	332 953	65 252	113 437	5 352	108 085
Bahia	3 523 198	2 495 201	1 027 997	2 984 600	2 468 089	516 511	538 598	27 112	511 486
Minas Gerais	4 531 547	3 669 963	858 690	3 917 755	3 625 669	289 192	613 213	43 715	569 498
Espírito Santo	799 257	621 175	178 082	666 276	607 077	59 199	132 981	14 098	118 883
Rio de Janeiro	3 266 857	2 171 230	1 094 732	2 267 407	2 122 333	144 179	999 450	48 897	950 553
São Paulo	9 188 301	7 436 031	1 752 270	7 733 667	7 235 788	497 879	1 451 976	199 343	1 252 633
Paraná	2 372 001	1 998 200	373 801	2 045 985	1 964 009	81 976	326 016	34 191	291 825
Santa Catarina	1 387 701	1 133 444	254 257	1 226 111	1 109 119	116 992	161 590	24 325	137 265
Rio Grande do Sul	2 272 864	1 798 223	474 641	1 986 394	1 760 706	225 688	285 888	36 935	248 953
Mato Grosso do Sul	548 136	450 347	97 789	473 791	447 264	26 527	74 345	3 083	71 262
Mato Grosso	668 824	532 549	136 275	587 324	525 290	62 034	81 500	7 259	74 241
Goiás	1 272 298	936 718	335 580	1 046 041	920 508	125 533	226 257	16 210	210 047
Distrito Federal	561 817	349 548	212 269	401 537	339 072	62 465	160 280	10 476	149 804

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2004.

Nota: Excluídas as pessoas que freqüentavam curso de nível superior.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de rede de ensino. (2) Inclusive as pessoas sem declaração de oferta de merenda escolar ou refeição pela creche ou escola.

Tabela 1.6.2 - Coeficientes de variação das estimativas de pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola, por rede de ensino que freqüentavam e oferta gratuita de merenda escolar ou outra refeição pela creche ou escola, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

Unidades da Federação	Coeficientes de variação das estimativas de pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola (%)								
	Total (1)(2)	Oferta gratuita de merenda escolar ou outra refeição pela creche ou escola (1)		Rede de ensino					
				Rede pública			Rede particular		
				Total (2)	Oferta gratuita de merenda escolar ou outra refeição pela creche ou escola		Total (2)	Oferta gratuita de merenda escolar ou outra refeição pela creche ou escola	
Oferecia	Não oferecia	Oferecia	Não oferecia						
Brasil	0,4	0,7	1,5	0,6	0,7	3,4	1,6	4,4	1,7
Rondônia	2,4	3,6	9,7	3,1	3,7	11,9	14,7	38,9	15,9
Acre	1,8	2,9	12,8	2,7	3,0	16,2	22,3	32,4	24,2
Amazonas	2,4	3,3	6,5	3,1	3,6	6,4	12,8	30,2	13,1
Roraima	5,0	4,4	29,0	5,1	4,3	33,6	20,7	28,9	29,7
Pará	3,0	4,3	7,9	3,9	4,6	12,5	9,2	31,8	8,9
Amapá	3,6	4,6	18,9	3,9	4,6	26,4	22,9	68,9	22,1
Tocantins	2,7	4,1	8,6	4,3	4,3	11,7	16,5	28,0	16,2
Maranhão	2,5	8,3	9,6	4,1	8,3	12,8	17,6	30,7	18,9
Piauí	3,0	5,0	14,7	4,9	5,3	35,4	19,1	52,4	17,6
Ceará	1,0	2,9	7,9	1,9	2,9	19,4	5,3	26,3	5,1
Rio Grande do Norte	2,3	4,8	10,6	3,5	4,8	13,7	9,8	41,1	10,8
Paraíba	2,7	7,4	14,6	5,1	7,6	27,1	15,1	33,1	15,4
Pernambuco	1,4	2,7	5,4	2,1	2,8	14,1	4,0	20,6	4,1
Alagoas	2,6	5,3	7,9	3,4	5,5	10,9	9,5	30,1	10,1
Sergipe	2,3	6,1	8,2	3,5	5,7	18,8	7,1	40,0	7,5
Bahia	1,3	3,7	7,1	2,1	3,7	15,4	5,5	17,2	5,5
Minas Gerais	1,1	1,7	4,0	1,6	1,7	5,3	5,0	12,3	5,3
Espírito Santo	3,0	5,3	9,3	4,9	5,6	13,0	10,5	25,3	11,3
Rio de Janeiro	1,3	2,4	3,1	2,4	2,5	8,1	3,5	13,3	3,5
São Paulo	1,1	1,6	3,5	1,6	1,7	5,2	4,2	8,6	4,5
Paraná	1,4	2,1	6,9	2,1	2,2	8,5	7,8	17,6	8,1
Santa Catarina	1,8	2,6	6,4	3,0	2,7	11,5	13,1	16,5	14,6
Rio Grande do Sul	1,5	2,0	4,8	1,9	2,0	8,1	6,3	14,4	6,7
Mato Grosso do Sul	2,5	3,9	9,9	3,7	3,9	11,8	13,9	38,0	14,4
Mato Grosso	2,8	3,8	7,5	3,4	3,8	9,0	12,8	19,5	13,8
Goiás	1,9	2,6	4,7	2,5	2,7	6,2	6,9	22,2	7,1
Distrito Federal	2,1	4,1	4,5	3,8	4,2	7,1	6,3	16,5	6,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2004.

Nota: Excluídas as pessoas que freqüentavam curso de nível superior.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de rede de ensino. (2) Inclusive as pessoas sem declaração de oferta de merenda escolar ou refeição pela creche ou escola.

Tabela 1.7.1 - Pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola, por tipo de educação infantil ou nível de ensino que freqüentavam e situação de oferta gratuita de merenda escolar ou outra refeição pela creche ou escola freqüentada e consumo de merenda escolar, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

(continua)

Unidades da Federação	Pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola								
	Total (1) (2) (3)	Creche ou escola oferecia gratuitamente merenda escolar ou outra refeição (1)		Tipo de educação infantil					
				Creche			Pré-escolar		
		Consumiam	Não consumiam	Total (2)(3)	Creche oferecia gratuitamente merenda escolar ou outra refeição		Total (2)(3)	Escola oferecia gratuitamente merenda escolar ou outra refeição	
Consumiam	Não consumiam				Consumiam	Não consumiam			
Brasil	44 296 081	28 062 368	5 546 560	1 546 897	927 849	25 750	6 824 501	4 473 143	375 036
Rondônia	362 634	249 637	34 935	4 002	2 110	-	36 431	24 902	944
Acre	182 043	142 948	12 782	1 782	1 627	-	24 152	21 983	775
Amazonas	894 690	684 615	66 002	9 790	7 039	612	110 129	83 219	3 362
Roraima	115 764	81 063	14 399	5 793	3 539	161	18 011	14 764	-
Pará	1 883 817	1 238 513	230 321	42 752	22 961	1 573	303 976	199 452	15 460
Amapá	166 678	122 831	15 389	1 358	1 150	-	22 997	17 258	1 306
Tocantins	337 735	269 172	11 355	4 366	3 275	219	41 485	28 600	1 310
Maranhão	1 752 639	964 391	78 108	41 445	18 332	-	344 310	195 268	7 970
Piauí	787 872	533 420	59 563	23 512	16 718	522	133 749	94 042	7 838
Ceará	2 246 719	1 501 923	133 592	78 260	51 222	1 155	387 007	256 147	14 368
Rio Grande do Norte	785 008	490 569	87 073	32 297	21 064	1 872	139 487	88 940	10 297
Paraíba	947 934	635 119	59 220	27 575	14 466	-	146 463	92 669	3 616
Pernambuco	2 119 782	1 142 581	238 091	85 637	23 551	639	315 059	143 263	12 691
Alagoas	808 323	482 104	99 507	17 718	4 543	908	124 039	64 972	6 815
Sergipe	511 642	305 518	32 787	21 416	8 028	335	92 699	58 559	1 339
Bahia	3 523 198	2 230 282	264 919	105 563	44 773	2 409	621 321	348 672	29 895
Minas Gerais	4 531 547	2 966 865	702 706	134 722	75 685	2 334	641 998	412 189	47 705
Espírito Santo	799 257	501 827	119 348	33 362	24 434	470	131 094	100 081	7 989
Rio de Janeiro	3 266 857	1 822 576	348 654	136 913	54 996	2 441	609 339	309 875	42 834
São Paulo	9 188 301	5 777 368	1 658 663	395 723	293 989	5 230	1 490 087	1 153 781	95 419
Paraná	2 372 001	1 576 558	421 642	107 718	76 209	1 368	268 048	191 595	17 386
Santa Catarina	1 387 701	854 865	278 579	79 928	66 029	1 159	184 181	146 531	13 323
Rio Grande do Sul	2 272 864	1 473 693	323 693	78 401	49 213	1 793	241 648	171 723	18 399
Mato Grosso do Sul	548 136	395 129	55 218	17 893	12 647	-	53 048	39 170	2 160
Mato Grosso	668 824	478 445	54 104	15 180	12 210	-	80 178	63 680	2 969
Goiás	1 272 298	844 639	92 079	22 421	13 107	345	166 581	102 087	4 139
Distrito Federal	561 817	295 717	53 831	21 370	4 932	205	96 984	49 721	4 727

Tabela 1.7.1 - Pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola, por tipo de educação infantil ou nível de ensino que freqüentavam e situação de oferta gratuita de merenda escolar ou outra refeição pela creche ou escola freqüentada e consumo de merenda escolar, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

(conclusão)

Unidades da Federação	Pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola					
	Nível de ensino					
	Fundamental			Médio (4)		
	Total (2)(3)	Escola oferecia gratuitamente merenda escolar ou outra refeição		Total (2)(3)	Escola oferecia gratuitamente merenda escolar ou outra refeição	
Consumiam		Não consumiam	Consumiam		Não consumiam	
Brasil	30 849 834	21 328 082	4 126 102	5 054 724	1 320 548	1 017 992
Rondônia	283 141	213 940	24 786	39 060	8 685	9 205
Acre	143 386	117 547	10 922	12 590	1 791	1 085
Amazonas	712 452	571 880	52 458	60 475	21 250	9 264
Roraima	81 105	60 334	11 472	10 855	2 426	2 766
Pará	1 422 273	1 000 060	187 756	113 852	15 514	25 094
Amapá	125 205	100 038	10 537	16 910	4 177	3 546
Tocantins	260 228	232 495	8 079	31 219	4 584	1 747
Maranhão	1 246 536	734 054	60 574	117 957	14 346	9 564
Piauí	584 107	412 213	50 158	45 982	9 925	1 045
Ceará	1 579 539	1 152 889	103 192	200 184	41 161	14 877
Rio Grande do Norte	534 108	362 775	60 857	74 435	15 918	13 111
Paraíba	713 323	507 189	49 727	60 121	20 795	5 877
Pernambuco	1 568 823	934 035	196 325	148 603	40 795	28 436
Alagoas	621 579	403 048	81 332	44 077	9 086	10 452
Sergipe	357 039	229 560	26 097	40 488	9 371	5 016
Bahia	2 543 405	1 787 761	209 872	252 414	48 581	22 743
Minas Gerais	3 188 202	2 336 724	551 306	566 047	141 689	101 361
Espírito Santo	536 600	356 164	91 160	98 201	21 148	19 729
Rio de Janeiro	2 149 722	1 311 017	240 602	369 784	145 589	62 777
São Paulo	5 782 587	3 850 559	1 153 666	1 518 190	477 325	404 348
Paraná	1 663 714	1 180 806	300 142	332 521	127 948	102 746
Santa Catarina	913 354	608 137	202 128	210 238	34 168	61 969
Rio Grande do Sul	1 636 425	1 206 827	237 510	316 390	45 930	65 991
Mato Grosso do Sul	414 874	327 267	39 790	62 013	16 045	13 268
Mato Grosso	493 283	382 756	43 546	80 183	19 799	7 589
Goiás	924 310	713 926	76 905	158 986	15 519	10 690
Distrito Federal	370 514	234 081	45 203	72 949	6 983	3 696

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Nota: Excluídas as pessoas que freqüentavam curso de nível superior.

(1) Inclusive as pessoas que freqüentavam curso de alfabetização de adultos. (2) Inclusive as pessoas que freqüentavam creche ou escola que não oferecia merenda escolar ou outra refeição gratuitamente ou sem declaração de oferta de merenda escolar ou outra refeição gratuitamente. (3) Inclusive as pessoas sem declaração de consumo de merenda escolar ou outra refeição oferecida gratuitamente pela creche ou escola. (4) Inclusive as pessoas que freqüentavam curso pré-vestibular.

Tabela 1.7.2 - Coeficientes de variação das estimativas de pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola, por tipo de educação infantil ou nível de ensino que freqüentavam e situação de oferta gratuita de merenda escolar ou outra refeição pela creche ou escola freqüentada e consumo de merenda escolar, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

(continua)

Unidades da Federação	Coeficientes de variação das estimativas de pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola (%)								
	Total (1) (2) (3)	Creche ou escola oferecia gratuitamente merenda escolar ou outra refeição (1)		Tipo de educação infantil					
				Creche			Pré-escolar		
		Consumiam	Não consumiam	Total (2) (3)	Creche oferecia gratuitamente merenda escolar ou outra refeição		Total (2) (3)	Escola oferecia gratuitamente merenda escolar ou outra refeição	
Consumiam	Não consumiam				Consumiam	Não consumiam			
Brasil	0,4	0,8	1,7	2,2	3,0	15,0	1,2	1,7	4,8
Rondônia	2,4	4,2	11,5	24,8	31,8	-	8,2	9,5	48,5
Acre	1,8	3,0	11,5	24,5	25,1	-	11,3	14,0	52,4
Amazonas	2,4	3,4	8,7	45,9	54,1	100,5	5,6	6,8	23,0
Roraima	5,0	4,9	12,0	33,5	55,9	99,6	12,8	11,3	-
Pará	3,0	5,3	10,9	13,1	20,3	45,2	6,0	8,1	18,7
Amapá	3,6	5,0	15,7	43,3	49,3	-	12,9	14,7	34,6
Tocantins	2,7	4,5	20,5	25,5	28,9	98,9	12,5	16,3	38,3
Maranhão	2,5	8,5	19,2	20,4	28,4	-	9,2	8,9	36,8
Piauí	3,0	6,2	17,0	11,9	12,9	99,4	7,8	9,4	27,6
Ceará	1,0	2,7	10,9	7,8	11,0	60,2	3,0	4,1	20,9
Rio Grande do Norte	2,3	6,7	19,4	12,9	24,2	61,9	6,6	11,3	40,3
Paraíba	2,7	8,5	16,9	16,6	17,6	-	7,3	13,5	43,3
Pernambuco	1,4	3,2	6,1	7,3	20,6	57,6	3,9	5,9	19,3
Alagoas	2,6	5,7	8,9	21,1	39,8	71,6	7,6	11,2	39,7
Sergipe	2,3	7,3	14,8	11,5	19,9	99,0	5,9	12,9	60,3
Bahia	1,3	4,0	7,8	7,3	13,7	43,0	7,2	12,8	28,0
Minas Gerais	1,1	2,4	4,1	7,1	9,5	44,0	3,0	4,4	10,9
Espírito Santo	3,0	5,9	9,4	12,4	16,1	99,4	7,0	8,9	31,1
Rio de Janeiro	1,3	2,7	5,2	6,7	10,9	50,7	3,3	4,9	12,4
São Paulo	1,1	1,9	3,6	5,2	6,3	40,8	2,6	3,2	10,2
Paraná	1,4	2,6	5,0	7,2	8,6	71,2	4,9	5,8	17,1
Santa Catarina	1,8	2,7	7,2	10,8	10,8	70,5	4,6	6,1	21,7
Rio Grande do Sul	1,5	2,3	4,6	8,8	11,7	52,7	4,9	6,1	16,5
Mato Grosso do Sul	2,5	3,9	13,0	15,3	20,5	-	8,0	10,9	42,1
Mato Grosso	2,8	4,1	13,7	16,3	18,5	-	8,8	9,4	34,2
Goiás	1,9	2,8	7,5	13,7	20,0	100,2	4,5	6,7	37,3
Distrito Federal	2,1	4,5	9,9	10,4	19,9	100,1	4,6	7,3	25,8

Tabela 1.7.2 - Coeficientes de variação das estimativas de pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola, por tipo de educação infantil ou nível de ensino que freqüentavam e situação de oferta gratuita de merenda escolar ou outra refeição pela creche ou escola freqüentada e consumo de merenda escolar, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

(conclusão)

Unidades da Federação	Coeficientes de variação das estimativas de pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola (%)					
	Nível de ensino					
	Fundamental			Médio (4)		
	Total (2) (3)	Escola oferecia gratuitamente merenda escolar ou outra refeição		Total (2) (3)	Escola oferecia gratuitamente merenda escolar ou outra refeição	
Consumiam		Não consumiam	Consumiam		Não consumiam	
Brasil	0,5	0,9	1,8	1,2	2,6	2,8
Rondônia	3,2	4,8	14,9	10,4	19,6	19,7
Acre	2,5	4,5	11,3	12,3	49,7	36,4
Amazonas	2,7	3,3	9,3	7,7	13,7	17,3
Roraima	4,8	5,4	13,5	23,9	29,9	32,9
Pará	3,0	5,2	9,8	9,5	12,3	22,7
Amapá	4,3	5,2	19,2	13,4	18,5	29,3
Tocantins	3,9	5,1	22,2	9,6	21,1	43,3
Maranhão	4,0	9,3	22,7	13,8	44,0	44,7
Piauí	3,9	6,7	17,9	13,9	30,1	70,7
Ceará	1,9	3,0	11,1	6,9	13,0	22,2
Rio Grande do Norte	2,9	6,5	17,6	10,2	18,7	26,1
Paraíba	3,2	8,3	17,7	13,1	23,6	27,7
Pernambuco	2,0	3,6	6,3	5,6	9,4	11,4
Alagoas	3,5	5,9	9,0	15,5	25,8	24,8
Sergipe	2,7	6,8	15,0	7,8	35,8	30,5
Bahia	1,7	3,8	7,1	5,2	11,0	12,9
Minas Gerais	1,5	2,7	4,4	3,1	8,9	8,5
Espírito Santo	3,7	6,6	9,8	7,6	16,6	21,5
Rio de Janeiro	1,9	3,2	6,2	4,2	6,5	10,3
São Paulo	1,5	2,2	4,1	2,4	5,1	5,0
Paraná	2,1	3,3	5,5	3,7	5,9	7,6
Santa Catarina	2,2	3,3	7,6	4,9	13,9	10,9
Rio Grande do Sul	1,8	2,4	5,5	3,8	8,6	9,6
Mato Grosso do Sul	3,2	4,3	12,0	6,5	12,4	22,5
Mato Grosso	3,7	4,4	16,1	7,4	20,3	19,3
Goiás	1,9	2,6	8,4	5,4	13,3	17,3
Distrito Federal	3,1	5,1	10,4	5,3	18,5	26,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Nota: Excluídas as pessoas que freqüentavam curso de nível superior.

(1) Inclusive as pessoas que freqüentavam curso de alfabetização de adultos. (2) Inclusive as pessoas que freqüentavam creche ou escola que não oferecia merenda escolar ou outra refeição gratuitamente ou sem declaração de oferta de merenda escolar ou outra refeição gratuitamente. (3) Inclusive as pessoas sem declaração de consumo de merenda escolar ou outra refeição oferecida gratuitamente pela creche ou escola. (4) Inclusive as pessoas que freqüentavam curso pré-vestibular.

Tabela 1.8.1 - Pessoas de 0 a 17 anos de idade que não freqüentavam creche ou escola, por motivo de não freqüentarem creche ou escola, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

Unidades da Federação	Pessoas de 0 a 17 anos de idade que não freqüentavam creche ou escola					
	Total (1)	Motivo de não freqüentarem creche ou escola				
		Ajudar nos afazeres domésticos, trabalhar ou procurar trabalho	Não existia escola ou creche perto de casa, faltava vaga na escola ou creche ou faltava transporte escolar	Faltava dinheiro para as despesas para se manter na escola ou creche	Por vontade própria ou dos pais ou responsáveis ou concluiu a série ou curso desejado	Outro motivo
Brasil	15 750 821	432 215	2 456 089	390 659	5 315 312	7 151 106
Rondônia	188 041	1 838	27 172	6 488	47 471	105 072
Acre	97 751	3 299	16 828	775	8 740	68 109
Amazonas	459 776	8 364	69 423	917	28 497	352 575
Roraima	48 939	483	12 599	483	3 746	31 628
Pará	905 196	18 794	112 949	14 545	262 854	494 065
Amapá	87 373	585	5 414	626	5 349	74 868
Tocantins	152 409	1 748	25 325	1 965	53 932	69 439
Maranhão	714 926	11 159	104 409	14 346	104 409	480 603
Piauí	270 640	4 703	61 138	2 613	51 723	150 463
Ceará	719 288	24 588	60 127	7 868	201 347	425 358
Rio Grande do Norte	232 639	7 489	31 365	5 617	69 275	118 893
Paraíba	345 368	7 686	20 344	6 328	100 352	210 658
Pernambuco	860 443	33 772	185 267	31 256	238 753	371 395
Alagoas	357 106	10 900	36 341	9 086	83 143	217 636
Sergipe	175 663	7 028	22 083	3 013	32 119	111 420
Bahia	1 362 203	39 365	238 076	45 560	372 398	666 804
Minas Gerais	1 535 256	51 773	254 064	83 828	754 285	389 178
Espírito Santo	274 883	7 518	62 493	4 229	93 508	107 135
Rio de Janeiro	879 002	19 990	86 680	20 071	311 870	440 391
São Paulo	2 744 927	58 773	458 642	55 859	1 196 774	974 879
Paraná	821 277	34 813	144 526	8 978	396 053	236 907
Santa Catarina	377 069	17 378	53 867	2 896	146 544	156 384
Rio Grande do Sul	858 009	25 265	183 965	40 818	357 707	249 462
Mato Grosso do Sul	223 005	5 553	53 667	1 542	88 220	74 023
Mato Grosso	305 542	9 569	34 319	990	116 476	144 188
Goiás	551 477	17 933	68 289	13 796	132 441	319 018
Distrito Federal	202 613	1 849	26 717	6 166	57 326	110 555

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração do motivo de não freqüentarem escola.

Tabela 1.8.2 - Coeficientes de variação das estimativas de pessoas de 0 a 17 anos de idade que não freqüentavam creche ou escola, por motivo de não freqüentarem creche ou escola, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

Unidades da Federação	Coeficientes de variação das estimativas de pessoas de 0 a 17 anos de idade que não freqüentavam creche ou escola (%)					
	Total (1)	Motivo de não freqüentarem creche ou escola				
		Ajudar nos afazeres domésticos, trabalhar ou procurar trabalho	Não existia escola ou creche perto de casa, faltava vaga na escola ou creche ou faltava transporte escolar	Faltava dinheiro para as despesas para se manter na escola ou creche	Por vontade própria ou dos pais ou responsáveis ou concluiu a série ou curso desejado	Outro motivo
Brasil	0,9	4,4	3,5	5,5	1,9	1,6
Rondônia	6,4	42,3	20,9	27,6	9,5	10,2
Acre	3,9	53,5	44,4	59,4	21,5	15,0
Amazonas	4,9	17,5	31,2	73,7	12,8	7,9
Roraima	10,2	56,8	18,6	101,7	19,4	11,7
Pará	5,2	15,8	14,1	22,2	11,6	6,8
Amapá	5,7	66,3	16,8	73,9	21,7	5,8
Tocantins	4,2	52,1	20,9	36,0	14,6	11,7
Maranhão	9,0	26,6	35,8	42,3	18,7	8,1
Piauí	5,2	25,2	21,5	52,4	12,9	13,0
Ceará	2,6	22,9	18,6	26,3	11,7	6,8
Rio Grande do Norte	6,4	34,2	21,7	45,2	14,5	10,2
Paraíba	5,8	37,6	32,9	45,1	13,0	6,3
Pernambuco	3,2	17,0	13,3	25,4	6,2	5,3
Alagoas	5,5	37,7	35,9	33,0	25,2	12,9
Sergipe	6,3	41,0	29,8	52,0	20,1	10,3
Bahia	3,0	14,5	14,0	16,1	8,8	5,6
Minas Gerais	2,5	13,1	10,1	11,9	4,9	7,2
Espírito Santo	5,0	34,7	9,9	41,3	12,0	12,9
Rio de Janeiro	3,1	17,5	12,3	19,7	5,8	5,1
São Paulo	2,5	12,9	7,2	18,1	4,3	4,8
Paraná	3,9	16,5	10,7	34,4	5,4	9,1
Santa Catarina	6,0	18,8	21,5	52,3	13,1	10,7
Rio Grande do Sul	2,3	17,1	9,9	11,2	4,9	8,4
Mato Grosso do Sul	6,1	23,6	16,8	67,2	8,9	10,4
Mato Grosso	4,1	22,8	18,0	57,7	9,0	6,1
Goiás	3,3	14,9	16,3	24,7	9,7	5,0
Distrito Federal	4,3	32,6	14,9	25,9	10,2	6,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração do motivo de não freqüentarem escola.

2 - Acesso a Transferências de Renda de Programas Sociais

Tabela 2.1.1 - Domicílios particulares, por recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência, segundo a situação do domicílio e as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - Brasil - 2004

Situação do domicílio e classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (1)	Domicílios particulares						
	Total	Não recebiam	Recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência				Sem declaração
			Recebiam				
			Total	Somente de um programa	De mais de um programa	Sem declaração	
Total	51 802 121	43 288 771	8 059 643	4 839 601	3 193 650	26 392	453 707
Até 1/4 salário mínimo	3 989 272	1 898 009	2 006 193	1 055 851	944 365	5 977	85 070
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	8 080 025	4 952 662	3 004 849	1 710 243	1 286 254	8 352	122 514
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	13 650 729	11 194 897	2 315 809	1 545 980	761 421	8 408	140 023
Mais de 1 a 2 salários mínimos	12 377 459	11 797 547	524 562	390 779	131 545	2 238	55 350
Mais de 2 salários mínimos	11 890 234	11 774 694	85 913	73 300	12 613	.	29 627
Sem rendimento (2)	591 837	580 244	11 593
Sem declaração	1 222 565	1 090 718	122 317	63 448	57 452	1 417	9 530
Urbana	43 820 614	37 848 249	5 593 849	3 489 899	2 085 364	18 586	378 516
Até 1/4 salário mínimo	2 449 831	1 259 358	1 132 612	630 928	498 862	2 822	57 861
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	6 055 343	3 869 638	2 082 858	1 217 848	859 477	5 533	102 847
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	11 265 745	9 343 435	1 798 932	1 214 653	577 571	6 708	123 378
Mais de 1 a 2 salários mínimos	11 103 277	10 622 549	431 333	320 590	108 637	2 106	49 395
Mais de 2 salários mínimos	11 340 240	11 238 889	73 179	63 583	9 596	.	28 172
Sem rendimento (2)	521 216	511 210	10 006
Sem declaração	1 084 962	1 003 170	74 935	42 297	31 221	1 417	6 857
Rural	7 981 507	5 440 522	2 465 794	1 349 702	1 108 286	7 806	75 191
Até 1/4 salário mínimo	1 539 441	638 651	873 581	424 923	445 503	3 155	27 209
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	2 024 682	1 083 024	921 991	492 395	426 777	2 819	19 667
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	2 384 984	1 851 462	516 877	331 327	183 850	1 700	16 645
Mais de 1 a 2 salários mínimos	1 274 182	1 174 998	93 229	70 189	22 908	132	5 955
Mais de 2 salários mínimos	549 994	535 805	12 734	9 717	3 017	.	1 455
Sem rendimento (2)	70 621	69 034	1 587
Sem declaração	137 603	87 548	47 382	21 151	26 231	.	2 673

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Excluídas as rendimentos das pessoas de menos de 10 anos de idade e das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (2) Inclusive os domicílios cujos componentes recebiam somente em benefícios.

Tabela 2.1.2 - Coeficientes de variação das estimativas de domicílios particulares, por recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência, segundo a situação do domicílio e as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - Brasil - 2004

Situação do domicílio e classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (1)	Coeficientes de variação das estimativas de domicílios particulares (%)				
	Total (2)	Recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência			
		Não recebiam	Recebiam		
			Total (3)	Somente de um programa	De mais de um programa
Total	0,2	0,4	1,2	1,5	1,8
Até 1/4 salário mínimo	1,9	2,2	2,7	3,2	3,7
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	1,0	1,3	1,6	2,1	2,3
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	0,8	0,9	1,9	2,2	3,0
Mais de 1 a 2 salários mínimos	0,8	0,9	3,4	3,8	6,4
Mais de 2 salários mínimos	1,3	1,3	8,1	8,8	20,2
Sem rendimento (4)	3,4	3,4	-	-	-
Urbana	0,6	0,6	1,6	1,8	2,3
Até 1/4 salário mínimo	2,1	2,5	3,0	3,5	4,5
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	1,3	1,5	2,2	2,6	3,0
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	1,0	1,0	2,2	2,5	3,5
Mais de 1 a 2 salários mínimos	1,0	1,0	3,7	4,3	7,0
Mais de 2 salários mínimos	1,4	1,4	8,3	9,0	21,4
Sem rendimento (4)	3,5	3,5	-	-	-
Rural	2,6	2,8	3,5	3,9	4,2
Até 1/4 salário mínimo	4,2	5,0	4,9	6,0	5,7
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	3,0	3,5	4,0	4,5	5,1
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	3,2	3,4	4,8	5,4	6,4
Mais de 1 a 2 salários mínimos	3,9	4,0	8,5	9,2	17,4
Mais de 2 salários mínimos	5,5	5,5	23,5	27,9	42,3
Sem rendimento (4)	11,7	11,9	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Exclusive os rendimentos das pessoas de menos de 10 anos de idade e das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (2) Inclusive os domicílios sem declaração de recebimento de dinheiro de programa social do governo. (3) Inclusive os domicílios sem declaração do número de programas sociais do governo. (4) Inclusive os domicílios cujos componentes recebiam somente em benefícios.

Tabela 2.2.1 - Domicílios particulares, por recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

Unidades da Federação	Domicílios particulares						
	Total	Recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência					
		Não recebiam	Recebiam				Sem declaração
			Total	Somente de um programa	De mais de um programa	Sem declaração	
Brasil	51 802 121	43 288 771	8 059 643	4 839 601	3 193 650	26 392	453 707
Rondônia	426 613	377 503	49 110	36 306	12 804	-	-
Acre	159 671	114 634	44 906	30 939	13 572	395	131
Amazonas	747 786	660 311	87 169	65 078	21 475	616	306
Roraima	96 173	62 383	30 366	21 292	9 074	-	3 424
Pará	1 668 834	1 342 693	324 430	190 153	133 490	787	1 711
Amapá	120 949	103 151	17 589	13 240	4 141	208	209
Tocantins	346 709	248 898	94 531	54 797	39 080	654	3 280
Maranhão	1 416 303	912 588	502 918	268 595	233 526	797	797
Piauí	750 786	453 500	294 674	138 979	155 172	523	2 612
Ceará	2 055 509	1 251 977	799 274	423 167	372 863	3 244	4 258
Rio Grande do Norte	773 789	494 805	278 984	168 511	110 005	468	.
Paraíba	927 609	561 904	364 801	175 391	188 958	452	904
Pernambuco	2 223 409	1 542 258	666 162	412 548	252 379	1 235	14 989
Alagoas	749 680	531 123	218 557	99 965	117 230	1 362	.
Sergipe	536 017	432 956	99 378	57 211	41 832	335	3 683
Bahia	3 675 084	2 616 301	970 076	513 643	449 355	7 078	88 707
Minas Gerais	5 487 355	4 502 858	971 127	623 521	344 318	3 288	13 370
Espírito Santo	980 150	834 012	143 788	85 522	56 386	1 880	2 350
Rio de Janeiro	4 895 519	4 613 284	209 156	162 412	46 744	-	73 079
São Paulo	11 804 971	11 163 374	503 477	362 738	138 080	2 659	138 120
Paraná	3 059 454	2 623 899	396 696	249 306	147 390	-	38 859
Santa Catarina	1 732 885	1 606 037	99 043	67 185	31 858	-	27 805
Rio Grande do Sul	3 412 006	3 036 143	368 852	250 377	118 475	-	7 011
Mato Grosso do Sul	645 931	537 064	103 623	77 719	25 904	-	5 244
Mato Grosso	793 889	726 575	66 984	47 515	19 469	-	330
Goiás	1 672 662	1 375 044	287 621	198 297	89 324	-	9 997
Distrito Federal	642 378	563 496	66 351	45 194	20 746	411	12 531

Tabela 2.2.2 - Coeficientes de variação das estimativas de domicílios particulares, por recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

Unidades da Federação	Coeficientes de variação das estimativas de domicílios particulares (%)				
	Total (1)	Recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência			
		Não recebiam	Recebiam		
			Total (2)	Somente de um programa	De mais de um programa
Brasil	0,2	0,4	1,2	1,5	1,8
Rondônia	1,2	2,0	10,9	11,3	14,9
Acre	1,8	3,5	4,5	5,7	14,6
Amazonas	2,0	4,3	19,8	13,2	43,5
Roraima	6,3	6,9	14,3	15,7	14,1
Pará	1,7	3,2	7,2	7,9	8,6
Amapá	2,7	4,3	12,1	13,4	21,6
Tocantins	1,2	2,6	6,3	5,5	12,9
Maranhão	2,3	6,3	6,8	9,6	7,1
Piauí	1,5	4,2	5,7	10,6	7,6
Ceará	0,8	2,0	2,6	4,7	6,8
Rio Grande do Norte	1,4	3,3	5,8	4,0	13,6
Paraíba	2,0	5,1	4,7	8,6	5,2
Pernambuco	1,0	1,4	2,3	4,5	4,2
Alagoas	1,8	5,8	9,3	12,4	10,2
Sergipe	1,6	3,2	6,6	13,4	13,9
Bahia	0,9	1,7	3,0	3,8	4,5
Minas Gerais	0,7	1,2	2,8	3,4	4,8
Espírito Santo	1,0	2,2	8,0	8,5	11,2
Rio de Janeiro	0,7	0,8	6,5	6,8	13,0
São Paulo	0,5	0,7	6,9	7,4	9,9
Paraná	0,7	1,4	6,6	8,3	6,9
Santa Catarina	1,3	2,1	15,7	14,7	23,2
Rio Grande do Sul	0,7	1,1	6,8	7,0	9,3
Mato Grosso do Sul	1,3	2,3	7,7	7,8	13,4
Mato Grosso	0,9	1,4	7,8	8,8	16,1
Goiás	0,9	1,5	5,4	5,3	9,5
Distrito Federal	1,1	1,7	8,4	8,7	12,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Inclusive os domicílios sem declaração de recebimento de dinheiro de programa social do governo. (2) Inclusive os domicílios sem declaração do número de programas sociais do governo.

Tabela 2.3.1 - Domicílios particulares, por recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência e classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

(continua)

Unidades da Federação	Domicílios particulares						
	Total (1) (2)	Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (salários mínimos) (1) (3)					
		Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2	Sem rendimento (4)
Brasil	51 802 121	3 989 272	8 080 025	13 650 729	12 377 459	11 890 234	591 837
Rondônia	426 613	21 210	84 359	139 746	106 650	67 716	4 908
Acre	159 671	24 033	36 441	42 786	28 121	25 265	907
Amazonas	747 786	82 669	157 617	230 610	152 025	114 726	10 139
Roraima	96 173	17 513	20 124	21 796	17 727	12 933	4 792
Pará	1 668 834	180 240	418 402	510 284	309 472	217 564	9 878
Amapá	120 949	14 680	27 162	31 669	24 524	17 538	1 833
Tocantins	346 709	37 328	76 196	106 547	64 190	50 878	4 367
Maranhão	1 416 303	383 365	346 702	340 327	171 361	109 192	19 926
Piauí	750 786	169 793	207 421	204 304	95 607	65 305	4 700
Ceará	2 055 509	388 515	556 807	582 175	276 788	201 237	18 729
Rio Grande do Norte	773 789	123 578	198 009	227 969	126 392	91 755	6 086
Paraíba	927 609	166 355	250 884	259 023	137 878	98 551	8 589
Pernambuco	2 223 409	393 464	575 397	620 684	306 392	244 769	37 090
Alagoas	749 680	178 570	213 091	201 730	82 689	57 243	7 727
Sergipe	536 017	62 248	128 152	156 590	90 008	91 658	1 339
Bahia	3 675 084	571 400	927 501	1 093 281	566 019	375 855	51 285
Minas Gerais	5 487 355	308 849	885 579	1 677 410	1 396 576	1 077 671	53 205
Espírito Santo	980 150	54 972	160 711	277 228	233 979	228 827	10 337
Rio de Janeiro	4 895 519	118 758	448 215	1 094 421	1 327 456	1 537 211	69 047
São Paulo	11 804 971	271 096	1 022 266	2 765 628	3 354 469	3 811 633	154 719
Paraná	3 059 454	121 390	340 532	833 278	869 100	850 996	27 700
Santa Catarina	1 732 885	30 114	115 263	384 567	602 342	567 584	8 686
Rio Grande do Sul	3 412 006	119 943	335 074	759 086	1 035 096	1 085 111	26 452
Mato Grosso do Sul	645 931	26 837	96 855	203 289	179 841	131 090	7 402
Mato Grosso	793 889	32 336	119 116	232 622	214 146	179 502	10 229
Goiás	1 672 662	60 010	259 000	525 243	477 316	326 262	17 588
Distrito Federal	642 378	30 006	73 149	128 436	131 295	252 162	14 177

Tabela 2.3.1 - Domicílios particulares, por recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência e classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

(continuação)

Unidades da Federação	Domicílios particulares						
	Receberam dinheiro de programa social do governo no mês de referência						
	Total (1) (2)	Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (salários mínimos) (1) (3)					
		Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2	Sem rendimento (4)
Brasil	8 059 643	2 006 193	3 004 849	2 315 809	524 562	85 913	-
Rondônia	49 110	5 153	20 201	17 681	5 839	236	-
Acre	44 906	12 052	15 991	11 646	4 069	598	-
Amazonas	87 169	24 286	33 134	24 549	4 283	917	-
Roraima	30 366	9 505	10 341	5 807	3 571	820	-
Pará	324 430	71 518	138 235	89 037	21 087	1 206	-
Amapá	17 589	3 934	6 604	4 911	1 308	208	-
Tocantins	94 531	20 519	35 150	26 639	6 330	1 747	-
Maranhão	502 918	204 833	157 012	102 019	16 737	1 595	-
Piauí	294 674	109 194	119 119	56 435	8 882	-	-
Ceará	799 274	256 505	315 689	179 968	28 212	3 902	-
Rio Grande do Norte	278 984	78 638	103 451	78 639	15 447	2 809	-
Paraíba	364 801	117 081	147 817	86 342	9 944	1 808	-
Pernambuco	666 162	220 571	237 555	161 617	29 040	3 666	-
Alagoas	218 557	97 698	78 600	35 897	5 453	455	-
Sergipe	99 378	25 436	49 523	18 400	3 677	335	-
Bahia	970 076	273 736	394 445	228 252	45 773	5 610	-
Minas Gerais	971 127	177 041	379 916	330 527	64 596	11 818	-
Espírito Santo	143 788	18 793	55 922	52 158	11 277	1 879	-
Rio de Janeiro	209 156	29 316	71 541	68 968	26 709	7 165	-
São Paulo	503 477	70 515	171 848	183 899	54 275	11 322	-
Paraná	396 696	57 316	134 835	163 710	33 317	6 323	-
Santa Catarina	99 043	9 265	33 596	37 644	15 062	1 738	-
Rio Grande do Sul	368 852	58 932	126 945	135 701	35 722	7 592	-
Mato Grosso do Sul	103 623	12 647	31 764	43 794	12 334	3 084	-
Mato Grosso	66 984	7 589	19 139	29 368	8 908	1 650	-
Goiás	287 621	21 382	94 496	120 012	45 524	5 172	-
Distrito Federal	66 351	12 738	21 980	22 189	7 186	2 258	-

Tabela 2.3.1 - Domicílios particulares, por recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência e classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

(conclusão)

Unidades da Federação	Domicílios particulares						
	Não receberam dinheiro de programa social do governo no mês de referência						
	Total (1) (2)	Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (salários mínimos) (1) (3)					
		Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2	Sem rendimento (4)
Brasil	43 288 771	1 898 009	4 952 662	11 194 897	11 797 547	11 774 694	580 244
Rondônia	377 503	16 057	64 158	122 065	100 811	67 480	4 908
Acre	114 634	11 981	20 319	31 140	24 052	24 667	907
Amazonas	660 311	58 383	124 483	205 755	147 742	113 809	10 139
Roraima	62 383	6 046	9 623	15 507	13 995	12 113	4 133
Pará	1 342 693	107 535	279 817	421 073	288 385	216 358	9 878
Amapá	103 151	10 746	20 558	26 758	23 007	17 330	1 833
Tocantins	248 898	16 591	40 170	78 378	57 204	49 131	4 367
Maranhão	912 588	177 735	189 690	238 308	154 624	107 597	19 926
Piauí	453 500	60 076	87 780	146 302	86 725	65 305	4 700
Ceará	1 251 977	130 784	239 459	401 556	248 359	196 830	18 729
Rio Grande do Norte	494 805	44 940	94 558	149 330	110 945	88 946	6 086
Paraíba	561 904	48 822	103 067	172 229	127 934	96 743	8 589
Pernambuco	1 542 258	168 677	335 542	453 490	276 415	239 655	36 579
Alagoas	531 123	80 872	134 491	165 833	77 236	56 788	7 727
Sergipe	432 956	35 808	76 620	137 855	86 331	91 323	1 004
Bahia	2 616 301	270 543	504 715	845 397	512 803	367 688	49 371
Minas Gerais	4 502 858	130 258	504 300	1 343 019	1 328 881	1 062 752	53 205
Espírito Santo	834 012	35 239	104 789	225 070	221 762	226 478	10 337
Rio de Janeiro	4 613 284	76 743	360 674	997 847	1 291 178	1 527 645	67 296
São Paulo	11 163 374	188 236	811 837	2 539 551	3 276 442	3 786 207	151 160
Paraná	2 623 899	55 959	196 773	654 283	831 427	843 477	26 717
Santa Catarina	1 606 037	17 375	72 395	335 919	586 121	564 687	7 528
Rio Grande do Sul	3 036 143	59 055	206 336	622 011	998 325	1 076 889	26 243
Mato Grosso do Sul	537 064	12 956	62 623	158 569	167 199	128 006	7 094
Mato Grosso	726 575	24 747	99 977	203 254	204 908	177 852	10 229
Goiás	1 375 044	37 248	160 025	401 438	431 447	321 090	17 588
Distrito Federal	563 496	14 597	47 883	102 960	123 289	247 848	13 971

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

 (1) Inclusive os domicílios sem declaração de recebimento de dinheiro de programa social do governo. (2) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento mensal domiciliar *per capita*. (3) Exclusive os rendimentos das pessoas de menos de 10 anos de idade e das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (4) Inclusive os domicílios cujos componentes receberam somente em benefícios.

Tabela 2.3.2 - Coeficientes de variação das estimativas de domicílios particulares, por recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência e classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

(continua)

Unidades da Federação	Coeficientes de variação das estimativas de domicílios particulares (%)						
	Total (1) (2)	Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (salários mínimos) (1) (3)					
		Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2	Sem rendimento (4)
Brasil	0,3	2,2	1,1	0,9	1,0	1,5	3,9
Rondônia	1,4	20,8	8,6	6,5	5,8	10,1	34,0
Acre	2,1	10,9	7,1	5,9	9,4	15,6	43,1
Amazonas	2,5	10,3	4,2	4,5	6,8	14,2	34,4
Roraima	7,3	18,1	12,4	10,2	12,9	21,2	24,0
Pará	2,0	15,6	4,5	3,3	9,7	10,4	18,1
Amapá	3,1	16,0	20,7	14,5	13,4	17,8	54,0
Tocantins	1,3	7,3	6,8	4,4	8,4	15,3	49,2
Maranhão	2,6	13,8	8,1	11,9	12,1	22,8	31,2
Piauí	1,7	9,2	5,7	5,2	15,4	24,3	38,8
Ceará	1,0	7,8	3,3	3,4	5,0	8,3	15,1
Rio Grande do Norte	1,6	10,0	5,9	4,1	8,2	15,1	33,4
Paraíba	2,3	11,2	7,9	7,9	15,9	27,7	35,1
Pernambuco	1,1	3,4	3,2	2,4	4,7	7,6	13,9
Alagoas	2,0	6,8	5,7	6,2	13,8	20,8	29,1
Sergipe	1,9	10,2	8,6	7,2	15,5	13,5	71,2
Bahia	1,1	4,7	2,9	3,2	4,8	7,2	14,3
Minas Gerais	0,8	5,3	3,1	2,7	2,8	4,5	13,3
Espírito Santo	1,2	14,3	9,4	4,0	7,3	10,3	21,5
Rio de Janeiro	0,8	9,5	4,6	3,0	2,7	3,7	11,4
São Paulo	0,6	8,1	4,2	2,4	2,0	3,0	8,7
Paraná	0,8	10,9	5,9	3,4	3,2	5,4	14,3
Santa Catarina	1,5	17,3	8,4	6,5	4,6	9,3	27,1
Rio Grande do Sul	0,8	12,0	5,0	4,0	2,4	3,7	13,8
Mato Grosso do Sul	1,5	11,5	8,0	5,1	5,6	10,7	27,4
Mato Grosso	1,0	17,4	8,4	7,5	7,3	10,6	25,4
Goiás	1,0	10,8	4,7	3,4	3,2	6,0	14,9
Distrito Federal	1,3	10,6	8,4	5,6	5,0	6,7	14,3

Tabela 2.3.2 - Coeficientes de variação das estimativas de domicílios particulares, por recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência e classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

(continuação)

Unidades da Federação	Coeficientes de variação das estimativas de domicílios particulares (%)						
	Receberam dinheiro de programa social do governo no mês de referência						
	Total (1) (2)	Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (salários mínimos) (1) (3)					
		Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2	Sem rendimento (4)
Brasil	1,4	3,1	1,9	2,2	3,9	9,3	-
Rondônia	13,1	34,1	14,1	26,7	24,7	115,8	-
Acre	5,3	8,4	9,9	12,3	22,4	53,5	-
Amazonas	22,6	31,7	19,6	24,2	33,7	85,8	-
Roraima	16,6	29,8	18,0	20,2	23,3	77,2	-
Pará	8,4	20,6	11,5	8,7	23,5	54,8	-
Amapá	14,0	30,9	22,0	30,3	57,2	115,3	-
Tocantins	7,2	9,6	11,0	8,5	26,4	49,7	-
Maranhão	7,8	18,5	10,8	12,1	20,1	82,1	-
Piauí	6,6	11,6	8,3	12,8	26,4	-	-
Ceará	3,0	9,8	4,3	6,8	16,5	39,8	-
Rio Grande do Norte	6,7	11,8	9,3	7,6	20,5	47,6	-
Paraíba	5,4	11,0	8,7	13,5	30,6	68,8	-
Pernambuco	2,7	4,4	4,2	7,0	15,0	34,9	-
Alagoas	10,7	9,9	14,9	17,8	25,5	117,4	-
Sergipe	7,6	12,2	8,8	19,7	45,6	115,4	-
Bahia	3,4	6,6	5,4	5,8	14,2	30,7	-
Minas Gerais	3,2	7,6	5,0	5,2	12,7	26,3	-
Espírito Santo	9,2	27,4	12,0	13,4	22,4	69,6	-
Rio de Janeiro	7,5	17,3	12,0	12,2	17,8	34,6	-
São Paulo	7,9	14,7	10,4	12,7	15,1	34,2	-
Paraná	7,7	18,4	9,8	7,8	15,5	37,2	-
Santa Catarina	18,1	23,6	22,9	23,2	25,7	66,8	-
Rio Grande do Sul	7,8	17,0	9,2	9,9	11,4	30,8	-
Mato Grosso do Sul	8,7	21,6	15,1	11,6	12,9	36,6	-
Mato Grosso	9,1	20,7	15,3	12,6	20,2	50,0	-
Goiás	6,2	17,1	7,7	8,1	11,3	27,0	-
Distrito Federal	9,7	17,4	14,9	12,8	18,6	36,6	-

Tabela 2.3.2 - Coeficientes de variação das estimativas de domicílios particulares, por recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência e classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2004

(conclusão)

Unidades da Federação	Coeficientes de variação das estimativas de domicílios particulares (%)						
	Não receberam dinheiro de programa social do governo no mês de referência						
	Total (1) (2)	Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (salários mínimos) (1) (3)					
Até 1/4		Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2	Sem rendimento (4)	
Brasil	0,4	2,6	1,4	1,0	1,0	1,5	3,9
Rondônia	2,4	20,9	12,3	5,4	6,2	10,1	34,0
Acre	4,1	21,8	8,9	7,8	9,5	16,1	43,1
Amazonas	5,1	13,0	8,2	6,2	7,1	14,4	34,4
Roraima	7,9	18,4	17,9	10,9	14,4	21,8	31,4
Pará	3,7	15,3	4,5	4,1	9,6	10,3	18,1
Amapá	4,9	15,5	22,9	13,7	13,0	18,2	54,0
Tocantins	2,9	10,2	10,9	4,9	8,4	14,6	49,2
Maranhão	7,3	11,9	10,4	13,1	13,4	22,9	31,2
Piauí	4,9	19,1	8,3	6,5	16,0	24,3	38,8
Ceará	2,3	9,9	5,1	3,0	5,0	8,4	15,1
Rio Grande do Norte	3,8	11,7	13,2	6,0	8,1	15,6	33,4
Paraíba	5,9	18,7	13,1	9,2	15,3	28,2	35,1
Pernambuco	1,7	5,6	4,2	3,0	4,9	7,8	14,7
Alagoas	6,6	10,3	14,4	7,6	14,4	21,0	29,1
Sergipe	3,7	14,0	11,1	10,1	14,7	13,4	67,5
Bahia	2,0	6,9	3,8	3,5	5,1	7,4	14,4
Minas Gerais	1,4	6,2	3,8	3,1	2,7	4,6	13,3
Espírito Santo	2,5	12,2	11,4	4,9	7,4	10,4	21,5
Rio de Janeiro	1,0	11,1	5,0	3,2	2,8	3,7	11,5
São Paulo	0,8	9,3	4,5	2,4	2,1	3,0	8,9
Paraná	1,6	12,6	7,6	3,5	3,3	5,4	14,9
Santa Catarina	2,4	22,6	11,0	5,9	4,6	9,4	31,3
Rio Grande do Sul	1,3	12,4	5,5	4,4	2,4	3,8	13,8
Mato Grosso do Sul	2,6	14,7	8,5	5,6	5,9	10,9	28,6
Mato Grosso	1,6	20,9	9,5	8,7	7,8	10,7	25,4
Goiás	1,8	12,4	5,4	4,0	3,5	6,1	14,9
Distrito Federal	2,0	15,1	8,7	6,0	5,2	6,8	14,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Inclusive os domicílios sem declaração de recebimento de dinheiro de programa social do governo. (2) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento mensal domiciliar *per capita*. (3) Excluído os rendimentos das pessoas de menos de 10 anos de idade e das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (4) Inclusive os domicílios cujos componentes receberam somente em benefícios.

Referências

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas - CNAE. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 344 p. Acompanha 1 CD-ROM.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas - CNAE-domiciliar. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/concla/cnaedom/cnaedom.php?sl=1>>. Acesso em: 18 ago. 2005.

CLASIFICACIÓN industrial internacional uniforme de todas las actividades económicas - CIIU. Nueva York: Naciones Unidas, Departamento de Assuntos Económicos y Sociales Internacionales, Oficina de Estadística, 1990. 212 p. (Informes estadísticos. Serie M, n. 4, Rev. 3).

INTERNATIONAL standard industrial classification of all economic activities - ISIC Rev. 3. New York: United Nations, Department of International Economic and Social Affairs, Statistical Office, 1990. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/cr/family2.asp?cl=2>>. Acesso em: 18 ago. 2005.

TRABALHO infantil 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 251p. Acima do título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

PROGRAMAS sociais. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/programas.asp>>. Acesso em: 18 ago. 2005.

Glossário

A pesquisa abrange a população residente nas unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos). Excluem-se as pessoas residentes em embaixadas, consulados e legações e, também, as pessoas institucionalizadas residentes em domicílios coletivos de estabelecimentos institucionais, tais como: os militares em caserna ou dependências de instalações militares; os presos em penitenciárias; os internos em escolas, orfanatos, asilos, hospitais etc.; e os religiosos em conventos, mosteiros etc.

As características gerais e de educação foram pesquisadas para todas as pessoas e as características complementares de educação, para o contingente de 0 a 17 anos de idade.

As características de trabalho e rendimento foram investigadas para as pessoas de 10 anos ou mais de idade.

As características de acesso a transferências de renda de programas sociais (auxílio-gás, bolsa-família, cartão-alimentação do programa fome zero, bolsa-alimentação, benefício assistencial de prestação continuada, bolsa-escola, programa de erradicação do trabalho infantil e outros programas sociais do governo federal, estadual ou municipal) foram pesquisadas em todas as unidades domiciliares.

abastecimento de água de rede geral Existência de abastecimento de água proveniente de rede geral de distribuição, canalizada para o domicílio particular permanente ou, pelo menos, para o terreno ou propriedade em que se situa.

anos de estudo Classificação estabelecida em função da série e do nível ou grau mais elevado alcançado pela pessoa, considerando a última série concluída com aprovação. Cada série concluída com

aprovação corresponde a 1 ano de estudo. A contagem dos anos de estudo tem início: em 1 ano, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino fundamental, de primeiro grau ou do elementar; em 5 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de médio primeiro ciclo; em 9 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino médio, de segundo grau ou de médio segundo ciclo; em 12 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso superior. As pessoas que não declararam a série e o nível ou grau, ou com informações incompletas ou que não permitem a sua classificação, são reunidas no grupo de anos de estudo não-determinados ou sem declaração.

atividade Finalidade ou ramo de negócio da organização, empresa ou entidade para a qual a pessoa trabalha. Para os trabalhadores por conta própria, classifica-se de acordo com a ocupação exercida.

auxílio-gás Programa social criado para subsidiar as famílias mais pobres, com rendimento familiar *per capita* de até meio salário mínimo ou beneficiárias do bolsa-escola, bolsa-alimentação ou bolsa-família, integrantes do cadastramento unico. O valor do benefício mensal é de R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos) pagos bimestralmente, por meio das agências da Caixa Econômica Federal ou postos autorizados, de acordo com calendário de pagamento definido para os programas sociais.

benefício assistencial de prestação continuada - BPC-LOAS Programa social que garante um salário mínimo mensal à pessoa idosa ou ao portador de deficiência incapacitado para a vida independente e para o trabalho, ambos impossibilitados de prover sua manutenção ou tê-la provida por sua família. Todos os idosos com 65 anos ou mais de idade e os portadores de deficiência que se encontram nessa situação têm direito ao benefício garantido pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, bastando comprovar que o rendimento familiar *per capita* é inferior a 25% do salário mínimo.

bolsa-alimentação Programa social que consiste na promoção das condições de saúde e nutrição de gestantes, mães amamentando seus filhos menores de 6 meses (nutrizes) e crianças de 6 meses a 6 anos e 11 meses de idade, em risco nutricional, pertencentes a famílias sem rendimento ou que possuam rendimento mensal familiar *per capita* de até R\$ 90,00 (noventa reais). Cada beneficiário do programa recebe uma bolsa no valor R\$ 15,00 (quinze reais) por mês, sendo o limite máximo de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para cada família.

bolsa-escola Programa social, criado por lei federal, que constitui o instrumento de participação financeira da União em programas municipais de garantia de rendimento mínimo associados a ações socioeducativas, sem prejuízo da diversidade dos programas municipais. A participação da União nos programas compreende o pagamento, diretamente à família beneficiária, do valor mensal de R\$ 15,00 (quinze reais) por

criança, até o limite máximo de três crianças por família. São beneficiárias as famílias com rendimento familiar *per capita* inferior ao valor fixado nacionalmente em ato do Poder Executivo para cada exercício e que possuam sob sua responsabilidade crianças com idade entre 6 e 15 anos, matriculadas em estabelecimentos de ensino fundamental regular, com frequência escolar igual ou superior a 85%.

bolsa-família Programa social destinado às famílias em situação de pobreza, com rendimento familiar *per capita* de até R\$ 100,00 (cem reais) mensais, que associa à transferência do benefício financeiro o acesso aos direitos sociais básicos - saúde, alimentação, educação e assistência social. O bolsa-família unificou todos os benefícios sociais (bolsa-escola, bolsa-alimentação, cartão-alimentação e o auxílio-gás) do governo federal num único programa.

cartão-alimentação do programa fome zero Programa social que fornece crédito que deve ser utilizado na compra de alimentos. Visa a implantar mecanismos de contrapartida para os atendidos pelo Programa Cartão-Alimentação – PCA em relação à participação em atividades educacionais e comunitárias.

categoria do emprego Classificação dos empregados em: com carteira de trabalho assinada; militares (do Exército, Marinha de Guerra e Aeronáutica, inclusive as pessoas prestando serviço militar obrigatório) e funcionários públicos estatutários (empregados regidos pelos Estatutos dos funcionários públicos federais, estaduais, municipais ou de autarquias); ou outro sem carteira de trabalho assinada. Classificação dos trabalhadores domésticos em: com carteira de trabalho assinada ou sem carteira de trabalho assinada.

coleta de lixo Existência de coleta de lixo do domicílio particular permanente feita diretamente por serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que atende ao logradouro em que se situa o domicílio, ou feita indiretamente de caçamba, tanque ou depósito de serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que posteriormente o recolhe.

condição no domicílio Classificação dos componentes da unidade domiciliar quanto à relação de parentesco ou de convivência existente entre cada membro e a pessoa de referência da unidade domiciliar ou com o seu cônjuge: pessoa de referência - pessoa responsável pela unidade domiciliar ou assim considerada pelos demais membros; cônjuge - pessoa que vive conjugalmente com a pessoa de referência da unidade domiciliar, existindo ou não vínculo matrimonial; filho - pessoa que é filho, enteado, filho adotivo ou de criação da pessoa de referência da unidade domiciliar ou do seu cônjuge; outro parente - pessoa que tem qualquer grau de parentesco com a pessoa de referência da unidade domiciliar ou com o seu cônjuge, exclusive os relacionados anteriormente; agregado - pessoa que não é parente da pessoa de referência da unidade domiciliar ou do seu cônjuge e não paga por hospedagem nem alimentação na unidade domiciliar; pensionista - pessoa que não é parente da pessoa de referência da unidade domiciliar ou do seu

cônjuge e paga pela sua hospedagem ou alimentação na unidade domiciliar; empregado doméstico - pessoa que presta serviços domésticos remunerados, em dinheiro ou somente em benefícios, a membro(s) da unidade domiciliar; ou parente do empregado doméstico - pessoa que é parente do empregado doméstico e não presta serviços domésticos remunerados a membro(s) da unidade domiciliar.

consumo de merenda escolar ou outra refeição oferecida gratuitamente pela escola ou creche Classificação das pessoas quanto à situação de consumirem ou não merenda escolar ou outra refeição oferecida gratuitamente pela escola ou creche que freqüentam em: consomem ou não consomem.

conta própria Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não-remunerado.

cor ou raça Característica declarada pelas pessoas com base nas seguintes opções: branca, preta, amarela (pessoa de origem japonesa, chinesa, coreana etc.), parda (mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça de preto com pessoa de outra cor ou raça) ou indígena (pessoa indígena ou índia).

data de referência Data fixada para o cálculo da idade e para a investigação de características de trabalho. Corresponde ao último dia da semana de referência que, para a pesquisa realizada em 2004, foi o dia 25 de setembro de 2004.

dependência doméstica Relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da unidade domiciliar.

domicílio Local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto, permitindo que os moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia. A independência fica caracterizada quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que os moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas. Os domicílios classificam-se em: domicílio particular ou domicílio coletivo.

domicílio coletivo Domicílio destinado à habitação de pessoas em cujo relacionamento prevalece o cumprimento de normas administrativas.

domicílio particular Domicílio destinado à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou, ainda, normas de convivência. O domicílio particular é classificado, quanto à espécie em: permanente ou improvisado.

domicílio particular improvisado Domicílio particular localizado em unidade que não tem dependência destinada exclusivamente à moradia (loja, sala comercial etc.) ou em prédio em construção, embarcação, carroça, vagão, tenda, barraca, gruta etc., que esteja servindo de moradia.

domicílio particular permanente Domicílio particular localizado em casa, apartamento ou cômodo e destinado à moradia.

empregado Pessoa que trabalha para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas etc.). Nesta categoria inclui-se a pessoa que presta o serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos.

empregador Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado.

esgotamento sanitário adequado Existência de escoadouro do banheiro ou sanitário, de uso dos moradores do domicílio particular permanente, de um dos seguintes tipos: rede coletora de esgoto ou pluvial - quando a canalização das águas servidas e dos dejetos está ligada a um sistema de coleta que os conduz a um desagudouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não disponha de estação de tratamento da matéria esgotada; ou fossa séptica - quando as águas servidas e os dejetos são esgotados para uma fossa onde passam por um processo de tratamento ou decantação sendo a parte líquida absorvida no próprio terreno ou canalizada para um desagudouro geral da área, região ou município.

estudante Pessoa que freqüenta curso regular (do ensino fundamental, ensino médio, primeiro grau, segundo grau ou superior de graduação), de mestrado ou doutorado, pré-escolar, de alfabetização de adultos, supletivo ministrado em escola ou pré-vestibular. A pessoa que freqüenta somente curso rápido de especialização profissional, de extensão cultural (idioma, costura, datilografia etc.) ou supletivo por meio de rádio, televisão ou correspondência não é classificada como estudante.

freezer Existência de *freezer* no domicílio particular permanente.

freqüência a escola ou creche Classificação da pessoa quanto à sua condição de freqüência a escola ou creche em: freqüenta escola ou creche e não freqüenta escola ou creche. Classifica-se como freqüentando escola a pessoa definida como estudante, isto é, que freqüenta escola em curso do ensino regular, ensino supletivo ministrado em escola, mestrado, doutorado, pré-vestibular, pré-escolar ou alfabetização de adultos. Classifica-se como freqüentando creche a criança que freqüenta estabelecimento, juridicamente regulamentado ou não, destinado a dar assistência a crianças nas primeiras idades.

geladeira Existência de geladeira de duas portas (ou seja, o aparelho que acopla dois compartimentos independentes, sendo um de refrigeração e o outro de congelamento de alimentos) ou de geladeira de uma porta no domicílio particular permanente.

idade Idade calculada, em anos completos, na data de referência da pesquisa, com base no dia, mês e ano do nascimento da pessoa, e idade presumida da pessoa que não sabe a data de nascimento. As pessoas que não declaram a data de nascimento nem a idade presumida são reunidas no grupo "idade ignorada".

iluminação elétrica Existência de iluminação elétrica, proveniente de rede geral, gerador, conversor de energia solar etc., no domicílio particular permanente

máquina de lavar roupa Existência de máquina de lavar roupa (aparelho que desenvolve, de forma automática, todas as etapas da lavagem de roupa, desde a entrada de água na máquina, passando pelos processos de agitação e enxágüe, até o de centrifugação) no domicílio particular permanente.

mês de referência Mês fixado para a investigação dos rendimentos. Para a pesquisa realizada em 2004, foi o mês de setembro de 2004.

microcomputador Existência de microcomputador, inclusive portátil, no domicílio particular permanente.

motivo de não freqüentar escola ou creche Motivo considerado principal pela para não freqüentar escola ou creche, classificado em: ajudar nos afazeres domésticos, trabalhar ou procurar trabalho - quando a pessoa não freqüenta escola ou creche para ajudar nos afazeres domésticos no domicílio de residência, ou para trabalhar ou tomar providência para conseguir trabalho; não existe escola ou creche perto de casa ou falta vaga na escola ou creche ou falta transporte escolar - quando a pessoa não freqüenta escola ou creche porque não existe escola ou creche perto do domicílio em que mora, não conseguiu vaga na escola ou creche, ou falta de transporte escolar para o deslocamento; falta dinheiro para as despesas para se manter na escola ou creche - quando a pessoa não freqüenta escola ou creche por não dispor de dinheiro suficiente para os gastos de mensalidade, material, transporte ou outras despesas relacionadas a escola ou creche; por vontade própria ou dos pais ou responsáveis ou concluiu a série ou curso desejado - quando a pessoa não freqüenta escola porque não pretende estudar mais, ou não quer freqüentar escola ou creche, ou os pais ou responsáveis não querem que a pessoa freqüente escola ou creche, ou preferem que trabalhe ou tome providências para procurar trabalho, ou ainda já concluiu o curso ou a série a que se propunha alcançar; outro motivo - quando a pessoa não freqüenta escola ou creche por motivo que não se enquadra nos indicados anteriormente.

nível da ocupação na semana de referência Percentagem de pessoas ocupadas, na semana de referência da pesquisa, de um grupo etário em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário.

normas de convivência Regras estabelecidas para o convívio de pessoas que moram juntas sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica.

oferta de merenda escolar ou outra refeição pela escola ou creche Classificação das pessoas quanto à situação da escola ou creche que freqüentam ofertar ou não merenda escolar ou outra refeição gratuitamente em: oferece ou não oferece.

outro programa social Programa social de transferência de rendimento do governo federal, estadual ou municipal, exceto: auxílio-gás, bolsa-família, cartão-alimentação do programa fome zero, bolsa-alimentação, benefício assistencial de prestação continuada, bolsa-escola e programa de erradicação do trabalho infantil.

outro trabalhador não-remunerado Pessoa que trabalha sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, como aprendiz ou estagiário ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo.

pessoa de referência da unidade domiciliar *Ver em* condição no domicílio

pessoa ocupada na semana de referência Pessoa que tem trabalho durante toda ou parte da semana de referência da pesquisa, inclusive a pessoa que não exerce o trabalho remunerado que tem nessa semana por motivo de férias, licença, greve etc.

população residente Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e, na data da entrevista, estão presentes ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

população rural *Ver em* situação do domicílio

população urbana *Ver em* situação do domicílio

posição na ocupação Relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalha. Segundo a posição na ocupação, a pessoa é classificada em: empregado, trabalhador doméstico, conta própria, empregador, trabalhador não-remunerado membro da unidade domiciliar, outro trabalhador não-remunerado, trabalhador na produção para o próprio consumo ou trabalhador na construção para o próprio uso. Para efeito de divulgação, as categorias “trabalhador não-remunerado membro da unidade domiciliar” e “outro trabalhador não-remunerado” são reunidas em uma única, denominada “não-remunerado”.

programa de erradicação do trabalho infantil - PETI Programa social destinado à erradicação das chamadas piores formas de trabalho infantil, que são aquelas consideradas perigosas, penosas, insalubres ou degradantes, tais como as exercidas em: carvoarias, olarias, corte da cana-de-açúcar e plantações de fumo. Famílias cujas crianças exercem atividades típicas da área urbana têm direito a uma bolsa mensal no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) por criança e as das que exercem atividades típicas da área rural, de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais). Para receber a bolsa do programa, as famílias têm que assumir compromissos com o governo federal, garantindo: uma frequência mínima das crianças e adolescentes na escola e na jornada ampliada equivalente a 75% do período total; o não-retorno ao trabalho dos filhos menores de 16 anos; e a participação das famílias nas ações socioeducativas e de ampliação e geração de rendimento que lhes forem oferecidas.

rádio Existência de rádio, mesmo que faça parte de conjunto que acople outros aparelhos, tais como: rádio-gravador, rádio toca-fitas etc., no domicílio particular permanente.

recebimento de dinheiro de programa social do governo Classificação das unidades domiciliares quanto ao recebimento de dinheiro de algum programa social do governo federal, estadual ou municipal (auxílio-gás; bolsa-família; cartão-alimentação do programa fome zero; bolsa-alimentação; benefício assistencial de prestação continuada - BPC-LOAS recebido por pessoa que atendia aos pré-requisitos para receber o benefício ou não; programa de erradicação do trabalho infantil - PETI; bolsa-escola ou outro programa social) por algum morador, no mês de referência da pesquisa, em: recebem (de somente um programa ou de mais de um programa) ou não recebem.

rede de ensino Classificação da escola de acordo com a sua subordinação administrativa em: pública (federal, estadual ou municipal) ou particular.

rendimento mensal Soma do rendimento mensal de trabalho com o proveniente de outras fontes.

rendimento mensal de outras fontes Rendimento mensal, referente ao mês de referência da pesquisa, normalmente recebido de: jubilação, reforma ou aposentadoria do Plano de Seguridade da União ou de instituto de previdência federal (Instituto Nacional do Seguro Social - INSS), estadual ou municipal, inclusive do FUNRURAL; complementação ou suplementação de aposentadoria paga por entidade seguradora ou decorrente de participação em fundo de pensão; pensão das forças armadas, do Plano de Seguridade Social da União ou de instituto de previdência federal (Instituto Nacional do Seguro Social - INSS), estadual ou municipal; pensão de caixa de assistência social, entidade seguradora ou fundo de pensão, na qualidade de beneficiária de outra pessoa; pensão alimentícia, espontânea ou judicial; abono de permanência em serviço; aluguel, inclusive sublocação e arrendamento de móveis, imóveis, máquinas, equipamentos, animais etc.; doação

ou mesada, sem contrapartida de serviços prestados, proveniente de pessoa não-moradora na unidade domiciliar; programa oficial de auxílio educacional, como o bolsa-escola, ou social, como o renda mínima, bolsa-família, benefício assistencial de prestação continuada e outros; e rendimento médio mensal, referente ao mês de referência da pesquisa, proveniente de aplicação financeira (juros de papel de renda fixa e de caderneta de poupança, dividendos etc.), parceria etc.

rendimento mensal de trabalho Rendimento mensal em dinheiro e valor, real ou estimado, do rendimento em produtos ou mercadorias do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, provenientes do trabalho principal, do trabalho secundário e dos demais trabalhos que a pessoa tem na semana de referência da pesquisa, exceto o valor da produção para consumo próprio. Para os empregados e trabalhadores domésticos - remuneração bruta mensal (rendimento ganho sem excluir o salário família e os descontos correspondentes aos pagamentos de instituto de previdência, imposto de renda, faltas etc., e não incluindo o décimo terceiro salário, décimo quarto, décimo quinto etc. e a participação nos lucros paga pelo empreendimento aos empregados) a que normalmente têm direito trabalhando um mês completo ou, quando o rendimento é variável, remuneração média mensal, referente ao mês de referência da pesquisa. A parcela da remuneração recebida em benefícios (moradia; alimentação; roupas; vales refeição, alimentação ou transporte; etc.) não é incluída no cômputo do rendimento de trabalho. Inclui-se no grupo "sem rendimento de trabalho" os empregados e trabalhadores domésticos que recebem somente em benefícios à guisa de rendimento de trabalho. Para os empregadores e conta própria - retirada mensal (rendimento bruto menos as despesas com o empreendimento, tais como pagamento de empregados, matéria-prima, energia elétrica, telefone etc.) normalmente feita ou, quando o rendimento é variável, retirada média mensal, referente ao mês de referência da pesquisa. Para a pessoa licenciada por instituto de previdência - rendimento bruto mensal normalmente recebido como benefício (auxílio doença, auxílio por acidente de trabalho etc.), referente ao mês de referência da pesquisa.

rendimento mensal domiciliar Soma dos rendimentos mensais dos membros da unidade domiciliar, exclusive os das pessoas de menos de 10 anos de idade e os daquelas cuja condição na unidade domiciliar é de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

rendimento mensal domiciliar per capita Resultado da divisão do rendimento mensal domiciliar pelo número de membros da unidade domiciliar, exclusive aqueles cuja condição na unidade domiciliar é pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

salário mínimo Remuneração mínima do trabalhador, fixada por lei. Para apuração dos rendimentos segundo as classes de salário mínimo, considera-se o valor em vigor no mês de referência da pesquisa que, em setembro de 2004, era de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais).

segmento de atividade Agrupamento das divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE-Domiciliar em: agrícola; indústria; construção; comércio e reparação; e serviços. A composição dos segmentos encontra-se no Anexo.

semana de referência Semana fixada para a investigação de características de trabalho. Para a pesquisa realizada em 2004, foi a semana de 19 a 25 de setembro de 2004.

situação do domicílio Classificação da localização do domicílio em urbana ou rural, definida por lei municipal vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico. A situação urbana abrange as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Este critério é, também, utilizado na classificação da população urbana e rural.

taxa de analfabetismo Percentagem de pessoas analfabetas de um grupo etário em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário.

taxa de escolarização Percentagem de estudantes de um grupo etário em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário.

telefone Existência de linha telefônica fixa (telefone fixo convencional) instalada, mesmo que seja partilhada com outra unidade, domiciliar ou não-residencial, de ramal de uma central telefônica comunitária etc., ou de linha telefônica móvel (telefone móvel celular) no domicílio particular permanente.

televisão Existência de televisão em cores ou em preto e branco no domicílio particular permanente.

tempo de permanência diária na escola ou creche Horas diárias que a pessoa habitualmente permanece na escola (compreendendo as horas ocupadas em aulas normais, de reforço ou de recuperação, de matérias obrigatórias ou opcionais e, também, em outras atividades curriculares e extracurriculares como, por exemplo: recreio, curtos intervalos entre as aulas, estudo em grupo ou só, leitura na biblioteca por lazer, prática de esportes, redação para o jornal escolar, participação em atividades do grêmio ou qualquer outra associação escolar etc.) ou creche.

trabalhador doméstico Pessoa que trabalha prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares.

trabalhador na construção para o próprio uso Pessoa que trabalha, durante pelo menos uma hora na semana, na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras

destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

trabalhador não-remunerado membro da unidade domiciliar Pessoa que trabalha sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que é: empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador.

trabalhador na produção para o próprio consumo Pessoa que trabalha, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

trabalho Exercício de: a) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) na produção de bens e serviços; b) ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) no serviço doméstico; c) ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana: em ajuda a membro da unidade domiciliar que tem trabalho como empregado na produção de bens primários (atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador; em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou como aprendiz ou estagiário; d) ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana na produção de bens, do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; ou na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias, exceto as obras destinadas unicamente à reforma, para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

unidade domiciliar Domicílio particular ou unidade de habitação (apartamento, quarto etc.) em domicílio coletivo.

Anexo

Segmentos e divisões de atividade

Agrícola

Agricultura, pecuária e serviços relacionados com estas atividades

Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados com estas atividades

Pesca, aquicultura e atividades dos serviços relacionados com estas atividades

Indústria

Fabricação de produtos alimentícios e bebidas

Fabricação de produtos do fumo

Fabricação de produtos têxteis

Confecção de artigos do vestuário e acessórios

Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados

Fabricação de produtos de madeira

Fabricação de celulose, papel e produtos de papel

Edição, impressão e reprodução de gravações

Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool

Fabricação de produtos químicos

Fabricação de produtos de borracha e plástico

Fabricação de produtos de minerais não-metálicos

Metalurgia básica

Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos

Fabricação de máquinas e equipamentos

Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática

Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos

Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações

Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios

Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias

Fabricação de outros equipamentos de transporte

Fabricação de móveis e indústrias diversas

Reciclagem

Extração de carvão mineral

Extração de petróleo e serviços correlatos

Extração de minerais radioativos

Extração de minerais metálicos

Extração de minerais não-metálicos

Eletricidade, gás e água quente

Captação, tratamento e distribuição de água

Construção

Construção

Comércio e reparação

Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis

Intermediários do comércio, comércio e reparação de objetos pessoais e domésticos

Serviços

Alojamento e alimentação

Transporte terrestre

Transporte aquaviário

Transporte aéreo
Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem
Correios e telecomunicações
Administração pública, defesa e seguridade social
Educação
Saúde e serviços sociais
Limpeza urbana e esgoto; e atividades conexas
Atividades associativas
Atividades recreativas, culturais e Desportivas
Serviços pessoais
Serviços domésticos
Intermediação financeira, exclusive de seguros e previdência privada
Seguros e previdência privada
Atividades auxiliares da intermediação financeira
Atividades imobiliárias
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores e de objetos pessoais e domésticos
Atividades de informática e conexas
Pesquisa e desenvolvimento
Serviços prestados principalmente às empresas
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

Atividades maldefinidas ou não-declaradas

Atividades maldefinidas ou não-declaradas

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Trabalho e Rendimento

Angela Filgueiras Jorge

Planejamento, controle, crítica centralizada e tabulação

Terezinha Batista Tavares Coutinho

Carlos Alberto Tavares Coutinho

Genilda da Silva Rodrigues

Hilton do Espírito Santo S A Filho

Iracema Castro de Lyra

Janete Rodrigues da Silva

Márcia Barbosa de Almeida Vargas

Márcio Paiva Martins

Marcus Marcello Gullo

Maria da Glória Dias Freitas

Maria do Socorro Bento

Maria Teresa Cristina D. N. Bastos

Robson da Silva Pereira

Seleção, controle e expansão da amostra, análise da precisão das estimativas e tabulação

Marília Biangolino Chaves

Antony Teixeira Firmino

Cristiano Boaventura Duarte

Danielle Carusi Machado

Élcio Rubens I. Fragoso

Eloane Goncalves Ramos

Elizabeth Belo Hypolito

Mário Serres da Silva

Rosângela Magalhães A. Pereira (Consultora)

Elaboração dos textos e análises

Vandeli dos Santos Guerra (Consultora)

Colaboradores

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Luiz Antônio Pinto de Oliveira

Estimativas populacionais para a expansão da amostra da PNAD

Juarez de Castro Oliveira

Claudio Dutra Crespo

Fernando Roberto P. de C. e Albuquerque

Ivan Braga Lins

Diretoria de Informática

Coordenação de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas

Miriam Nahas Frazão

Gerência de Informática da PNAD

Paulo Vicente Mitchell

Desenvolvimento da entrada de dados e da crítica descentralizada

Dilcar Almeida Silva

Henrique dos Santos Tavares

Cristiano Alberto de Souza Pereira (Consultor)

Desenvolvimento da crítica centralizada e de procedimentos de análise

Francisco Marques Valente

Humberto Lopes Chapouto

Vania da Silva Boquimpani

Coordenação de Serviços de Informática

Andrea Moreira Torres

Cristina Gomes

Maria Auxiliadora de Lima Teixeira

Paulo Lincoln Ribeiro de Oliveira

Ronaldo Mereson Wittitz

Supervisores Estaduais da PNAD

RO - Jurandir Soares da Silva

AC - Célia Brandão de Souza

AM - Virginia Antas Cezario

RR - Angela Patricia Lima de Souza

PA - Luiz Augusto Silva Melo

AP - José Maria de Oliveira Monteiro

TO - Raimundo Costa Barbosa

MA - Francisco Carlos Macedo Rodrigues

PI - Eurípedes Ferreira Sobrinho

CE - Ana Eugênia Ribeiro Almeida

RN - Jaílson Filgueira Peregrino

PB - José Reginaldo Madruga

PE - Normélia Lira

AL - Haroldo Alves de Farias

SE - Ewerton Fernando Santana Coelho
BA - Aildete N.Santana
MG - Luciene Aparecida Ferreira de Barros Longo
ES - Sérgio Gago Amaro
RJ - Marcos Antônio da Silva Serrão
SP - Selma Nunes Contador
PR - Estevão Generoso
SC - Sonia de Fatima Sagaz do Livramento
RS - Riovaldo Alves de Mesquita
MS - Cecília de Fatima Argemon Ferreira
MT - Wandir da Costa Ribeiro
GO - Valperino Gomes Oliveira Filho
DF - Isac Gomes de Oliveira

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual, tabular

Carmen Heloisa Pessoa Costa
Katia Vaz Cavalcanti
Beth Fontoura

Diagramação tabular

Beth Fontoura
Sonia Rocha
Sebastião Monsores

Copidesque e revisão

Anna Maria dos Santos
Cristina R. C. de Carvalho
José Luis Nicola
Kátia Domingos Vieira
Maria de Lourdes Amorim
Sueli Alves de Amorim

Diagramação textual

Sebastião Monsores

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira
Sebastião Monsores

Produção de multimídia

Márcia do Rosário Brauns
Marisa Sigolo Mendonça
Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro
Roberto Cavararo

Gerência de Gráfica

Impressão e acabamento

José Augusto dos Santos

Gerência de Documentação

Normalização bibliográfica e de glossário

Ana Raquel Gomes da Silva

Aparecida Tereza Rodrigues Regueira

Diva de Assis Moreira

Solange de Oliveira Santos

Elaboração de quartas-capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gráfica Digital

Impressão

Ednalva Maia do Monte